



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Março de 2011



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO- GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO

ESTADUAL

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Bruna Beatriz Daniel

Camila Callegario Ribeiro

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Stiebler

Izabel Barbosa Lima

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Murilo Capanema de Souza Cubas

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000



SUMÁRIO

Apresentação	7
METODOLOGIA DESTE BOLETIM	9
RESUMO EXECUTIVO	10
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	14
II. Resultado Fiscal	16
II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	16
II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA	18
II.3 Resultado Orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA	20
II.3 Resultado Primário	21
Box 1 – Avaliação Patrimonial de Curto Prazo do ERJ 2007- 2010.....	22
III. Receita Estadual	23
III.1 Receitas Correntes.....	25
BOX 2 – Panorama Econômico ERJ	26
III.1.1 Receita Tributária	27
Box 3 – Evolução da Arrecadação do ITD	29
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	31
BOX 4 – Conselho de Contribuintes entre 2007-2010.....	32
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	36
III.1.3 Receita de Transferências.....	37
III.1.4 Demais Receitas Correntes.....	38
III.2 Receitas de Capital	39
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	41
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso.....	42
IV. 2 Despesa por grupo	45
Outras Despesas Correntes	46
Despesas com Investimentos	46
IV. 3. Despesa por área de governo.....	49



- Índices Constitucionais	49
IV. 3.1 Educação	51
IV. 3.2 FAPERJ	53
IV. 3.3 Saúde	54
IV. 3.4 FEHIS	55
IV. 3.5 FECAM	56
BOX 05 – Evolução das Despesas do Estado do Rio de Janeiro 2007-2010	58
BOX 06 – Evolução das Despesas do PAC no Estado do Rio de Janeiro	62
BOX 07 – Bilhete Único do Estado do Rio de Janeiro	65
V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	66
V.1 Cota Financeira.....	66
BOX 8 – Constituição do Cadastro Geral de Instalações dos Órgãos Estaduais	75
BOX 9 – Depósito Judicial Tributário	77
V.7 Requisições Judiciais de Pagamento	85
BOX 10 – Compensação de Precatórios com Dívida Ativa – REFIS Estadual	88
BOX 11 – Melhoria na gestão da dívida.....	92
BOX 12 – Melhorias no SIAFEM	102
BOX 13 – Satisfação do Cliente.....	108
Box 14 – Mitigação do Risco Operacional	112



ANEXOS

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Jan/dez 2009-2010 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Secretaria de Saúde e Defesa Civil – Função Saúde

Anexo 10 - Índice Saúde



Apresentação

Este é o décimo oitavo número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o sexto referente ao exercício de 2010. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro em que haverá períodos que será necessário implementar investimentos estruturantes que demandará uma queda neste resultado primário decorrente do endividamento, mas o retorno se dará na frente com o maior dinamismo da economia e por conseguinte da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.



A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 26/01/2011.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita e inclui um resumo da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado. A quarta seção apresenta a despesa no seu

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição do boletim, assim como em todas a partir de 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada “não dependente” de acordo com as regras da LRF.



agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

METODOLOGIA DESTE BOLETIM

A metodologia adotada neste boletim, que retrata o encerramento do exercício de 2010, levou em consideração os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) da mesma maneira que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária. (RREO).

Dessa forma, foram apropriados como despesa liquidada R\$ 354,61 milhões, sendo que posteriormente R\$ 177,44 milhões foram cancelados por ocasião do fechamento do balanço. Assim, o resultado orçamentário e Primário que o boletim apresenta a seguir, ficou consistente com o RREO, contudo está subestimado em R\$ 177,44, por conta dos cancelamentos supracitados.



RESUMO EXECUTIVO

O sexto bimestre de 2010 encerrou o exercício com a superação das metas de arrecadação. As metas foram superadas em 6,8% impulsionadas, principalmente, pelas receitas correntes, em especial as receitas tributárias de ICMS, e as receitas patrimoniais. Com isso, a Secretaria de Estado de Fazenda garantiu os recursos necessários ao pleno funcionamento das funções do Estado do Rio de Janeiro no ano.

O resultado orçamentário no acumulado do ano (-R\$188,24 milhões) levando-se em conta a influência do RIOPREVIDENCIA, mas se considerarmos os restos a Pagar já cancelados (R\$ 177,44) o resultado orçamentário fica ainda melhor (R\$752,74). Uma melhora de 80% em relação 2009.

Quanto ao resultado primário, dessa vez desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, o Estado obteve um total de R\$1651,23 milhões, que representa decréscimo de 34,2% (-R\$859,46 milhões), refletindo em grande parte o crescimento da despesa com investimentos.

A evolução favorável das receitas estaduais atingiu o montante de R\$48.802,99 milhões, o que significou o crescimento de 20,2% (+R\$ 8.211 milhões), em relação ao ano anterior. Este excepcional desempenho foi decorrente principalmente da *performance* das Receitas Tributárias (+R\$4.201 milhões).

As Receitas de Transferência apresentaram bom desempenho no acumulado (+11,4%), com significativa recuperação no último bimestre do ano (+19,3%).

As receitas de capital também tiveram um bom desempenho no acumulado (+50,4%), devido principalmente ao recebimento pelo Estado de recursos oriundos de várias operações de crédito, junto a ampliação da capacidade de endividamento do Estado.

No âmbito das despesas, as metas de execução que demonstram as despesas pagas no exercício (Art. 8º da LRF), mantiveram comportamento idêntico ao do bimestre anterior, superando a meta estabelecida no Cronograma de Desembolso em 3,7%. O gasto acima da meta decorre basicamente, das despesas correntes, em especial aquelas sujeitas a vinculações constitucionais e legais cujo comportamento segue a variação das receitas correntes. Pode-se acrescentar ainda o aumento da oferta de serviços, suportado com certa folga pela Receita realizada no exercício.

Ao final de 2010, a Despesa fixada para o exercício atingiu R\$ 53,02 bilhões, respaldados pelas revisões nas estimativas de Receita, em função da melhora contínua da estrutura de arrecadação estadual, apontando para o montante de recursos provenientes de excesso de arrecadação, que somado a outras receitas captadas para programas estratégicos de Governo, assegurou um aumento de R\$7,40 bilhões no orçamento anual.

No acumulado do ano, as **despesas de Pessoal e Encargos** requereram R\$19,94 bilhões, mais 15,39% , quando comparadas a 2009, refletindo o reajuste concedido a 348 mil servidores a partir de julho deste ano, além do pagamento de gratificações e incentivos, concedidos a profissionais da área de Segurança e a incorporação do projeto “Nova Escola”.



Situação idêntica ocorre com as despesas Correntes que exigiram R\$20,23 bilhões, aí incluídas as despesas não discricionárias que requereram R\$12,39 bilhões. No âmbito do Poder Executivo, vale registrar os maiores aumentos em relação a 2009: na função Transporte, +84,4%, por conta da implantação do Bilhete Único que requereu R\$202,40 milhões; em Educação, + R\$182,42 (+28,5%) e em Saúde +26,66%, com a aplicação de + R\$289,16 milhões na manutenção da Rede Estadual de Saúde que já conta com 41 UPAS instaladas o que aumentou sobremaneira a oferta dos serviços médico-hospitalares.

Os investimentos avançaram 82,9% (+R\$2,34 bilhões) na comparação com 2009. Novamente, o Poder Executivo foi preponderante para alcançar o resultado. As variações constatadas nesse grupo de despesa no âmbito dos demais Poderes, em termos absolutos, não afetaram significativamente a despesa total com investimentos. A execução do PAC, por sua vez, gastou mais R\$235,18 milhões, sobretudo nas funções Urbanismo e Habitação. Quanto à **Gestão Ambiental** destaca-se a análise das despesas realizadas com prevenção e controle de danos ambientais, onde foram investidos R\$373,86 milhões com recursos do FECAM.

Complementando essas colocações, fazem parte desta edição panorama sucinto da evolução da despesa do Estado no quadriênio 2007-2010, demonstrando, por grupo, o crescimento nominal de 50,8% no período. Se descontada a inflação acumulada no quadriênio (20,58%) o crescimento real é de 29,8% calculado pela média anual do IPCA. Nesse mesmo capítulo, a fim de avaliar o ritmo de crescimento das despesas com investimentos do Estado do Rio de Janeiro nos últimos quatro anos, realizou-se uma análise comparativa ele e outros cinco maiores Estados da Federação. Os dados demonstram que o Estado do Rio de Janeiro praticamente triplicou seu percentual de investimentos no período (de 5,29% em 2007 para 14,96% em 2010), usando como parâmetro a receita Corrente Líquida.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recursos – FR sob a gestão do Tesouro Estadual – em 2010, foi de 91%. O percentual das obrigações pagas, pelo Tesouro, em relação à cota financeira utilizada ao longo do ano também foi alto, 96%.

O prazo médio dos pagamentos, após a emissão da Programação de Desembolso – PD, foi reduzido se comparado com o verificado em 2009, pois, no ano de 2010, o prazo médio foi de 13 dias, enquanto, em 2009, foi de cerca de 15 dias. Sendo que aproximadamente 100% das PD's emitidas pelas áreas prioritárias, foram quitadas em até 30 dias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse exercício, obtendo em média 99,3% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).



Já na execução de despesas com serviços públicos essenciais incluídos no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC¹, em 2010, foram empenhados aproximadamente R\$ 146,7 milhões, tendo sido quitados de 96% dessa importância.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 221 milhões com serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias aos órgãos e às entidades estaduais.² Desse montante 64% foi executado por meio do SIPC.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento semestral do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar processados – RPP's, instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, no 6º bimestre foram pagos aproximadamente R\$ 15,6 milhões pertinente a parcela de novembro/2011. Ressalte-se que, diante do sucesso do programa, em novembro de 2010, foi reaberto o 5º período para adesão ao Programa. Nesta fase aderiram 27 empresas, representando um valor repactuado de R\$ 5,5 milhões.

Destarte, o Programa já renegociou restos a pagar processados inscritos nos exercícios de 2002 a 2006, no valor de R\$ 258,5 milhões, já tendo honrado mais de 75% desse valor, e beneficiado um total de 993 credores.

Com base nas inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 62/2009, no mês de dezembro, além do dispêndio com os parcelamentos de precatórios, celebrados antes da publicação da Emenda³, foram transferidos ao Tribunal de Justiça R\$ 175,1 milhões para pagamento de novos precatórios, em atendimento às disposições do regime especial, adotado pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT. Portanto, constata-se que, no ano de 2010, foram aplicados **R\$ 305,8 milhões** em pagamentos de precatórios, sendo R\$ 130,7 milhões utilizados em pagamentos de acordos de parcelamento.

No 6º bimestre de 2010, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 621 milhões com o serviço da dívida⁴, refletindo uma redução de 13,10% em relação ao bimestre anterior. O estoque da Dívida Financeira somou o montante de R\$ 58,82 bilhões, 2,32% maior que o bimestre passado. Este crescimento é efeito da variação positiva, no período, do IGP-DI, índice de correção de 91,96% da dívida interna. O impacto da moeda estrangeira, no entanto, foi reduzido, pois a dívida externa corresponde a apenas 3,45% do total da dívida financeira.

¹ O SIPC foi criado por meio do Decreto 35.670/2004

² Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

³ Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

⁴ Serviço da dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual



Foram liberados R\$ 1,3 bilhão ao longo do ano de 2010 de receita de operações de créditos. Desse montante, R\$ 879 milhões foram destinados para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro (recursos provenientes do BIRD); R\$ 303 milhões, ao Programa de Apoio ao Financiamento Das Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 47 milhões, ao Programa Estadual de Transportes – PET (recursos provenientes do BIRD); R\$ 24 milhões para o Programa Delegacia Legal do E.R.J. (recursos provenientes do BNDES); R\$ 20 milhões, para Programa de Sustentação de Investimentos Rurais – SEAPPA (recursos provenientes Banco do Brasil); e, R\$ 10 milhões, foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES).

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2010, com 428 Convênios de Receita e 404 Convênios de Despesa vigentes⁵. Desses convênios os mais relevantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁶ e no Programa Somando Forças⁷.

Por fim, cabe destacar que o Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ da Subsecretaria de Finanças já está implantado desde outubro de 2010. A eficácia do SGQ vem sendo monitora por diversos mecanismos, entre eles cite-se, um conjunto de 18 indicadores de desempenho, que estão segmentados da seguinte forma: (i) indicadores da política da qualidade; (ii) indicadores de processo; (iii) indicadores de interface de processos e (iv) indicadores de fornecedores.

⁵ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁶ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁷ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.



I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁸ de arrecadação para 2010 foram divulgadas através da Resolução SEFAZ nº 276/2010, publicada no mês de fevereiro.

As Receitas Totais realizadas no sexto bimestre de 2010 excederam em 9,3% a meta projetada; já no acumulado do ano, a meta foi superada em 6,8%.

A observação das categorias da receita mostra que as Receitas Correntes superaram a meta bimestral em 15,1% e, no acumulado do ano, em 12,6%.

Tal comportamento é resultado principalmente do incremento, acima do previsto do montante de R\$ 2,651 bilhões nas Receitas Tributárias (+10% no ano); da superação da meta em 14,3% nas Receitas Patrimoniais (+1,077 bilhão) e da ampliação das “Outras Receitas” em 135,1% (+1,325 bilhão) no acumulado do ano, todas comparadas ao mesmo período de 2009.

As “Receitas Industriais” cumpriram apenas 8,2% da meta prevista para o bimestre (14,9% no acumulado) e a redução está diretamente relacionada a uma reclassificação de receita. (detalhes na seção III.).

Cabe lembrar que as metas bimestrais já levam em conta as receitas provenientes do recebimento dos valores devidos por concessionárias de petróleo na esteira do termo de acordo celebrado com a interveniência da AGU (Advocacia Geral da União) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo), relativas à pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, alusivos principalmente ao período anterior a 2006.

As receitas de capital, por sua vez, não atingiram as metas estabelecidas tanto para o acumulado no ano, quanto para o sexto bimestre (51,4% e 29,9%, respectivamente).

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2010
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV-DEZ) 2010	RECEITA REALIZADA (NOV-DEZ) 2010	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-DEZ) 2010	RECEITA REALIZADA (JAN-DEZ) 2010	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA	R\$ milhões
							REC. CORRENTES
TRIBUT.	4.868,42	5.253,68	107,9%	26.435,16	29.086,56	110,0%	
CONTRIB.	216,15	247,80	114,6%	940,66	1.040,25	110,6%	
PATRIM.	1.361,09	1.509,32	110,9%	7.531,99	8.609,32	114,3%	
AGROPEC.	0,02	0,03	106,8%	0,18	0,16	90,5%	
INDUST.	0,25	0,02	8,2%	1,44	0,21	14,9%	
SERV.	48,77	68,74	141,0%	313,25	344,21	109,9%	
TRANSF. CORR.	876,22	952,11	108,7%	5.119,70	5.121,30	100,0%	
OUTRAS	167,13	646,20	386,6%	1.003,27	2.358,78	235,1%	
Total	8.087,81	8.842,52	109,3%	45.703,94	48.802,99	106,8%	

As Receitas Correntes superaram a meta bimestral em 15,1% e no acumulado do ano em 12,6%.

⁸ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.



Apenas as metas para receitas de “Amortização de Empréstimo” foram superadas nos dois períodos (10,41% no bimestre e 7,66% no acumulado), enquanto que “Alienação de Bens” excedeu a meta bimestral (mais de 79.000%, apesar da diferença nos valores absolutos ser praticamente irrelevante, R\$ 6.334,30) e não alcançou a meta acumulada (+5,7%).

A Despesa paga em 2010, incluídos os Restos a Pagar herdados de 2009, ultrapassou 3,7% a meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro, publicado nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O gasto acima da meta decorre basicamente, das despesas correntes, que cresceram ao longo do ano. A maior parte dessas despesas (47%) corresponde às vinculações constitucionais e legais, cujo comportamento segue a variação das receitas correntes ao longo do ano, as quais ficaram 12% acima da estimativa inicial.

Nas despesas com Pessoal, embora a realização tenha ficado cerca de 6% abaixo da meta estabelecida, foram concedidos reajustes salariais a diversas carreiras do Estado a partir de julho de 2010.

O crescimento em Outras Despesas Correntes foi, em parte, compensado pela execução abaixo do previsto tanto no grupo de Investimentos quanto no pagamento de Juros e Amortizações.

A execução 7% menor nos Investimentos decorre, possivelmente, da não realização de algumas receitas de convênios.

No acumulado do ano, pagou-se R\$ 46,52 bilhões, representando 94,8% da despesa liquidada no exercício, demonstrando a celeridade de execução das Programações de Desembolso (PDs) emitidas pelos diversos órgãos.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)* ESTADO DO RIO DE JAN-DEZ 2010						Em R\$ milhões
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2010**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-DEZ***	RP 2009 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN- DEZ2010	% REALIZ.	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	12.111	10.751	607	11.358	93,8%	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.507	27.681	960	28.641	112,3%	
INVEST /INVERSÕES	5.359	4.533	452	4.986	93,0%	
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	3.825	3.562		3.562	93,1%	
TOTAL	46.802	46.528	2.019	48.546	103,7%	

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 277

***Fonte: SIG em 26/01/2011

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2009.



II. Resultado Fiscal⁹

II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, os resultados fiscais do sexto bimestre de 2010 apresentaram saldo negativo de R\$2.210,31 milhões, piora de 88,7% em relação ao mesmo período de 2009. Quanto ao resultado acumulado foi apurada uma redução de 258,1% (vide tabela 3). Estes resultados são consequência do crescimento da Despesa Total ter ocorrido em maior magnitude que a elevação da Receita Total. O acréscimo na despesa está relacionado ao gasto com pessoal, que no ano obteve um aumento de 16,8 % (+R\$ 1.640 milhões), assim como apontamos o crescimento no investimento, em relação ao exercício anterior, de 82,4% (+R\$ 2.322 milhões).

Sobre as Receitas Totais, neste bimestre foi verificado acréscimo de R\$69,57 milhões, impulsionado pelo crescimento de 8,7% nas Receitas Correntes. Este crescimento, por sua vez, sobrepujou a redução de 77,7% nas Receitas de Capital. No acumulado de 2010, as Receitas Totais aumentaram 19,4% (+R\$6.951,21 milhões) em virtude do incremento de 17,5% nas Receitas Correntes e de 53,6% nas Receitas de Capital.

Contudo, apesar do crescimento das receitas de capital no acumulado do ano, deve-se salientar a redução de R\$ 532,74 milhões ocorrida no bimestre por conta da redução nas receitas de Alienação de Bens (detalhes na seção III. 2).

É importante destacar a redução de R\$187,73 milhões da Receita Patrimonial no bimestre, efeito gerado especialmente pelas receitas extraordinárias do campo de Marlim, registradas em 2009 no valor de R\$200 milhões (ver seção III.1.2).

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	7.312,34	7.381,91	1,0%	35.775,64	42.726,85	19,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.545,17	7.111,34	8,7%	34.182,17	40.164,36	17,5%
I.1.1 Tributária	4.758,93	5.253,68	10,4%	24.884,73	29.086,56	16,9%
I.1.2 Patrimonial	406,03	218,30	-46,2%	2.816,54	3.344,55	18,7%
I.1.3 Transferências	797,97	952,11	19,3%	4.598,38	5.121,30	11,4%
I.1.4 Demais Correntes	582,24	687,25	18,0%	1.882,53	2.611,95	38,7%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	685,70	152,97	-77,7%	1.403,21	2.155,37	53,6%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	81,47	117,61	44,4%	190,26	407,12	114,0%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.463,98	9.592,22	13,1%	35.689,59	42.862,87	20,1%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.390,43	7.178,12	12,3%	29.840,91	34.398,20	15,3%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.896,50	2.222,01	17,2%	9.739,41	11.380,38	16,8%
II.1.2 Demais Correntes	4.129,12	4.565,36	10,6%	17.808,36	20.683,61	16,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	364,80	390,74	7,1%	2.293,14	2.334,21	1,8%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.631,99	1.978,95	21,3%	4.172,14	6.494,24	55,7%
II.2.1 Invest.	1.416,66	1.734,25	22,4%	2.818,84	5.141,29	82,4%
II.2.1.1 Obras e Instalações	931,50	1.295,02	39,0%	1.996,67	3.397,89	70,2%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	16,35	31,54	92,9%	50,53	517,84	924,8%
II.2.1.3 Demais Investimentos	468,80	407,69	-13,0%	771,64	1.225,55	58,8%
II.2.2 Inv. Financ.	23,65	18,62	-21,2%	130,35	125,18	-4,0%
II.2.3 Amort. Dívida	191,67	226,08	17,9%	1.222,95	1.227,77	0,4%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	461,56	435,15	-5,7%	1.676,54	1.970,44	17,5%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-1.171,64	-2.210,31	-88,7%	86,05	-136,02	-258,1%

⁹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº 42/2010.



Por outro lado, a elevação das despesas totais no bimestre foi fruto tanto da alta nas despesas correntes (12,3% no bimestre e 15,3% no acumulado), quanto do incremento das despesas de capital (21,3% no bimestre e 55,7% no acumulado).

No âmbito das despesas correntes, os incrementos verificados neste sexto bimestre nas contas de despesa de Pessoal (+17,2%), Demais Correntes (+10,6%) e Investimentos (+22,4%) são os principais responsáveis pelo aumento de R\$1.108,24 milhões das Despesas Totais.

O aumento das Despesas de Pessoal foi decorrente do reajuste salarial em todas as esferas de poder, concentrado no executivo nas áreas de Segurança, Educação e Fazenda. Já as Demais Despesas Correntes tiveram seu aumento relacionado ao acréscimo de receitas, uma vez que correspondem fundamentalmente a despesas não-discricionárias (que são vinculadas às receitas, como os repasses aos municípios).

No lado das despesas de capital, destaca-se no acumulado de 2010 o crescimento de 82,4% dos gastos com Investimento, intimamente ligado à execução de obras do PAC. Para detalhes sobre as despesas ver seções IV.2 e IV.3.4.

Especificamente sobre a despesa de Indenizações e Restituições, o aumento de 92,9% no bimestre e de 924,8% no acumulado é reflexo do ressarcimento ao Banco do Brasil referente à operação de cessão de direitos de receitas de Participação Especial do campo de Marlim, realizada em Novembro de 2009. Cabe enfatizar que tais receitas são procedentes do acordo firmado com a interveniência da AGU e da ANP (Agência Nacional de Petróleo), relativas à pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, referentes especialmente ao período anterior a 2006. Devido a esta despesa extraordinária as despesas totais ficaram muito elevadas no ano, provocando o déficit orçamentário verificado (-R\$136,02 milhões).

As despesas de capital destacam-se no acumulado de 2010, com o crescimento de 82,4% com os gastos de investimentos ligados a execução das obras do PAC.



II.2 Resultado Orçamentário¹⁰ com RIOPREVIDÊNCIA

O resultado orçamentário, com o RIOPREVIDÊNCIA, aponta uma melhora de R\$ 752,74 milhões, que representam 80,0% em relação ao acumulado do mesmo período do ano anterior, motivado pelo crescimento da despesa mesmo com o crescimento da receita superior.

O resultado orçamentário geral, ou seja, considerando o RIOPREVIDÊNCIA¹¹, apresentou piora de 142,1% em relação ao mesmo período de 2009, atingindo novamente montante negativo (-R\$1.683,92 milhões), reflexo dos resultados apresentados anteriormente aliados ao crescimento das despesas. (tabela 4)

As receitas totais tiveram aporte de 1,0% em relação ao verificado no 6º bimestre de 2009, mesmo com a queda de 16,9% das receitas patrimoniais e de 76,4% das receitas de capital. Conforme será detalhado mais adiante (seções III.1.2 e III.2), estas reduções se deram, respectivamente, nas receitas de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural e nas alienações de bens. Todavia, o total apurado no acumulado do ano teve aumento de 20,5%, visto que o desempenho anual destas duas receitas foi positivo, influenciadas pelas receitas de Demais correntes e as receitas de Capital que cresceram 32,0% e 50,4% respectivamente.

No sexto bimestre, as reduções não foram compensadas pelo crescimento das Receitas Correntes (+6,2%, equivalentes a + R\$509,62 milhões), que se deu majoritariamente pelo aumento das Receitas Tributárias (+ R\$494,76 milhões), já no acumulado essas receitas obtiveram o crescimento de 19,1% (R\$ 7.463 milhões). O motivo seria o aumento do ICMS verificado ao longo de todo ano de 2010, inclusive no bimestre.

O resultado orçamentário, com o RIOPREVIDÊNCIA, aponta uma melhora de R\$ 752,74 milhões

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COMO RIOPREVIDÊNCIA)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	9.250,71	9.341,85	1,0%	42.169,76	50.814,14	20,5%
I. RECEITA TOTAL (A)						
I.1 RECEITA CORRENTE	8.168,28	8.677,90	6,2%	39.100,49	46.563,87	19,1%
I.1.1 Tributária	4.758,93	5.253,68	10,4%	24.884,73	29.086,56	16,9%
I.1.2 Patrimonial	1.816,07	1.509,32	-16,9%	6.778,11	8.609,32	27,0%
I.1.3 Transferências	797,97	952,11	19,3%	4.598,38	5.121,30	11,4%
I.1.4 Demais Correntes	795,31	962,79	21,1%	2.839,27	3.746,70	32,0%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	668,95	164,63	-76,4%	1.490,60	2.242,20	50,4%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	383,49	499,33	30,2%	1.578,67	2.008,07	27,2%
II. DESPESA TOTAL (B)	9.946,22	11.025,77	10,9%	43.110,74	51.002,38	18,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.844,64	8.593,50	9,5%	37.252,90	42.509,58	14,1%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.161,43	3.656,23	15,7%	16.653,52	19.279,56	15,8%
II.1.2 Demais Correntes	4.318,40	4.546,53	5,3%	18.306,24	20.895,81	14,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	364,80	390,74	7,1%	2.293,14	2.334,21	1,8%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.634,80	1.990,56	21,8%	4.178,21	6.518,69	56,0%
II.2.1 Invest.	1.419,48	1.745,86	23,0%	2.824,91	5.165,74	82,9%
II.21.1 Obras e Instalações	934,10	1.304,25	39,6%	2.002,33	3.419,53	70,8%
II.21.2 Indenizações e Restituição	16,35	31,54	92,9%	50,53	517,84	924,8%
II.21.3 Demais Investimentos	469,03	410,07	-12,6%	772,05	1.223,37	59,1%
II.2.2 Inv. Financ.	23,65	18,62	-21,2%	130,35	125,18	-4,0%
II.2.3 Amort. Dívida	191,67	226,08	17,9%	1.222,95	1.227,77	0,4%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	466,78	441,71	-5,4%	1.679,63	1.974,12	17,5%
RES. ORÇAM (A-B)	-693,51	-1.683,92	-142,1%	-940,98	-183,24	80,0%

¹⁰ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto n°42/2010.

¹¹ As receitas e despesas do Rio Previdência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas nas tabelas 3 e 6 deste boletim.



As Transferências Totais apresentaram crescimento de 19,3% no bimestre (+11,4% no acumulado anual), efeito do crescimento da receita do FUNDEB (+R\$35,29 milhões), demais transferências da União (+R\$68,85 milhões) e de Convênios (+R\$27,70 milhões). Tais incrementos compensaram a redução de 28,10% da receita do SUS (-R\$31,23 milhões). Para mais detalhes, ver seção III.1.3.

As Demais Receitas Correntes também apresentaram crescimento (+21,1% no bimestre; +32,0% no acumulado), resultado principalmente da arrecadação de créditos da dívida ativa, multas e juros de mora neste ano com o REFIS¹², que mudou o patamar de arrecadação. Neste bimestre, houve aumento de R\$57,48 milhões (+168,5%) da receita de dívida ativa em relação ao mesmo período de 2009; no acumulado, a variação positiva foi de R\$247,17 milhões (+60,3%). Também merece destaque o significativo incremento da receita de Multas e Juros de Mora (+R\$319,85 milhões), crescimento de 135,4% em relação ao acumulado (vide seção III.1.4).

Sobre as despesas totais, verificou-se aumento de 10,9% no 6º bimestre de 2010 se comparado ao mesmo período do ano anterior (no acumulado, crescimento de 18,3%). As despesas correntes, que representaram 77,9 % das despesas totais, cresceram 9,5% neste bimestre e 14,1% no acumulado.

As despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”¹³ tiveram incremento de 15,7% no bimestre e 15,8% no acumulado anual por conta de ajustes salariais, principalmente nas áreas de Segurança, Educação e Fazenda. Esta última se destaca pela execução do projeto de Gestão e Modernização da Administração Fazendária.

As despesas de capital variaram positivamente em ambos os períodos (+21,8% no bimestre e +56,0% no acumulado), explicados por expressivo aumento nas despesas com investimento.

¹² A Lei Estadual nº 5.647/2010 instituiu incentivos a pagamentos de débitos tributários ou não, por meio de um sistema de parcelamento com anistia proporcional. Sua regulamentação está prevista no Decreto Estadual nº 42.316/2010, reformado pelo Decreto Estadual nº 42.395/2010, e na Resolução PGE nº 2.771/2010, complementada pela Resolução Conjunta SECC/PGE Nº 32/2010.

¹³ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.



As demais despesas correntes apresentaram crescimento de R\$228,13 milhões neste bimestre (+5,3%) e de R\$2.589,57 milhões no acumulado do ano (+14,1%). Esses resultados correspondem fundamentalmente aos acréscimos nas despesas não-discricionárias (ver detalhes na seção IV.2).

Sobre as despesas de capital, que representaram 18,1% das despesas totais, observa-se variação positiva de 21,8% no bimestre e 56,0% no acumulado anual. Estes totais são resultado principalmente do expressivo incremento nos investimentos em obras e instalações que, por sua vez, estão intimamente relacionados aos projetos do PAC. Destaca-se o aumento da Rubrica “Indenização e Restituição” que cresceu R\$ 448,17 milhões. Para maiores detalhes, ver seção III.1.4.

II.3 Resultado Orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA

Analizando o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA, apontamos um aumento de 10,8% (R\$ 51,748 milhões) neste bimestre, comparado com o mesmo período do exercício anterior. No acumulado temos uma melhora de 94,4% no resultado orçamentário do ano em relação a 2009, totalizando uma redução de R\$ 969,572 milhões. Mesmo assim, o resultado se manteve negativo, mas com os saldos acumulados em exercícios anteriores a situação do Fundo de Previdência se manteve bem tranquila.

O que motivou a melhora no resultado, no acumulado, foi o aumento de 30,1% na Receita Corrente influenciada pelo crescimento das participações governamentais sobre petróleo (ver seção III.1.2).

Na despesa total do RIOPREVIDÊNCIA temos uma queda de 2,1% que totalizam R\$ 30,18 milhões, redução identificada nas despesas correntes. Verificando o acumulado, temos aumento de R\$699 milhões nas despesas correntes, acréscimo de 9,7% em relação ao exercício anterior. Podemos salientar o crescimento de 303% (+R\$18,39 milhões) nas despesas de capital, relacionado em parte às obras e reformas do prédio do

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no sexto bimestre de 2010 foi 10,8% menor que o obtido no mesmo período em 2009.

Tabela 5

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO-RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO-2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV/DEZ)		ver %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN/DEZ)		ver %
	2009	2010		2009	2010	
I. RECEITA TOTAL (A)	1.938,35	1.959,94	1,1%	6.394,12	8.082,06	26,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	1.623,11	1.566,55	-3,5%	4.918,32	6.396,43	30,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	13,24	11,66	-12,0%	87,33	86,83	-0,6%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	302,02	381,73	26,4%	1.388,41	1.598,80	15,2%
II. DESPESA TOTAL (B)	1.457,99	1.427,80	-2,1%	7.421,15	8.139,52	9,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	1.454,21	1.415,38	-2,7%	7.411,93	8.111,38	9,4%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2,82	11,61	312,1%	6,07	24,45	303,0%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,96	0,80	-15,9%	3,03	3,68	19,2%
HES ORÇAM (AB)	480,36	532,14	10,8%	-1.027,03	-57,46	94,4%



IPERJ, que esta sendo recuperado para ser nova fonte de receita, com o aluguel do prédio para SEFAZ/RJ.

II.3 Resultado Primário¹⁴

A redução nos valores recebidos a título de *royalties* e Participação Especial pelo Estado no bimestre e o aumento nas despesas com investimentos levaram o resultado primário do 6º bimestre de 2010 - desconsiderando o resultado do RIOPREVIDÊNCIA - a ficar 38,1 % abaixo do alcançado no mesmo período do ano anterior com redução de R\$479,10 milhões. (ver tabela 6).

No ano, ainda desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, a queda no resultado primário foi de R\$ 859,46 milhões (-34,2%). Grande parte dessa queda se explica pelo crescimento da despesa com investimentos, que chegou a R\$ 5,14 bilhões (+82,4%), com a utilização de recursos oriundos de operações de crédito de R\$ 1,88 bilhões para custeá-la.

Ao lado encontra-se tabela com análise do resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA. No bimestre atingiu o valor de R\$506,61 milhões, acréscimo de 12,0% em relação ao mesmo período de 2009. No acumulado, o total apurado foi de menos R\$ 207,76 milhões, uma melhora de 82,9%. Ambos os desempenhos estão relacionados ao aumento no valor recebido de *royalties* e Participações Especiais e a um aumento de despesa inferior ao da receita no caso do bimestral.

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA S/ RIOPREV. (A)	7.230,87	7.264,31	0,5%	35.585,38	42.319,73	18,9%
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	656,10	160,52	-75,5%	1.179,13	1.882,36	59,6%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA (C)	81,47	117,61	44,4%	190,26	407,12	114,0%
RECEITA NÃO-FINANC. S/ RIOPREV. (C)	6.656,24	7.221,39	8,5%	34.596,51	40.844,49	18,1%
DESPESAS S/ RIOPREV. (D)	8.022,41	9.157,07	14,1%	34.013,05	40.892,43	20,2%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	569,22	633,20	11,2%	3.603,77	3.669,61	1,8%
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA (G)	461,56	435,15	-5,7%	1.676,54	1.970,44	17,5%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (H)	7.914,76	8.959,02	13,2%	32.085,82	39.193,26	22,2%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (H-D)	-1.258,52	-1.737,63	-38,1%	2.510,69	1.651,23	-34,2%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO - RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA (A)	1.636,36	1.578,21	-3,6%	5.005,71	6.483,26	29,5%
RECEITAS FINANCEIRAS (B)	28,16	25,53	-9,3%	186,47	150,31	-19,4%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA (C)	302,02	381,73	26,4%	1.388,41	1.598,80	15,2%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (D)=(A)-(B)+(C)	1.910,21	1.934,41	1,3%	6.207,64	7.931,75	27,8%
DESPESA* (E)	1.457,03	1.427,00	-2,1%	7.418,06	8.135,84	9,7%
DESPESAS FINANCEIRAS (F)	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA (G)	0,96	0,80	-15,9%	3,09	3,68	19,2%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (H)=(E)-(F)+(G)	1.457,99	1.427,80	-2,1%	7.421,15	8.139,52	9,7%
RESULTADO PRIMÁRIO (D-H)	452,23	506,61	12,0%	-1.213,51	-207,76	82,9%

¹⁴ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



Box 1 – Avaliação Patrimonial de Curto Prazo do ERJ 2007- 2010

A ciência econômica, como muito bem definiu Kanitz¹⁵, não interessou muito ao longo do tempo pelo conceito de patrimônio líquido, utilizado por todos os contadores, analistas e administradores quando avaliam o desempenho das empresas. Para medir o desempenho de um país, preferiu-se usar o conceito de produto interno bruto, aquilo que se produziu durante o ano avaliado. Riqueza sob essa definição, é quanto uma geração gasta por ano, e não quanto se deixa de herança para a próxima geração.

A integração orçamento/patrimônio financeiro é condição sine qua non para se evidenciar os efeitos das transações realizadas pelos entes governamentais, principalmente antes do início de um novo exercício fiscal. O gestor fiscal precisa tomar conhecimento da apuração da situação líquida financeira da entidade no exercício anterior, para programar os recebimentos das suas receitas e a realização de suas obrigações, ou seja, formular um orçamento de caixa, no qual serão considerados todos os créditos recebíveis e todas as obrigações a serem pagas, incluindo as que vieram de exercícios anteriores. Essa prática além de demonstrar uma boa gestão fiscal indica a observância no caso brasileiro da legislação pertinente, da qual se destaca a LC 101/2.000 (LRF).

Assim, ao analisarmos a situação patrimonial de curto prazo do Estado do Rio de Janeiro, das fontes de recursos do Tesouro¹⁶, visualizada através da disponibilidade financeira líquida, demonstra uma reversão de cenário. Em 2007, quando o Governador Sérgio Cabral assumiu seu primeiro mandato a disponibilidade líquida (apurada em 13/2006) era negativa em R\$3,48 bilhões. Quatro anos depois, a segunda gestão tem inicio com uma disponibilidade líquida positiva de R\$14,3 milhões.

A tabela abaixo evidencia a Disponibilidade Bruta e as contas do passivo financeiro que compõe a obrigação do Estado e por isso devem ser abatidas para se obter a disponibilidade financeira líquida (livre de obrigações).

A queda acentuada da disponibilidade líquida de 13/2006 para 13/2010 pode ser explicada principalmente pela redução das obrigações com Restos a Pagar (-77,27%), reflexo da política adotada pelo Estado do Rio de Janeiro de pagamento destes no primeiro quadrimestre do exercício seguinte ao da inscrição do RP, fazendo com que não ocorra o acúmulo desse passivo ao longo dos exercícios, e possibilitando que os fornecedores recebam em um prazo justo pelos serviços prestados.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA (FRs Tesouro)*

EM R\$ MIL

EXERCÍCIO	2006	2007	2008	2009	2010
DISP. FINAC. BRUTA	1.561.507	2.225.685	3.022.689	3.142.885	2.704.743
OBRIG. EXERCÍCIO	1.344.277	1.382.258	1.506.452	1.563.628	1.754.798
CONSIGNAÇÃO	348.652	319.897	315.898	325.315	331.434
DEPÓSITO DIV. ORIGENS	231.332	182.782	188.532	215.184	81.740
ENTID. AG. CREDORES	33.152	20.630	21.204	19.053	
SERV.DÍVIDA A PAGAR	694				
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.448.972	1.382.595	1.403.675	1.354.413	150.390
RESTOS A PAGAR	1.636.766	832.889	615.359	500.809	372.028
DISP. FINANCEIRA LÍQUIDA	-3.482.339	-1.895.365	-1.028.432	-835.517	14.353

* Exclui IO e CEDAE

OBS: As fontes de Recursos Tesouro seguem o padrão estabelecido na LOA 2010 (FR 00,01,04,06,07,11,20,22,26,90,95)

FONTE: SISTEMA SIG/ SIAFEM

¹⁵ Kanitz, Stephen, In *Revista Veja*, São Paulo: Abril, ano 39, nº 6, 15 de fevereiro 2006, p.20

16 As fontes de recurso tesouro seguem o padrão da LOA/RJ.



Além disso, o Estado adotou medidas como Programa de Pagamento de Restos a Pagar e a adoção do mecanismo da Oferta Pública de Recursos.

Além desta medida, no período 2007-2010, a administração fiscal do Estado do Rio de Janeiro apresentou ainda, outras importantes inovações que permitiram significativa melhora na capacidade de pagamento do Estado, possibilitando redução dos passivos financeiros:

1. Instituição do módulo “AUTENTICA” no Sistema SIAFEM-RJ - A Portaria CGE nº138 de 16/10/2009, permitiu o registro de documentos fiscais dando suporte às liquidações de despesas. A partir daí, foi possível fazer uma verificação mais precisa da prestação do serviço ou entrega do bem. Cabe ressaltar que em 2010 o módulo “AUTENTICA” foi substituído pela ferramenta do DOCUMENTO DE LIQUIDAÇÃO – DL, tornando obrigatório o preenchimento de informações como: os eventos de liquidação; número do empenho; a respectiva natureza da despesa; se existe ou não consignatário e tipo deste; onde são registrados os consignatários; documento fiscal e fato gerador da liquidação da despesa.
2. Instituição de normas para apropriação de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) - Os Decretos nº41.065/2007 e nº 41.273/2008 definiram normas para apropriação de obrigações a pagar de 2007 e exercícios anteriores. Assim, o reconhecimento da despesa/dívida passou a ocorrer após a conclusão de sindicância administrativa instaurada pelo Titular do Órgão ou Entidade, encaminhada à Auditoria Geral do Estado que após análise faz inclusão ou não na prestação de contas dos respectivos ordenadores de despesa do exercício em referência, libera a despesa para pagamento. A adoção de tais medidas gerou significativa economia para o Estado em função do cancelamento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEAs) que não cumpriram as exigências e prazos contidos nos decretos previamente mencionados.
3. O estabelecimento da responsabilidade de cada um dos poderes no recolhimento da contribuição patronal dos poderes para o Fundo de Previdência - A Lei 5.166/07 estabeleceu que a partir de 2008 os poderes – Assembléia Legislativa, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas – são responsáveis pelas contribuições relativas aos seus respectivos servidores. Essa contribuição se dará de forma escalonada, ao longo de 8 anos, até atingir 22%. Em 2008, o percentual recolhido foi de 2%, em 2009 de 5%, em 2010 de 8% e em 2011 será de 11%. Como resultado, os gastos com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000) terão tetos
4. Adoção dos critérios contábeis para contabilização de Precatórios Judiciais – Como o advento da EC nº 62/2009, na qual os estados e municípios terão que quitar todo o seu passivo judicial em 15 anos, fez como as despesas de precatórios passassem a ser contabilizadas em conta patrimonial de passivo de longo prazo e não de curto prazo.

III. Receita Estadual¹⁷

¹⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.



A execução da receita total acumulada de 2010 atingiu o montante de R\$48.802,99 milhões, crescimento de 20,2%, (+R\$ 8.211 milhões), em relação ao ano anterior, tendo como principal motivo o excelente desempenho da Receita Tributária (+R\$4.201 milhões). Quanto ao último bimestre do ano, foi apurada redução de 0,3% (tabela 6).

Desmembrando a receita total, verifica-se que no sexto bimestre de 2010 as receitas correntes obtiveram crescimento de 6,2% – incremento de R\$509,62 milhões em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Tal resultado foi estimulado principalmente pelo aumento das receitas tributárias (+R\$494,76 milhões), transferências correntes (+R\$154,13 milhões) e outras receitas correntes (+R\$107,78 milhões).

Estes acréscimos acabaram por compensar a queda na receita patrimonial (-16,9%). A redução de R\$306,75 milhões ocorreu porque no mesmo bimestre do ano anterior houve a entrada de mais de R\$ 200 milhões referentes ao acerto de Marlim relativos a anos pretéritos e pela queda nas receitas de participação especial de petróleo e gás.

Já as receitas de capital sofreram redução de 76,4% (-R\$534,32 milhões) no bimestre em questão, efeito da retração de praticamente todas as receitas que compõem a categoria, com destaque para a receita de alienação de bens (-R\$441,29 milhões). Para mais detalhes ver seção III.2.

No acumulado do ano, todas as receitas apresentaram crescimento, exceto a industrial (-95,2% devido a já mencionada reclassificação) e a agropecuária (-6,4%). Todavia, ambas têm pouca representatividade no total das receitas, influenciando pouco em sua variação.

Mais detalhes sobre as categorias de receita no acumulado do ano e no bimestre em destaque serão apresentados nas próximas seções.

Tabela 8

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
TRIBUTÁRIA	4.758,93	5.253,68	10,4%	24.884,73	29.086,56	16,9%
CONTRIBUIÇÕES	201,51	247,80	23,0%	905,21	1.040,25	14,9%
PATRIMONIAL	1.816,07	1.509,32	-16,9%	6.778,11	8.609,32	27,0%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,03	6,7%	0,17	0,16	-6,4%
INDUSTRIAL	0,23	0,02	-91,0%	4,43	0,21	-95,2%
DE SERVIÇOS	55,12	68,74	24,7%	313,42	344,21	9,8%
TRANSF. CORR.	797,97	952,11	19,3%	4.598,38	5.121,30	11,4%
OUTRAS CORR.	538,43	646,20	20,0%	1.616,04	2.358,78	46,0%
REC. CORR.	8.168,28	8.677,90	6,2%	39.100,49	46.560,79	19,1%
REC. CAPITAL	698,95	164,63	-76,4%	1.490,60	2.242,20	50,4%
Total	8.867,23	8.842,52	-0,3%	40.591,09	48.802,99	20,2%

A execução da receita total acumulada de 2010 atingiu o montante de R\$48.802 milhões, crescimento de 20,2%, (+R\$ 8.211 milhões), em relação ao ano anterior.



III.1 Receitas Correntes

Como dito anteriormente, as receitas correntes elevaram-se 6,2% no último bimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, somando R\$8.677,9 milhões. No acumulado do ano, estas receitas atingiram a cifra de R\$46.560,79 milhões, significativo crescimento de 19,1%.

As receitas tributárias são o componente mais expressivo no total das receitas correntes. No sexto bimestre de 2010, o total arrecadado (R\$5.253,68 milhões) representou incremento de 10,4% em relação a 2009.

As receitas patrimoniais também têm destaque neste grupo – representam 17,4% no bimestre e 18,5% no ano do total das receitas correntes. Todavia, no bimestre em análise, a arrecadação patrimonial sofreu redução de 16,9% se comparada ao mesmo período de 2009. Este comportamento não foi verificado no acumulado do ano: neste caso, houve aumento de 27% na comparação entre os anos (ver seção III.1.2).

Quanto às receitas de transferências, também significativas para as receitas correntes, o montante arrecadado no sexto bimestre de 2010 foi de R\$952,11 milhões, acréscimo de 19,3% se comparadas ao período do ano anterior. Nesta rubrica, as receitas de FPE e IPI são as mais importantes representando 30% e 23% respectivamente das receitas repassadas pela União no bimestre. No acumulado, os R\$5,12 bilhões realizados equivaleram a aumento de 11,4%. Estas receitas são vinculadas à arrecadação da União e constitucionalmente garantidas; portanto, seu resultado positivo é reflexo da melhoria na economia brasileira e o consequente aumento da receita federal. Mais informações sobre estas receitas na seção III.1.3.

Tabela 9

RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOV-DEZ 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	RECEITA TRIBUTÁRIA	4.758,93	5.253,68	10,4%	24.884,73	29.086,56
ICMS	3.604,61	4.090,09	13,5%	18.619,47	22.113,23	18,8%
Adicional do ICMS	364,59	391,61	7,4%	1.994,35	2.253,45	13,0%
IRRF	502,54	390,24	-22,3%	1.283,78	1.491,34	16,2%
IPVA	74,01	76,22	3,0%	1.511,18	1.417,04	-6,2%
ITD e ITBI	55,01	105,57	91,9%	290,45	464,28	59,8%
Taxas	158,18	199,95	26,4%	1.185,51	1.347,21	13,6%



BOX 2 – Panorama Econômico ERJ

A produção na Indústria Geral fluminense cresceu em novembro (+0,1%). Este movimento foi contrário a tendência nacional, cuja produção na indústria geral diminuiu (-0,8). O aumento na Produção Industrial Geral fluminense deveu-se basicamente ao crescimento da Produção na Indústria Extrativa (+1,6%). Comparando com igual período do ano anterior, a Produção na Indústria Geral Fluminense cresceu (+10,1%), variação acima da Produção na Indústria Geral Brasileira (+5,3%). O crescimento de novembro em relação a novembro do ano anterior deu-se pela variação na Produção na Indústria de Transformação (+14,3% e +5,0% respectivamente).

As vendas do comércio varejista no mês de novembro diminuíram no Estado do Rio de Janeiro (-1,2%), acompanhando a variação no território nacional (-0,8%). Ao comparar com os mesmos meses do ano anterior e, assim, descontando qualquer efeito sazonal, as vendas no varejo cresceram, mostrando o aquecimento da economia desse ano.

Essa aceleração da economia pode ser vista também na variação dos preços. A inflação média no sexto bimestre foi, tanto no Brasil quanto no Estado do Rio, acima de 6% em relação ao ano anterior, percentuais acima do centro da meta de inflação seguida pelo Banco Central.

A população economicamente ativa (PEA) no Rio de Janeiro, comparando com o ano passado, cresceu 1,2% no bimestre. Este crescimento seguiu a variação nacional (+1,6%). Avaliando o Rendimento Médio Real do Trabalho a preços de dezembro de 2010, observa-se que no Rio de Janeiro este cresceu 12,4% no mês de novembro em relação ao ano anterior, ao passo que o Rendimento Médio nacional cresceu apenas 3,7%.

As taxas de desemprego da região metropolitana do RJ e do Brasil continuam em trajetória decrescente. No Rio de Janeiro, a taxa média do sexto bimestre passou de 5,5% em 2009 para 4,9% em 2010 (-10%). No Brasil, passou de 7,1% para 5,5% (-23%). A queda da taxa de desemprego foi acompanhada pelo aumento do emprego formal. No sexto bimestre desse ano, comparado ao ano anterior, o crescimento médio do emprego formal foi de 8,1% e 6,6% no Brasil e Rio de Janeiro, respectivamente.



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%) nov/10 dez/10		Variação em 12 meses nov/10 dez/10	
Produção na Indústria Geral (1) (9)	BR	-0,8%	-10,3%	5,3%	2,7%
	ERJ	0,1%	-	10,1%	-
Produção na Indústria Extrativa (1) (9)	BR	-1,7%	3,0%	11,5%	10,4%
	ERJ	1,6%	-	-5,3%	-
Produção na Indústria de Transformação (1) (9)	BR	-0,8%	-11,1%	5,0%	2,2%
	ERJ	-0,3%	-	14,3%	-
Vendas no Varejo (2)	BR	-0,8%	-	14,8%	-
	ERJ	-1,2%	-	14,3%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%) nov/10 dez/10		Variação em 12 meses nov/10 dez/10	
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	1,0%	0,7%	5,7%	6,2%
	ERJ	0,9%	0,97%	6,1%	6,6%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%) nov/10 dez/10		Variação em 12 meses nov/10 dez/10	
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	-0,1%	-0,2%	1,9%	1,3%
	ERJ	0,8%	0,5%	1,2%	1,3%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	3,4%	-	3,7%	-
	ERJ	3,8%	-	12,4%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	-3,3%	1,3%	-5,8%	-6,2%
	ERJ	2,1%	0,9%	-8,9%	-8,1%
Empregado com carteira (7)	BR	1,1%	0,9%	8,3%	7,9%
	ERJ	0,2%	1,7%	6,2%	7,0%
DESEMPREGO		nov/10	dez/10	nov/09	dez/09
Taxa de Desocupação (8)	BR	5,7	5,3	7,4	6,8
	ERJ	4,9	4,9	5,5	5,4

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE.
 (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de dezembro de 2010, PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária apurada no sexto bimestre de 2010 variou positivamente 10,4% em relação a 2009, atingindo o total de R\$5.253,68 milhões. Sobre o total acumulado, a variação foi ainda maior: 16,9%, que representam R\$4,2 bilhões. Em ambos os períodos, estes resultados positivos correspondem majoritariamente aos incrementos de ICMS: +R\$485,49 milhões no bimestre e +R\$3.493,76 milhões no acumulado.

Apesar da execução positiva do Imposto de Renda (IRRF) no acumulado de 2010 (+16,2% em relação a 2009), o



total de R\$390,24 milhões apurados no 6º bimestre representou queda de 22,3%. Este resultado negativo é decorrente de atraso no repasse deste imposto no mês de dezembro – parte do valor deste mês será repassada pelo RIOPREVIDENCIA apenas em janeiro.

Sobre o IPVA, apesar do aumento de 3% apurado no 6º bimestre (+R\$2,21 milhões), o acumulado do ano sofreu redução em relação ao ano anterior. O total arrecadado em 2010, R\$1.417,04 milhões, exprime redução de 6,2% em relação a 2009, ainda em decorrência da redução no preço médio dos automóveis da Tabela FIPE de 2010 frente a 2009, e da redução da alíquota para os carros bicompostíveis (Flex) de 4% para 3% (Lei 5653 de 06/01/2010).

É interessante destacar o excepcional desempenho na arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITD). Esta receita teve acréscimo de 91,9% no bimestre e 59,8% no acumulado do ano, se confrontada com os mesmos períodos de 2009, o que representa incrementos de R\$50,56 milhões e R\$173,83 milhões, respectivamente. Os aumentos são explicados principalmente por dois fatores: o prosseguimento de convênio com a Receita Federal para o cruzamento de informações sobre doações declaradas no Imposto de Renda Pessoa Física – principalmente em dinheiro – realizado no primeiro bimestre de 2010. A partir destes dados foi possível convocar mais de 15 mil contribuintes a verificar suas declarações e regularizar sua situação na eventualidade de terem doado ou se beneficiado de doações sem a devida quitação do ITD correspondente.

Adicionalmente, deve-se destacar o advento do REFIS, que promoveu descontos nas quitações à vista de dívidas de ITD e através de compensação de créditos com precatórios. Em ambos os casos (pagamento ou compensação com precatórios de créditos inscritos em Dívida Ativa) podem ocorrer parcelamentos de até 60 meses.

A receita do ITD cresceu 91,9% no bimestre e 59,8% no acumulado resultado do advento do REFIS e do cruzamento de informações com a Receita Federal.



Box 3 – Evolução da Arrecadação do ITD

Nos últimos quatro anos a arrecadação do ITD destacou-se entre as receitas do Estado que mais cresceram. Entre 2007 e 2010 houve incremento de 221,42%, resultado de diversas medidas adotadas pelo Governo do Estado desde o início do período, tais como: a adoção de novas regras de pagamento; a simplificação, agilidade e previsibilidade do cálculo e do pagamento do imposto; a continuidade do convênio com a Receita Federal para intercâmbio de informações; o envio de informações referentes às operações de todos cartórios fluminenses à Secretaria de Fazenda Estadual e o advento do REFIS, que promoveu descontos nas quitações à vista de dívidas de ITD e através de compensação de créditos com precatórios.

Conforme evidenciado no quadro abaixo, a importância do Imposto na receita estadual tributária em 2007 passou de 1,04% para 1,60% em 2010, incremento de cerca de 53,65%. O crescimento anual da participação do ITD sobre os tributos foi contínuo, sendo de 2009 para 2010 o maior incremento, cerca de 37%.

Em R\$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009	2010
Arrecadação do ITD	209,68	248,87	290,45	464,27
Receita Tributária	20.184	22.921	24.885	29.087
Partic. na Rec. Tributária	1,04%	1,09%	1,17%	1,60%
Crescim. anual da Participação		4,52%	7,50%	36,76%

Fonte: Subsecretaria de Política Fiscal - SEFAZ

No segundo quadro a seguir, os números também refletem o esforço de melhoria no recolhimento de receita do Estado, através da evolução da quantidade de guias pagas e a arrecadação média por guia.

Guias pagas por ano

Ano	Qtde de Guias	Arrecadação	Arrecadação Média por Guia
2007	44.147	209.675.023	4.749
2008	86.593	248.871.022	2.874
2009	85.127	290.447.855	3.412
2010	105.360	464.271.386	4.407

Fonte: Superintendência de Arrecadação, Cadastro e Informações Econômico Fiscais - SEFAZ

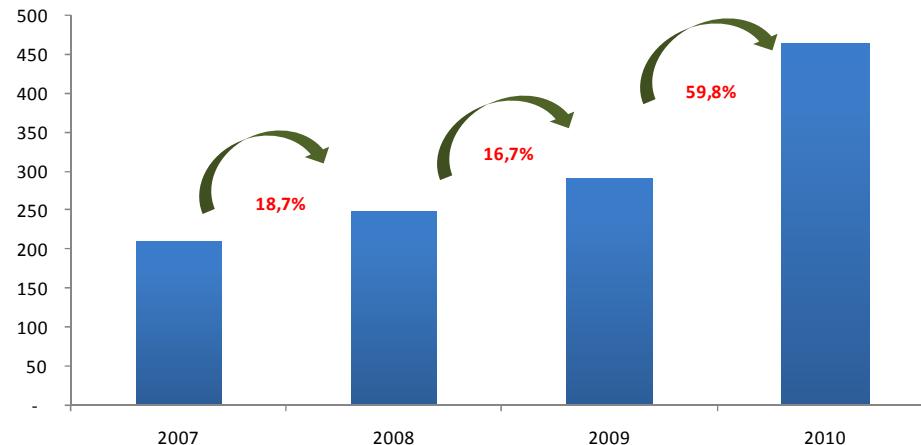
Em 2008 o numero das guias pagas cresceu 96,1%, mantendo o patamar alcançado em 2009. Em 2010, com o advento do REFIS e do envio de informações pelos cartórios à SEFAZ, o numero de guias voltou a se elevar, refletindo o impacto das referidas medidas. Ainda que 2010 tenha sido afetado pelo REFIS, a arrecadação de maneira geral tem crescido de forma significativa, principalmente pelo cruzamento de informações tributárias.

É importante relacionar também a ocorrência de 4 concursos públicos ao longo de 2007-2010, com a entrada 300 fiscais em operação. Em 2008, entraram em exercício 75 aprovados, 102 em 2009 e 128 em 2010, que contribuíram para alavancar a arrecadação do Estado, sobretudo no segundo semestre do último ano.

O gráfico abaixo ilustra o crescimento nominal da arrecadação do ITD em termos anuais. Adiante, há uma análise mais detalhada das medidas que elevaram a receita do mesmo ao longo do período em questão.



Evolução de Arrecadação do ITD - em milhões de R\$



O incremento observado é fruto de diversas medidas adotadas pelo Governo do Estado desde o início de 2007, a partir do estabelecimento em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado de novas regras para o pagamento. Observou-se, entretanto, que o maior incremento ocorreu após implantação de um sistema de informática acessível ao contribuinte, que dinamizou e simplificou o cálculo do imposto devido, além de possibilitar o pagamento via internet (Resolução SEFAZ 048 de 04/07/2007). Essa inovação permitiu a emissão da guia de controle e DARJ (Documento de Arrecadação do Estado do RJ), a verificação de autenticidade do documento e realização do pagamento.

O novo mecanismo foi criado em parceria com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e ainda consistiu na alteração da forma de cálculo do imposto para bens imóveis. Anteriormente, o valor era calculado a partir de índices multiplicadores sobre o valor venal do IPTU e outros fatores. A partir do convênio, o valor utilizado na base cálculo do ITD passou a ser o valor do imóvel utilizado pela prefeitura para o cálculo do IPTU, que utiliza um programa desenvolvido por eles e que tem apresentado bastante aderência com os valores de mercado dos imóveis. Estas medidas aumentaram a previsibilidade do valor devido, trazendo mais transparência e agilidade ao cálculo dos impostos incidentes sobre os bens imóveis.

O prosseguimento do convênio com a Receita Federal para cruzamento de informações teve maior aproveitamento a partir de 2007, sobretudo em 2010 quando mais de 15.000 contribuintes foram convidados a verificar suas declarações e regularizar sua situação na eventualidade de terem doado ou se beneficiado de doações sem a devida quitação do ITD correspondente.

Em 2009 a Lei 5440/2009, regulamentada pela Resolução SEFAZ 268/2010, estabeleceu que todos os cartórios situados no Estado do Rio de Janeiro passassem a prestar informações de suas operações mensalmente à Secretaria de Fazenda. Dentre as principais estão: lavratura de escritura ou ao do registro de doação; constituição e extinção de usufruto ou de fideicomisso; alteração de contrato social que constitua fato gerador do imposto; títulos judiciais ou particulares de direitos reais sobre móveis e imóveis; testamentos e atestados de óbito. A medida passou a contribuir para a identificação de fraudes e sonegação no âmbito do ITD.

No início do exercício de 2010 foi publicada a Lei 5647/2010 que criou o Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS) do Estado do Rio de Janeiro. O REFIS estabeleceu descontos em juros e multas para quitação a vista da dívida e regras para a compensação de créditos inscritos em Dívida Ativa com precatórios vencidos. Em ambos os casos (pagamento ou compensação com precatórios de créditos inscritos em Dívida Ativa) podem ocorrer parcelamentos de até 60 meses.



No início do exercício de 2010 foi publicada a Lei 5647/2010 que criou o Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS) do Estado do Rio de Janeiro. O REFIS estabeleceu descontos em juros e multas para quitação a vista da dívida e regras para a compensação de créditos inscritos em Dívida Ativa com precatórios vencidos. Em ambos os casos (pagamento ou compensação com precatórios de créditos inscritos em Dívida Ativa) podem ocorrer parcelamentos de até 60 meses.

Por fim, as receitas de Taxas cresceram 26,4% em relação ao 6º bimestre de 2009 (+R\$41,78 milhões); no acumulado anual, o aumento foi de 13,6% (+R\$161,71 milhões). Grande parte do incremento desta receita é proveniente da arrecadação das taxas de controle e fiscalização e prestação de serviços de trânsito, ambas do DETRAN – foram R\$22.955,75 milhões no bimestre e R\$106.011,05 milhões no ano.

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os dez setores produtivos com maior participação no bimestre Novembro/Dezembro de 2010 equivalem a 75,9% do total arrecadado. De todos os setores somente dois não contribuíram para o crescimento da arrecadação geral do imposto: o setor de energia elétrica (-1,7%) e Editorial, gráfica e publicidade (-0,3%).

Quanto ao acumulado, o destaque é dado ao setor de petróleo, que teve crescimento de 33,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Mercados, lojas e Magazines tiveram aumento de 33,2%; e o setor de metalurgia e siderurgia, apresentou aumento de 45,6% entre os anos (tabela 11).

No setor de petróleo o destaque é dado à fabricação de produtos de refino, que cresceu entre janeiro e dezembro 55,6%, e extração de petróleo e gás, que variou 92,1%. Essas atividades representam no total arrecadado no setor 45,2% e 13,9% respectivamente.

Tabela 10

**EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECADAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2009/2010**

DISCRIMINAÇÃO	part % 2010	var % 10/09	R\$ milhões Contrib. para Cresc.
Petróleo, combustíveis e gás natural	15,73%	13,4%	15,6%
Telecomunicações	15,21%	7,1%	8,5%
Energia elétrica	11,75%	-1,7%	-1,7%
Mercados, lojas e magazines	6,33%	12,1%	5,8%
Bebidas	5,38%	9,1%	3,8%
Metalurgia e siderurgia	4,83%	33,5%	10,2%
Veículos automotores	4,68%	12,6%	4,4%
Alimentação	4,28%	15,3%	4,8%
Têxtil e vestuário	3,79%	41,2%	9,3%
Construção civil	3,62%	43,7%	9,3%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	3,56%	17,2%	4,4%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	3,19%	23,3%	5,1%
Química e petroquímica	2,83%	4,7%	1,1%
Madeira, papel e fumo (*)	2,64%	11,5%	2,3%
Transportes gerais e armazenagem	2,11%	10,4%	1,7%
Eletroeletrônicos	2,04%	14,1%	2,1%
Comunicação e informação	1,52%	31,7%	3,1%
Outras atividades econômicas	1,47%	2,9%	0,4%
Máquinas e equipamentos em geral	1,27%	59,8%	4,0%
Móveis e utensílios	1,02%	55,7%	3,1%
Borracha e plástico	0,82%	18,8%	1,1%
Médico-hospitalar e odontologia	0,80%	25,6%	1,4%
Informática e óptico	0,60%	14,3%	0,6%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	0,53%	-5,7%	-0,3%
Total das atividades econômicas	100,00%	13,47%	100,0%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.



No setor de Mercados, grande parte do crescimento representa o trabalho nas operações de fiscalização no setor, bem como o sucesso do sistema ECF (Emissor de Cupom Fiscal), base para a implantação do concurso Cupom Mania. É importante destacar que as seções 'Lojas de departamentos' e 'Supermercados' têm representação expressiva dentro do setor de Mercados, Lojas e Magazines (47,8% e 32,8% respectivamente) e tiveram aumentos relevantes no ano: 36,9% e 26,2% respectivamente.

Já no setor de Metalurgia Siderurgia, é relevante o crescimento da Produção de Laminados planos de aço e carbono (+51,7%) no ano. Tal produção representou 35,3% do total arrecadado no setor. Esses resultados são consequência do aquecimento da indústria na economia fluminense.

Tabela 11

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		part % 2010	var % 10/09	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		part % 2010	var % 10/09
	2009	2010			2009	2010		
Petróleo, combustíveis e gás natural	567,65	643,57	15,7%	13,4%	2.605,26	3.481,68	15,7%	33,6%
Telecomunicações	580,75	622,25	15,2%	7,1%	3.144,42	3.423,59	15,5%	8,9%
Energia elétrica	488,77	480,57	11,7%	-1,7%	2.736,35	3.027,63	13,7%	10,6%
Mercados, lojas e magazines	230,90	258,83	6,3%	12,1%	1.066,23	1.419,91	6,4%	33,2%
Bebidas	201,72	220,00	5,4%	9,1%	980,36	1.169,75	5,3%	19,3%
Metalurgia e siderurgia	148,05	197,61	4,8%	33,5%	743,85	1.083,35	4,9%	45,6%
Alimentação	151,67	174,92	4,3%	15,3%	761,41	993,24	4,5%	30,4%
Veículos automotores	170,06	191,57	4,7%	12,6%	702,35	902,53	4,1%	28,5%
Têxtil e vestuário	109,67	154,86	3,8%	41,2%	597,34	812,17	3,7%	36,0%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	124,24	145,58	3,6%	17,2%	715,30	809,81	3,7%	13,2%
Química e petroquímica	110,62	115,83	2,8%	4,7%	724,89	699,50	3,2%	-3,5%
Construção civil	102,96	147,95	3,6%	43,7%	538,33	694,25	3,1%	29,0%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	105,64	130,27	3,2%	23,3%	541,94	611,95	2,8%	12,9%
Madeira, papel e fumo (*)	96,30	108,08	2,6%	11,5%	532,12	599,54	2,7%	12,7%
Transportes gerais e armazenagem	78,06	86,15	2,1%	10,4%	503,69	492,16	2,2%	-2,3%
Eletroeletrônicos	72,96	83,25	2,0%	14,1%	257,77	395,59	1,8%	53,5%
Comunicação e informação	47,26	62,22	1,5%	31,7%	213,50	288,42	1,3%	35,1%
Outras atividades econômicas	58,51	60,23	1,5%	2,9%	507,23	261,18	1,2%	-48,5%
Máquinas e equipamentos em geral	32,47	51,88	1,3%	59,8%	193,17	235,31	1,1%	21,8%
Borracha e plástico	28,39	33,72	0,8%	18,8%	156,53	189,92	0,9%	21,3%
Móveis e utensílios	26,83	41,78	1,0%	55,7%	99,67	172,03	0,8%	72,6%
Médico-hospitalar e odontologia	25,93	32,57	0,8%	25,6%	136,02	155,35	0,7%	14,2%
Informática e óptico	21,65	24,74	0,6%	14,3%	95,70	115,82	0,5%	20,8%
Editorial, gráfica e publicidade (*)	22,95	21,64	0,5%	-5,7%	66,05	78,77	0,4%	19,2%
Total das atividades econômicas	3.604,61	4.090,09	100,0%	13,5%	18.619,47	22.113,23	100,0%	18,8%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

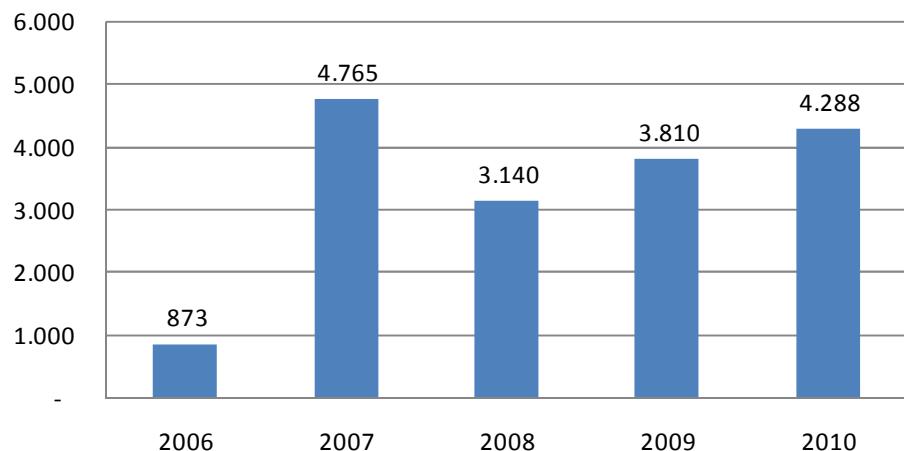
BOX 4 – Conselho de Contribuintes entre 2007-2010

Órgão administrativo colegiado integrado na estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda, com autonomia administrativa e decisória, conforme Resolução SEFCON nº 5.927/2001. É responsável pela revisão de segunda instância das ações fiscais do Estado no âmbito tributário, de natureza contenciosa. O Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro vem passando desde 2007 por modificações visando maior transparência, modernização e agilidade no julgamento dos processos.

As mudanças implantadas no Conselho de Contribuintes, ocorridas nos últimos quatro anos, ilustram o reconhecimento de sua importância na solução rápida dos litígios tributários. Entre 2007 e 2008, o Conselho aumentou significativamente sua produtividade, passando de 873 em 2006 a 4.765 processos julgados somente em 2007, alterando o patamar de produtividade do conselho. Entre 2008 e 2010 o aumento médio do número de ações julgadas alcançou 17% (ilustrado no gráfico abaixo). Essas cifras—que passaram a ser publicadas no Diário Oficial e disponibilizadas na página da SEFAZ-RJ a partir de 2007.



Volume de Processos Julgados



Com isso, o órgão recebeu a Certificação do ISO 9001:2008, sendo o primeiro Conselho Administrativo de Recursos Fiscais no país a obtê-lo.

A criação do sistema CRC, sistema que permite a qualquer pessoa autorizada consulta processual, comportou a padronização dos procedimentos, dando maior agilidade ao trâmite dos processos no Conselho. Ademais, a criação do Portal do Conselho permitiu que os contribuintes pudessem ter acesso à distribuição dos processos às Câmaras, bem como aos julgamentos e seus resultados, o que solidificou sobremaneira a transparência fiscal do governo.

Em futuro próximo, será possível ao Auditor Fiscal lavrar o auto eletrônico e a notificação do contribuinte por e-mail. A própria defesa poderá ser apresentada de forma digital, sem prejuízo da defesa oral que o contribuinte poderá fazer na sessão de julgamento.

A digitalização eletrônica certamente tornará a esfera administrativa mais transparente, mais célere e mais eficiente, permitindo acesso das partes ao processo a qualquer tempo de dentro do seu escritório e evitando o passeio dos processos para as Inspetorias, com evidente perda de tempo.

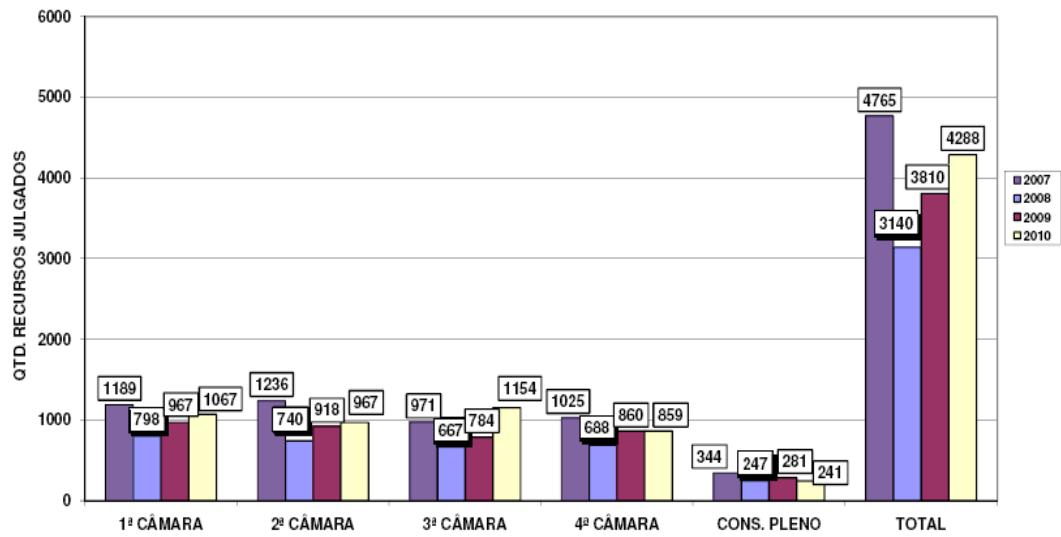


SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

CÂMARAS E PLENO

PRODUTIVIDADE 2010

**PRODUTIVIDADE/COMPARATIVO - ANUAL
2007 a 2010**





PRODUTIVIDADE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS

PERÍODO	1 ^ª CÂMARA	2 ^ª CÂMARA	3 ^ª CÂMARA	4 ^ª CÂMARA	CONS. PLENO	TOTAL	P/ ANO
2010	jan/10	104	68	63	57	28	320
	fev/10	80	78	94	83	16	351
	mar/10	71	78	47	47	24	267
	abr/10	58	87	123	43	24	335
	mai/10	96	106	80	88	32	402
	jun/10	80	86	72	78	17	333
	jul/10	74	65	70	75	14	298
	ago/10	132	88	73	102	19	414
	set/10	70	76	90	68	18	322
	out/10	129	101	192	79	7	508
	nov/10	99	65	79	66	19	328
	dez/10	74	69	171	73	23	410
	total/09	1067	967	1154	859	241	4288
2009	jan/09	70	98	42	69	26	305
	fev/09	59	55	44	64	15	237
	mar/09	55	76	64	57	18	270
	abr/09	149	106	58	69	27	409
	mai/09	70	65	71	58	18	282
	jun/09	75	68	85	74	14	316
	jul/09	89	88	61	127	17	382
	ago/09	66	68	88	69	43	334
	set/09	77	67	73	72	10	299
	out/09	72	91	68	73	23	327
	nov/09	97	66	60	57	36	316
	dez/09	88	70	70	71	34	333
	total/09	967	918	784	860	281	3810

2008	jan/08	60	67	43	60	5	235
	fev/08	84	66	61	70	11	292
	mar/08	83	50	48	58	13	252
	abr/08	63	62	62	68	49	304
	mai/08	61	63	49	58	36	267
	jun/08	56	48	79	57	37	277
	jul/08	55	52	53	62	9	231
	ago/08	68	52	45	47	16	228
	set/08	57	59	51	40	34	241
	out/08	73	70	38	44	14	239
	nov/08	70	79	74	36	13	272
	dez/08	68	72	64	88	10	302
	total/08	796	740	667	688	247	3140
2007	jan/07	36	49	38	62	38	223
	fev/07	57	36	36	79	61	269
	mar/07	47	77	30	46	123	323
	abr/07	56	39	22	60	13	190
	mai/07	19	39	4	20	7	89
	jun/07	122	61	103	86	20	392
	jul/07	162	99	72	101	10	444
	ago/07	179	124	147	99	24	573
	set/07	132	324	202	181	17	856
	out/07	155	156	173	143	13	640
	nov/07	93	122	69	73	9	366
	dez/07	131	110	75	75	9	400
	total/07	1189	1236	971	1025	344	4765



III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial no acumulado do ano alcançou o montante de R\$ 8.609,32 milhões (+27,0%) e R\$ 1.166,07 no sexto bimestre (-16,9%) conforme tabela 12. O principal motivo desta queda bimestral foi o decréscimo das receitas de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural (-22,8%).

Especificamente com relação aos royalties, houve queda de R\$16 milhões no bimestre (-4,8%), resultado da diminuição da produção e da desvalorização cambial. Já no ano acumulado, houve crescimento de R\$317,24 milhões (+18,6%), fruto do aumento do preço do barril no mercado internacional que subiu 29,82% em relação ao ano anterior.

Podemos destacar o aumento da receita de Participação Especial no acumulado de 37,9% (+R\$ 1.204 milhões) comparando com o exercício anterior, contudo, a queda de R\$ 327,73 milhões (-27,8%), no bimestre ocorreu porque em 2009 houve a entrada de mais R\$ 200 milhões referente ao acerto de Marlim relativos a anos pretéritos, além da queda da produção em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor dos resgates dos CFTs¹⁸, segunda maior receita patrimonial, efetuados no sexto bimestre deste ano superou em 3,5% o arrecadado em 2009. No acumulado do ano a elevação foi de 15,7%.

Entre Novembro e Dezembro a receita de Aplicações Financeiras teve acréscimo de 27,6% em relação ao ano passado, decorrente da variação positiva da SELIC (+22,86%). No acumulado houve acréscimo de 8,1% (R\$40,72 milhões). Esse resultado ocorreu por conta da aplicação de recursos oriundos de Operações de crédito junto ao Banco Mundial no valor de R\$879 milhões.

Tabela 12

RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA PATRIMONIAL	1.816,07	1.509,32	-16,9%	6.778,11	8.609,32	27,0%
Petróleo	1.509,78	1.166,07	-22,8%	4.886,76	6.409,38	31,2%
Royalties	330,70	314,70	-4,8%	1.709,38	2.026,61	18,6%
Part. Especial	1.178,70	850,97	-27,8%	3.175,45	4.380,34	37,9%
FEP	0,37	0,39	4,7%	1,94	2,43	25,5%
CFT's	215,87	223,38	3,5%	1.331,56	1.540,30	15,7%
Aplic. Financeiras	79,44	101,34	27,6%	501,89	542,61	8,1%
Demais Rec. Patrimoniais	10,98	18,53	68,8%	57,89	117,03	102,1%

A receita de Participação Especial aumentaram no ano 37,9% totalizando R\$4.380 milhões.

Tabela 13

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (OUT-NOV)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-NOV)		var %
	2009	2010		2009	2010	
Produção (milhões de bbl)	102,47	97,51	-4,8%	554	543	-2,03%
Brent (US\$/bbl)	74,72	83,97	12,4%	60,40	78,42	29,82%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,73	1,70	-1,9%	2,02	1,77	-12,56%

¹⁸ Certificados Financeiros do Tesouro. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que é um ativo comprado e pelo qual o Estado paga indenizações à União.



III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$5.121,30 milhões (+11,4%) no acumulado no ano e R\$952,11 milhões no bimestre (+19,3%). No entanto, houve queda de 28,10% frente a 2009 da receita do SUS (-R\$31,23 milhões). Essas reduções foram compensadas pela variação positiva da receita do FUNDEB (+R\$35,29 milhões), demais transferências da União (+R\$68,85 milhões) e na receita de Convênios onde apontamos um aumento de R\$27,70 milhões no bimestre (Tabela 14).

A arrecadação da União com a CIDE foi de R\$7.738 milhões em 2010, o que elevou o repasse para o estado no ano, apesar da redução temporária da alíquota da CIDE, entre 05 de fevereiro e 30 de abril. No bimestre não houve repasse de parcela, por este motivo o período se encontra zerado, entretanto, verificando o acumulado no exercício apontamos um incremento de R\$ 41,34 milhões em relação ao exercício anterior, um aumento de 84,2%.

O aumento no bimestre nas Demais Transferências da União (+R\$68,85 milhões; +235,1%) se deve ao recebimento de R\$ 59,79 milhões, para o FNDE, referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE que visa a melhoria da qualidade de ensino nas escolas do Estado.

O esforço de arrecadação estadual compensou a redução do coeficiente de retorno do FUNDEB¹⁹ ao Estado em 2,96% entre 2009 e 2010. As receitas do Fundo que regressaram ao Estado tiveram incremento de R\$35,29 milhões (+10,1%) no bimestre, o que permitiu compensar a queda nos valores arrecadados com transferências do SUS.

As receitas bimestrais de FPE foram 11,3% superiores em 2010 (e 7,8% no acumulado do ano). Não obstante, houve crescimento de R\$31,12 milhões (+35,1%) nas receitas do IPI - exportação do Estado no bimestre e no acumulado do

Tabela 14

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	797,97	19,3%	4.598,38	5.121,30	11,4%
Transf da União	424,90	515,49	21,3%	2.492,79	2.705,21	8,5%
FPE	138,34	154,02	11,3%	691,41	745,21	7,8%
IPI exp	88,54	119,66	35,1%	447,52	581,53	29,9%
IOF	0,01	0,00	-40,4%	0,06	0,02	-57,5%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	49,11	90,44	84,2%
SUS	111,32	80,09	-28,1%	807,94	590,56	-26,9%
Salário Educação	43,11	49,29	14,3%	272,22	299,31	10,0%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Demais Transf. da União	29,28	98,13	235,1%	138,76	312,34	125,1%
FUNDEB	350,94	386,24	10,1%	1.904,12	2.193,24	15,2%
Convênios	21,39	49,10	129,5%	198,01	219,23	10,7%
Outras Transf. Corr.	0,74	0,86	16,2%	3,45	3,20	-7,4%

A receita da CIDE cresceu 84,2% no acumulado do exercício totalizando R\$ 41,34 milhões.

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-2,96%), estas transferências tiveram incremento de 15,2% no acumulado do ano resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

¹⁹ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,407735100720 em 2009 para 0,395999089041 em 2010 (-2,96%) devido ao maior peso dado aos alunos até a 4ª série; apesar do grande número de alunos no ensino fundamental em escolas estaduais, essa mudança favoreceu os municípios. Dados disponíveis no site: www.fnde.gov.br



ano (+29,9%). Ambos os desempenhos decorrem de aumento da arrecadação base da União para aquelas transferências em relação a 2009.

Cabe lembrar que a base de arrecadação de 2009 havia sido reduzida devido à política fiscal expansionista da União, que reduziu as alíquotas do IPI de produtos de setores econômicos mais dinâmicos com a finalidade de auxiliar a economia brasileira no enfrentamento da crise internacional.

A contínua queda das receitas do SUS no sexto bimestre (-R\$31,23 milhões, equivalente à redução de 28,1%) ainda se deve à adoção da Gestão Plena de recursos do SUS²⁰ repassados aos municípios, o que resultou numa “perda”²¹ de receitas de R\$ 217,38 milhões no acumulado do ano. A expectativa é de que as receitas de transferências do SUS continuem sendo menores ao longo de 2011 quando comparadas a 2010.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes exibiram crescimento tanto no bimestre, de R\$167,48 milhões (+21,1%), quanto no acumulado anual, de R\$904,34 milhões (+31,9%), em comparação ao ano de 2009. Este desempenho positivo das receitas está relacionado ao maior volume arrecadado de dívida ativa (+R\$ 57,48 milhões) e da receita de contribuições (+R\$ 46,29 milhões).

O REFIS estadual mudou o patamar da arrecadação de Dívida Ativa. Apesar de muitos contribuintes terem quitado suas pendências até o dia 31 de maio, há ainda receitas provenientes do parcelamento da dívida que garantem incrementos mensais na arrecadação nos próximos meses. Neste bimestre, verificou-se aumento de R\$ 57,48 milhões (+168,5%) em relação ao mesmo período de 2009, reflexo deste reforço na cobrança dos créditos

No acumulado do ano as receitas de FPE e IPI-Exportação apresentaram reação ao resultado de 2009, com incremento de 7,8% e 29,9%. Sendo que parte do aumento do IPI-Exportação se deu pelo aumento do índice de participação do Estado do Rio de Janeiro nas exportações do Brasil em 2009. Movimento que continuou em 2010 o que vai trazer reflexos similares em 2011.

As transferências do SUS tiveram redução de R\$ 217,38 milhões no acumulado do ano, mas sem impacto nas aplicações do Estado no Setor.²¹

Tabela 15

DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2009	2010		2009	2010	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	795,31	962,79	21,1%	2.839,27	3.743,62	31,9%
Receita de Contribuições	201,51	247,80	22,97%	905,21	1.040,25	14,9%
Receita Agropecuária	0,02	0,03	6,7%	0,17	0,16	-6,4%
Receita Industrial	0,23	0,02	-91,0%	4,43	0,21	-95,2%
Receita de Serviços	55,12	68,74	24,7%	313,42	344,21	9,8%
Multas e Juros de Mora	60,32	46,01	-23,7%	307,07	626,92	104,2%
Indenizações e Restituições	28,56	419,23	1367,7%	113,26	561,42	395,7%
Dívida Ativa	34,10	91,58	168,5%	409,84	657,01	60,3%
Receitas Diversas	415,44	89,38	-78,5%	785,87	513,42	-34,7%

²⁰ Ver III.1.3 da edição do 2º bimestre.

²¹ “perda” – Na verdade a maior parte desses recursos apenas transitava pelo Estado com destino aos municípios.



tributários. No acumulado do ano, a variação positiva foi de R\$ 247,17 milhões (+ 60,3%).

O incremento nas receitas de contribuição em R\$ 46,29 milhões (+22,97%) no bimestre e R\$ 135,03 milhões (+14,9%) no acumulado do ano está concentrado no âmbito dos servidores civis ativos e pensionistas. No caso dos servidores ativos, este acréscimo é decorrente dos aumentos salariais concedidos em junho de 2010. No tocante aos pensionistas, a variação positiva também é derivada dos aumentos salariais e da aceleração nas revisões administrativas dos valores pagos.

Além do acréscimo da receita de Dívida Ativa, o REFIS acaba provocando o crescimento da arrecadação de Multas e Juros de Mora. No ano, esse crescimento foi de R\$319,85 milhões (+104,2%); no bimestre a queda foi de R\$ 14,31 milhões (-23,7%).

As receitas de “Indenizações e Restituições” aumentaram neste bimestre R\$ 390,67 milhões (+1.367,7%) e no acumulado R\$448,17 milhões (+395,7%), principalmente em razão de uma operação de saque na conta B ocorrida no bimestre final do exercício de 2010, refletindo na análise acumulada.

As Receitas Diversas apresentaram queda neste bimestre de R\$ 326,06 milhões (-78,5%). Esta redução está relacionada com o uso das receitas de depósitos judiciais no último bimestre do ano passado; o que não ocorreu neste ano, seguindo o determinado na lei nº 11.429/06.

Apesar de redução expressiva em termos percentuais (- 91,0%), o decréscimo na receita industrial de R\$208.114 tem pouca representatividade absoluta e está diretamente relacionada a uma reclassificação de receita.

III.2 Receitas de Capital

No bimestre, as Receitas de Capital sofreram redução de R\$534,32 milhões (-76,4%), em relação ao mesmo período de 2009 e no acumulado aumentou R\$751,6 milhões (+50,4%).

O REFIS estadual mudou o patamar da arrecadação de Dívida Ativa e da arrecadação de Multas e Juros de Mora. Neste bimestre, verificou-se na Dívida Ativa um aumento de R\$57,48 milhões (+168,5%) e no acumulado do ano R\$ 247,17 milhões (+60,3%).

A arrecadação de Multas e Juros de Mora no acumulado do ano cresceu 104,2%.

As receitas de Contribuições aumentaram em R\$ 46,29 milhões no bimestre e R\$ 135,03 milhões entre janeiro e dezembro devido a aumentos salariais concedidos em junho e à aceleração nas revisões administrativas dos valores pagos às pensionistas.



A rubrica “Alienação de Bens” foi a que apresentou desempenho menos favorável (-98,6%) por conta da cessão de direitos pelo Estado do Rio de Janeiro de parte da indenização do petróleo referente ao campo de Marlim, entre 2002 e 2006, feita no último bimestre do ano anterior como parte de um acordo feito entre o ERJ e a Petrobrás no âmbito da câmara de conciliação da Advocacia Geral da União (AGU) no montante de R\$447 milhões.

Na rubrica Operações de crédito a queda de R\$ 75,84 milhões (-57,0%) no bimestre ocorreu porque em 2009 houve um desembolso por parte do Banco do Brasil do PEF II – Melhoria do Sistema de Infra-estrutura Urbana e Social de Obras do PAC das favelas no valor de R\$91,62 milhões. No ano a alta foi de 371,3% (+1.020,43 milhões) fruto majoritariamente do empréstimo de R\$ 878,8 milhões obtidos junto ao Banco Mundial para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro - PRODESCF do referido banco. Além desta, devem ser consideradas as outras operações realizadas com o Banco Mundial, que são: Programa Estadual de Transportes II (PET II), que angariou R\$46,9 milhões; o RIO RURAL, programa que objetiva o Desenvolvimento Rural Sustentável e que coletou R\$5,178 milhões; e por fim, a arrecadação de R\$2,452 milhões para o Programa de modernização da Gestão Fazendária - PROFAZ.

As transferências de capital sofreram redução de R\$24,41 milhões (-25,9%) em relação ao sexto bimestre de 2009, basicamente pela redução das receitas de convênio com a União. No acumulado, o crescimento foi de 18,4% (+R\$ 115,26 milhões), relacionado à execução de obras do PAC concentrada na área de urbanização, com o Arco Rodoviário Metropolitano e urbanização da Rocinha.

As amortizações de empréstimos alcançaram no bimestre R\$ 21,12 milhões (-12,4%) e no acumulado R\$148,83 milhões (+18,4%) e está associado ao Fundo de Recuperação Econômica dos municípios fluminenses.

Tabela 16

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %	R\$ milhões
	2009	2010		2009	2010		
	RECEITAS DE CAPITAL	698,95	164,63	1.490,60	2.242,20	50,4%	
Operações de Crédito	133,08	57,25	-57,0%	274,81	1.295,24	371,3%	
Alienação de Bens	447,64	6,34	0,0%	448,09	45,99	-89,7%	
Amortiz. de Empréstimos	24,10	21,12	-12,4%	140,81	148,83	5,7%	
Transf. de Capital	94,13	69,72	-25,9%	626,69	741,95	18,4%	
Outras Rec. de Capital	0,00	10,20	-	0,20	10,20	5.047,4%	

No ano a alta foi de 371,3% (+1.020,43 milhões) fruto majoritariamente do empréstimo de R\$ 878,8 milhões obtidos junto ao Banco Mundial para o Programa de Desenvolvimento Econômico

O desempenho desfavorável das receitas de capital no bimestre está relacionado à cessão de direitos de parte da indenização do petróleo no valor de R\$ 447 milhões feita no último bimestre do ano anterior.

As recitas de Transferências de Capital da União cresceram 18,4% relativo as obras do PAC concentrada na área de urbanização, com o Arco Rodoviário Metropolitano e urbanização da Rocinha.



IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

No encerramento do exercício de 2010 a despesa fixada alcançou R\$53,02 bilhões. Este valor supera em R\$7,48 bilhões a despesa autorizada (R\$45,54 bilhões) na Lei nº 5.634 que aprovou o orçamento para o exercício. A parcela excedente (14,1% da dotação final) adveio das revisões nas estimativas de Receita em função da melhora contínua da estrutura de arrecadação estadual, além de outras receitas captadas para programas estratégicos de governo. As Fontes Tesouro respondem por 52,8% do acréscimo, incorporando R\$3,94 bilhões, dos quais 62,6% são provenientes de impostos (00). Os resultados comprovam que as políticas de prevenção à sonegação fiscal e de desenvolvimento das atividades produtivas vêm produzindo efeitos eficazes.

Diferentemente de 2009, neste ano o cenário que se desenhava no início do exercício não exigiu contingenciamento de recursos no orçamento estadual. A dotação foi toda disponibilizada aos órgãos para atender a implementação das ações planejadas e, ao final do exercício, a despesa realizada atingiu 92,48% da dotação, desempenho semelhante ao de 2009.

Apesar da redução, a avaliação é positiva, devido às peculiaridades do período eleitoral. O controle dos gastos associado ao planejamento setorial versus fluxo de caixa do Tesouro demonstra a conduta fiscal responsável do Governo.

No 6º bimestre, o excesso de arrecadação das Fontes Tesouro atingiu R\$619,49 milhões. Destes, R\$601,18 milhões ou 97,0% correspondem à FR 00 – Recursos provenientes de Impostos. Ao se comparar o excesso de arrecadação aberto neste bimestre com o acumulado de 2010, percebe-se que este representa 15,7% do total, ou seja, esteve pouco abaixo da média do restante do exercício (R\$664,04 milhões por bimestre), corroborando o argumento de que o Estado do Rio de Janeiro segue trilhando o caminho da austeridade fiscal.

Tabela 17

ANO	DOT. ATUAL	CONTING.	DISP.	EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL		% EMP. / DISP.	R\$ milhões
				JAN-DEZ 2009	JAN-DEZ 2010		
2009	43.916	493	43.423	41.431	41.431	95,41%	95,41%
2010	53.015		53.015	49.028	49.028	92,48%	92,48%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 26/01/2011



Os valores apresentados na Tabela 18 demonstram que, as porcentagens de empenho e liquidação (96,4%) do Poder Executivo, em 2010, superam as taxas de 2009 (95,3%). Tal fato esclarece que, apesar da dotação ter avançado R\$8,51 bilhões, os órgãos geriram seus recursos com eficiência e disciplina atendendo aos mecanismos estabelecidos - cota orçamentária e cota financeira.

A execução da despesa em 2010 aumentou 18,3% frente a 2009, elevada pelos gastos do Poder Executivo (+18,7%), principalmente decorrentes da concessão de reajustes salariais, de forma escalonada, atualizando a remuneração de diversas carreiras cujos salários há muito estavam desatualizados. Para o contingente militar e civil da área de Segurança, o aumento foi de 10 % pago a partir julho de acordo com a Lei 5750/2010. A execução de programas estratégicos de governo, sobretudo nas áreas da Saúde, Educação, Segurança Pública e obras de urbanização em áreas ocupadas por população carente reforçam esse percentual.

No âmbito do Legislativo, as despesas da ALERJ (3,2%) e do TCE (3,9%) obtiveram tímido incremento em relação ao ano passado, principalmente, com despesas voltadas para o grupo de pessoal, devido, também, aos reajustes salariais concedidos a partir de julho de 2010, o TJ e o MP cresceram 18,6% e 17,7%, respectivamente.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

As despesas executadas em 2010 atingiram R\$49,02 bilhões, 18,3% acima do observado no ano anterior. Destes, 70,1% (R\$34,35 bilhões) provêm do Tesouro, enquanto 29,9% (R\$14,67 bilhões) são recursos de Outras Fontes. Quando comparado a 2009, a fatia do Tesouro cresceu 0,9%, ligeiramente superior a 2009, quando o financiamento do Tesouro correspondia a 69,2% do total executado.

Essas despesas financiadas pelo Tesouro apresentaram variação anual de 19,8%, com destaque para a expressiva

Tabela 18

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO
Janeiro a Dezembro 2009 e 2010*

Período	Dot. Anual - Poder Executivo	Cota Orçam. Liberada até 3º Quadrimestre	Cota Emp. (Jan-Dez)	% Emp. / Cota	Cota Liq. (Jan-Dez)	% Liq. / Cota
2009	41.592.296	41.098.708	39.176.533	95,3%	39.176.533	95,3%
2010	50.097.999	48.060.981	46.320.933	96,4%	46.320.933	96,4%

*Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

Posição SIG/SIAFEM: 26/01/2011

O Poder Executivo apresentou um aumento de despesas de 18,7% no acumulado do ano. Sendo seguido pelo TJ com +18,6% e pelo MP com +17,7%.

Tabela 19

EXECUÇÃO DE DESPESA POR PODERES - ERJ
JAN-DEZ 2009 / JAN-DEZ 2010

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	Δ %
PODER EXECUTIVO*	37.614	44.632	18,66%
OUTROS PODERES	3.817	4.397	15,18%
ALERJ	477	492	3,15%
TCE	347	360	3,97%
TJ	2.391	2.836	18,58%
MP	602	708	17,66%
SUBTOTAL	41.431	49.028	18,34%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.680	1.974	17,53%
TOTAL GERAL	43.111	51.002	18,31%

Posição SIG/SIAFEM: 26/01/2011

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



elevação das custeadas com Operações de Crédito – FR 11.

Os gastos financiados com a CIDE - FR 26, gerenciados pelo DER e aplicados na malha rodoviária, quase que dobraram (+93,5%), compatíveis com a receita arrecadada que cresceu consideravelmente, por conta da alteração de alíquota (Decreto 6.875 de 07/2009).

Ainda com variações positivas seguem-se aquelas direcionadas ao Combate à Pobreza - FR 22 (+18,4%) e as custeadas com recursos oriundos da exploração de petróleo (+16,6%) Royalties – FR 04, em parte aplicadas em ações de preservação do ambiente.

Em valores absolutos, os gastos financiados pela FR 00 – requereram mais R\$4,05 bilhões (+19,2%), compensando a redução das financiadas com a FR 01 (- 44,3%), R\$778,04 milhões), por conta das receitas extraordinárias do acerto de Marlim realizadas naquele exercício.

O salário-educação (FR 05), contribuição social destinada ao financiamento de programas voltados para a educação básica, reforça os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, além do total já aplicado por conta do índice constitucional. Em 2010 as despesas custeadas com esta fonte somaram R\$299,9 milhões, dos quais cerca de 50% destinaram-se à nutrição escolar e o restante em serviços de apoio educacional.

As Operações de Crédito através do Tesouro (FR 11) propiciaram uma aplicação no montante de R\$ 1,29 bilhão (+ 436,9%) refletindo a melhora da capacidade de endividamento do Estado do Rio de Janeiro, decorrente da estabilidade das finanças públicas.

A tabela abaixo demonstra a despesa com essas operações de crédito em 2010 segundo o agente financeiro e o projeto financiado.

Tabela 20

DESPESA LIQUIDADA POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2009 / JAN-DEZ 2010

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	R\$ MILHÕES VAR %
RECURSOS DO TESOURO	28.669	34.357	19,8%
00 - ORDINÁRIOS PROV. DE IMPOSTOS	21.091	25.142	19,2%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROV. DE IMPOSTOS	1.757	979	-44,3%
04 - INDEN.PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	2.360	2.752	16,6%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	289	300	3,7%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	757	748	-1,1%
07 - DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS		660	
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	241	1.293	436,9%
20 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL - ÁREA DE SEGURANÇA		9	
21 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADAS A AÇÕES DE MEIO AMBIENTE			
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECP	1.975	2.339	18,4%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID	50	96	93,5%
90 - FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06)	150	22.001	
95 - RETORNO DE EMPR. PROGRAMA FOMENTO AGROPECUÁRIO E TECNOLÓGICO		18	
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	12.762	14.671	15,0%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	8.963	10.185	13,6%
12 - CONVÉNIOS - ADM. DIRETA	765	494	-35,4%
13 - CONVÉNIOS - ADM. INDIRETA	293	155	-47,2%
14 - CONVÉNIOS PAC - ADM. DIRETA		461	
15 - FUNDEB	1.649	1.888	14,5%
16 - CONVÉNIOS PAC		131	
18 - CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. DIRETA		362	
19 - CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. INDIRETA		38	
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	886	685	-22,7%
96 - MULTA PELA INFRAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR			
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.254		-100,0%
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	11	14	25,8%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	194	258	33,2%
TOTAL GERAL	41.431	49.028	18,3%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 26/01/2011

As despesas financiadas com salário-educação reforçaram os gastos nesta área com R\$300 milhões, tendo um acréscimo de 3,7% com relação a 2009.



Tabela 21

DESPESAS FINANCIADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2010		
AGENTE FINANCIERO	PROJETO FINANCIADO	VALOR (EM R\$)
BANCO DO BRASIL	Desenvolvimento Agropecuário	19.971.881
	TOTAL BANCO DO BRASIL	19.971.881
BNDES	Delegacia legal Implantação da Estação General Osório Melhoria da Gestão do Gasto Público Sistema de Compras e Gestão de Controle de Custos (PMAE) Reorganização e Modernização da Gestão Recursos Humanos Modernização da Arrecadação e Fiscalização (PMAE)	38.321.462 8.320.901 186.424 100.008 145.031 2.206.402
	TOTAL BNDES	49.280.228
BANCO MUNDIAL	Desenv Sustentável Microbacias Hidrográficas - RIO RURAL Gestão da Dívida Externa-Serviços Gestão da Dívida Interna-Refinanciada Gestão da Dívida Interna-Serviços Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário Melhoria no Sistema de Transp Ferrov - PET II Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário	2.428.789 27.605.985 386.796.013 475.318.598 27.813 17.958.859 15.420
	TOTAL BANCO MUNDIAL	910.151.476
BID	Manutenção e Desenvolvimento da Informática -PNAFE Modernização da Gestão Fazendária - PROFAZ	515.841 3.325.764
	TOTAL BID	3.841.605
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ Gestão da Dívida Interna-Refinanciada	35.049.409 56.667.041 69.118.875 149.417.775
	TOTAL CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	310.253.099
	TOTAL GERAL	1.293.498.290

Do total das despesas custeadas com operações de créditos, R\$1,039 bilhão financiaram o pagamento do principal da dívida pública (amortização). Tal fato faz com que os recursos do Tesouro Estadual, que eram destinados ao pagamento dessas amortizações sejam desonerados. Dessa forma, ampliou-se significativamente a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios.

No que tange as Outras Fontes, percebe-se que a participação da arrecadação própria dos órgãos (FR 10) sobre o total reduziu-se para 69,4% em 2010, enquanto, no ano passado, esta representava 70,2%. Muito se deve ao incremento dos recursos de convênios destinados ao PAC, os quais cresceram 55,2%, saltando de R\$ 1,06 bilhões em 2009 para R\$ 1,64 bilhões no presente exercício. Vale ressaltar que para a correta comparação destes valores, devem ser somadas as despesas apontadas nas fontes de recursos 12, 13, 14, 16, 18 e 19.

O FUNDEB (FR 15) variou 14,5% (+ R\$ 239,00 milhões). A principal causa desta elevação foi o aumento da arrecadação estadual que minimizou o efeito da redução

As despesas custeadas com operações de crédito, R\$1,039 bilhão, financiaram o pagamento do principal da dívida pública (amortização).



de 2,96% do coeficiente de retorno do FUNDEB entre 2009 e 2010, possibilitando a realização das metas de melhoria da estrutura física e material da rede escolar, além de atender aos reajustes salariais concedidos aos professores.

Apesar de ter crescido 10,8% nos primeiros quatro meses do ano, o SUS (FR 25) fechou o ano com queda de 22,7% (- R\$ 201,00 milhões). Tal mudança refere-se ao fato de que, apenas em 2010, oito Municípios ²² do Estado atingiram a condição de gestão plena, recebendo os recursos do SUS diretamente, sem a intermediação do Estado.

IV. 2 Despesa por grupo

As despesas por grupo revelam que, em termos percentuais, a maior alta ocorreu no Investimento (82,9%), ao passo que a única redução se deu no grupo de Inversões Financeiras (-4,0%). O grupo de pessoal manteve a variação do 5º bimestre, avançando 15,4% por conta de reajustes salariais e gratificações em todos os Poderes extensivos aos inativos e pensionistas, conforme já citado no item IV. Neste grupo, o Executivo evoluiu 19,5% (+ R\$ 1,35 bilhões), sendo que as evoluções mais significativas estão registradas nas áreas de Segurança (+ R\$ 385,36 milhões), Fazenda (+ R\$ 290,46 milhões, basicamente por conta do pagamento da Gratificação Pecuniária Eventual, criada por Lei), Educação (+ R\$ 216,68 milhões) e Saúde (+ R\$ 132,32 milhões).

Os demais Poderes cresceram 10,1% (+R\$ 299,26 milhões) em relação ao ano anterior, basicamente, em função dos reajustes salariais de 5,0% concedidos a partir de setembro, assim como o Adicional de Qualificação, benefício criado pela Lei 5769/2010 para servidores da ALERJ e TCE. No âmbito do TJ (+ R\$ 173,45 milhões), os efeitos financeiros retroagiram a maio de 2010. A variação percentual de cada órgão consta na Tabela 22.

As despesas com pessoal apresentaram incremento de 15,4% com relação a 2009 por conta de reajustes salariais e de novos concursos.

²² Os municípios que alcançaram a Gestão Plena dos Recursos do SUS em 2010 foram; Carmo, Macaé, Silva jardim, Trajano de Morais, Três Rios, Sapucaia, Paracambi e Magé.



Outras Despesas Correntes

As outras despesas correntes cresceram 14,5% (+R\$2,56 bilhões) sobre 2009, as quais 96,0% correspondem ao Poder Executivo aí incluído o montante repassado para as despesas não discricionárias (Demais Despesas Correntes) que requereram R\$12,39 bilhões no período. Por outro lado, o poder discricionário está evidenciado nos gastos das seguintes funções: Transporte (+84,4%), em especial na Implementação e Operacionalização do Bilhete Único a partir de 2010 que representou um gasto anual de R\$ 202,40 milhões e na Conservação e Operação de Rodovias (+R\$ 20,2 milhões); Educação (+28,5%), sobretudo nos projetos de Apoio a Estudantes e Pesquisadores (+R\$ 69,78 milhões) e Nutrição Escolar (+R\$ 69,96 milhões); e, na Segurança Pública (+9,8%), onde foram direcionados a gastos indiretos de pessoal (+R\$ 88,13 milhões para auxílio refeição quando em atuação externa e para a etapa alimentação nos quartéis).

Nos outros Poderes, o crescimento no ano foi de 8,8% (+R\$ 103,74 milhões), considerando a redução de 14,3% (-R\$12,99 milhões) dos gastos de custeio da ALERJ, a qual cancelou R\$20 milhões de seu orçamento em favor da FAPERJ para implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs em diversos municípios. No TCE, a diminuição foi pouco expressiva, da ordem de 0,3% (- R\$ 89 mil). Todavia, o incremento final ocorreu pelo aumento de 37,1% no MP devido ao programa de Manutenção, Reaparelhamento e Expansão do MP, cujas despesas evoluíram em R\$ 56,87 milhões. Por sua vez, o gasto do TJ cresceu 12,8% por conta da Operacionalização do Processamento Judiciário (+ R\$ 104,82 milhões).

Despesas com Investimentos

Os investimentos avançaram 82,9% (+R\$ 2,34 bilhões) quando comparado ao exercício de 2009.

O Poder Executivo foi o motor desse avanço, visto que representa, em média, 94,0% do total executado no grupo entre 2009 e 2010, com incremento de R\$ 2,17 bilhões nestas despesas. Nos demais Poderes, as variações, em

Tabela 22

DESPESAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADA JAN-DEZ 2009 / JAN-DEZ 2010

DISCRIMINAÇÃO	2009		2010 JAN-DEZ	VAR %
	JAN-DEZ	JAN-DEZ		
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.283.362	19.943.006	15,39%	
1.1 - EXECUTIVO	6.908.638	8.255.486	19,50%	
1.2 - ALERJ	383.659	411.347	7,22%	
1.3 - TCE	316.269	329.261	4,11%	
1.4 - TJ	1.686.710	1.860.164	10,28%	
1.5 - MP	455.747	540.873	18,68%	
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	6.896.610	7.893.432	14,45%	
1.7 - PREVI-BANERJ	611.779	617.322	0,91%	
1.8 - REFER	23.951	35.120	46,63%	
2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.516.093	3.561.979	1,31%	
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	17.676.400	20.232.363	14,46%	
3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	6.889.933	7.834.633	13,71%	
3.1.1 - EXECUTIVO	6.070.749	6.911.705	13,85%	
3.1.2 - ALERJ	90.724	77.734	-14,32%	
3.1.3 - TCE	29.578	29.489	-0,30%	
3.1.4 - TJ	586.506	661.660	12,81%	
3.1.5 - MP	112.376	154.044	37,08%	
3.2 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	10.786.468	12.397.730	14,94%	
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.636.337	1.489.822	-8,95%	
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	3.278.385	3.949.478	20,47%	
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	5.871.746	6.958.430	18,51%	
4 - INVESTIMENTOS	2.824.908	5.165.741	82,86%	
4.1 - EXECUTIVO	2.671.524	4.836.923	81,05%	
4.2 - ALERJ	2.679	2.997	11,85%	
4.3 - TCE	1.278	2.171	69,90%	
4.4 - TJ	118.074	313.839	165,80%	
4.5 - MP	31.352	9.811	-68,71%	
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	130.351	125.180	-3,97%	
TOTAL GERAL	41.431.114	49.028.269	18,34%	

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

**Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

Fonte: SIG

Posição de 26/01/2010

Os investimentos avançaram 82,9% quando comparados ao exercício de 2009.



termos absolutos, não afetaram significativamente o gasto total.

De qualquer forma, vale citar as evoluções de 165,8% (+ R\$ 195,77 milhões) no TJ, de 69,9% (+ R\$ 893 mil) no TCE e de 11,9% (+ R\$ 317 mil) na ALERJ.

A Tabela abaixo apresenta um resumo dos principais investimentos:

Tabela 23

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS (JAN-DEZ 2009 / JAN-DEZ 2010)

Em R\$ Mil

INVESTIMENTOS	2009	2010	%Δ 2010/2009
	LIQ.	LIQ.	LIQ.
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	909.431	1.144.613	25,9%
Gestão Ambiental	107.190	157.792	47,2%
Habitação	21.280	21.095	-0,9%
Saneamento	122.669	84.416	-31,2%
Urbanismo	658.293	881.311	33,9%
TRANSPORTE	629.709	1.021.765	62,3%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário	23.448	2.102	-91,0%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET II	34.000	17.959	-47,2%
Implantação da Estação General Osório	167.368	70.571	-57,8%
Implantação de Novas Linhas Metrôviárias - Linha 4		105.000	
Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	214.684	540.168	151,6%
Contenção de Encostas e Taludes	58.193	19.983	-65,7%
Apoio aos Municípios	90.062	241.734	168,4%
Demais Investimentos	41.954	24.247	-42,2%
SEGURANÇA PÚBLICA	227.071	312.017	37,4%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do CBMERJ	88.917	69.016	-22,4%
Modernização Operacional e Reaparelhamento da PCERJ e PMERJ	3.784	474	-87,5%
Gerenciamento das Instituições Policiais	7.337	20.991	
Gestão conjunta PMERJ e PCERJ	49.634	73.788	48,7%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do Sistema Penitenciário	11.295	14.838	31,4%
Reestruturação Delegacias Legais e Órgãos Investigativos	12.320	71.605	481,2%
Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública	53.784	61.305	14,0%
SAÚDE	236.570	241.295	2,0%
Implantação das Unidades UPA 24 Horas	31.644	81.750	158,3%
Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde	164.817	141.059	-14,4%
Demais Ações ligadas à Área de Saúde	40.110	18.485	-53,9%
EDUCAÇÃO	291.539	241.699	-17,1%
Ampliação, Reforma e Reaparelhamento de Unid. Educacionais	204.274	54.214	-73,5%
Modernização Operacional para Gestão Escolar	42	9.657	22992,3%
Transporte Escolar		40.600	
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através FAPERJ	35.421	52.296	47,6%
Modernização e Reequipamento das Unidades FAETEC		29.873	
Integração UERJ/Sociedade	8.759	7.692	-12,2%
Demais Ações ligadas à Área de Educação	43.042	47.366	10,0%
AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.222	45.927	247,4%
Agricultura	6.938	36.041	419,5%
Indústria	1.534	273	-82,2%
Comércio e Serviços	4.750	9.613	102,4%
GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO	189.810	402.694	112,2%
Gestão Ambiental	115.439	309.583	168,2%
Saneamento	74.371	93.111	25,2%
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS CIDADANIA	8.157	4.075	-50,0%
Ações ligadas à Área de Assistência Social	7.047	3.499	-50,3%
Ações ligadas à Área de Direitos da Cidadania	1.110	576	-48,1%
CULTURA, DESPORTO E LAZER	12.002	30.890	157,4%
Ações ligadas à Área de Cultura	11.623	25.390	118,4%
Ações ligadas à Área de Desporto e Lazer	379	5.500	1350,6%
URBANISMO, HABITAÇÃO e ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	71.616	759.896	961,1%
Ações ligadas à Área de Habitação e Organização Agrária	46.306	141.953	206,6%
Ações ligadas à Área de Urbanismo	25.311	617.943	2341,4%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.068	24.454	303,0%
ENCARGOS ESPECIAIS - Restituições Recursos de Terceiros		460.059	
TRABALHO	687	802	16,6%
JUDICIÁRIO, LEGISLATIVO E ESSENCIAL À JUSTIÇA	162.513	402.517	147,7%
ADMINISTRAÇÃO	29.201	18.745	-35,8%
COMUNICAÇÕES	943	130	-86,2%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	36.367	54.166	48,9%
TOTAL	2.824.908	5.165.741	82,9%
TOTAL (SEM RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS)	2.824.908	4.705.682	66,6%

Fonte: SIG / Posição de 26/01/2011



A variação na área de Transportes (+62,3%) ocorreu em função do incremento de R\$ 152,23 milhões no Programa de Apoio aos Municípios, executados a cargo do DER e de R\$ 331,06 milhões na melhoria de rodovias, inclusive vicinais e obras de arte. A aparente redução de 57,8% na aplicação dos recursos para implantação da Estação General Osório, se dá por conta do término das obras, restando apenas uma pequena parcela a ser paga em 2011 após o “aceite” definitivo das obras. Todavia essa redução é mais do que compensada pela liquidação de R\$ 105,00 milhões na Implantação da Linha 4 do Metrô, projeto não contemplado no exercício passado.

A área de Segurança Pública encerrou o ano com execução 37,4% superior a 2009, impulsionada pelo crescimento de 481,2% dos programas de reestruturação de Delegacias Legais e Órgãos Investigativos (+ R\$ 59,29 milhões), além do avanço na liquidação da despesa relacionada à Gestão Conjunta das Polícias Militar e Civil (+ R\$ 24,15 milhões).

Na Saúde destaca-se a continuidade dos programas de Implantação das UPA's (R\$ 81,75 milhões) e de Reforma, Construção e Modernização de Unidades de Saúde, que inclui a o início das obras para implantação do Centro de Diagnóstico Por Imagem (R\$141,06 milhões).

Na Educação, houve uma redução nos investimentos (17,1%), pois, em 2009, os elevados dispêndios destinaram-se à adequação e reaparelhamento das unidades educacionais (R\$ 204,27 milhões) no âmbito do Projeto Climatizar. Já em 2010, após completar os investimentos primordiais nas unidades educacionais, os gastos foram direcionados para os seguintes programas: Transporte Escolar (R\$ 40,60 milhões), Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas da FAPERJ (R\$ 52,30 milhões) e Modernização e Reequipamento da FAETEC (R\$ 29,87 milhões).

Quanto às funções Gestão Ambiental e Saneamento, grande parte dos investimentos ficaram a cargo de projetos do FECAM (totalizando R\$ 373,87 milhões).

O DER aplicou R\$331,6 milhões na melhoria das rodovias estaduais.

Com o Programa de Implantação das UPA's foram gastos R\$81,7 milhões em 2010.



Dentre os principais, é possível citar o Esgotamento Sanitário da Zona Oeste (R\$ 64,59 milhões), a Prevenção e Controle Ambiental de Inundações (R\$ 41,65 milhões), a Recuperação, Dragagem e Revitalização da Praia de Sepetiba (R\$ 20,80 milhões), o Rio Limpo (R\$ 14,91 milhões) e o Lixo Zero (R\$ 14,72 milhões).

Com relação ao PAC, as informações acerca de seus investimentos serão detalhadas no BOX 06.

Os investimentos do Legislativo cresceram 30,6%, puxado pelo incremento de quase R\$ 1,01 milhões no TCE para a ampliação e modernização de suas instalações. Já a ALERJ apresentou elevação de 11,85%. O Judiciário avançou 165,8% devido à elevação de R\$ 115,65 milhões para a Edificação, Implantação e Recuperação Física do TJ. Na função Essencial à Justiça, o projeto de Ampliação e Modernização das Unidades da PGE executou + R\$ 23,49 milhões que em 2009, o que resultou num aumento de 112,5% da função.

IV. 3. Despesa por área de governo

Neste item analisam-se as áreas sujeitas aos limites constitucionais e legais: Educação, FAPERJ, Saúde, FECAM, e FEHIS. Ademais, serão apresentados três Boxes: evolução das despesas no Estado do Rio de Janeiro durante o primeiro mandato do governador Sérgio Cabral; análise geral do PAC do quadriênio 2007-2010; e Box do Bilhete Único do ERJ, apresentando um estudo sobre a gestão do projeto, suas conquistas e desafios.

- Índices Constitucionais

A abordagem demonstra a apuração dos limites constitucionais, avaliando as despesas liquidadas em 2010²³ financiadas pelo Tesouro Estadual.

Nas áreas de Educação e Saúde, o valor mínimo de aplicação é calculado a partir das receitas provenientes

²³ A despesa liquidada em 2010 desconsidera o valor referente ao RP cancelado dos respectivos índices nos últimos cinco exercícios seguindo a recomendação do Tribunal de Contas do Estado que determina a compensação no exercício atual dos valores referente aos Restos a Pagar cancelados nos último cinco anos anteriores.



de impostos e transferências constitucionais, deduzida a parcela de impostos que cabe aos Municípios, sendo 25% na Educação e 12% na Saúde. A pequena diferença existente na obtenção da receita de ambas refere-se ao IOF sobre operações com ouro e à arrecadação de ITBI relativos a fatos geradores ocorridos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, os quais não compõem a base de cálculo da Saúde.

Na FAPERJ, o limite mínimo de 2% é obtido através da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

No Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM é exigido o piso de 5% das receitas decorrentes de compensação financeira resultante de participação no resultado da exploração de petróleo e gás natural.

Por sua vez, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS prevê a aplicação de 10% das receitas do Fundo Estadual de Combate a Pobreza - FECP em ações destinadas à melhoria das condições habitacionais.

A tabela 24 demonstra o cumprimento dos índices e os respectivos valores comparados com o exercício passado. É válido notar o aumento da receita base de um ano para outro, decorrente do bom desempenho da arrecadação no exercício de 2010. A elevação da receita base, constituída por impostos e transferências foi em média 17,2% enquanto as despesas tiveram crescimento menor (em média 15,9%) quando comparadas a 2009, com exceção da FAPERJ.

A comparação da aplicação de recursos do FECAM não inclui as receitas extraordinárias decorrente do acerto de Marlin.

Outra constatação importante, ao se comparar 2009 e 2010, é o menor ritmo de liquidação no último bimestre de 2010, o que demonstra adequação da programação orçamentária e financeira ao longo do ano, descartando a concentração de gastos no final do exercício.

Tabela 24

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADA
EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- DEZ 2009	JAN- DEZ 2010
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	19.935.528	23.617.093
DESPESA LIQUIDADA*	5.054.549	5.946.390
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	4.983.882	5.904.273
% ÍNDICE	25,35%	25,18%
SAÚDE		
RECEITA BASE	19.935.471	23.617.067
DESPESA LIQUIDADA*	2.499.312	2.878.070
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.392.256	2.834.048
% ÍNDICE	12,54%	12,19%
FAPERJ		
RECEITA BASE	11.896.600	14.131.288
DESPESA LIQUIDADA*	251.635	301.904
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	237.932	282.626
% ÍNDICE	2,12%	2,14%
FECAM**		
RECEITA BASE	4.640.574	5.378.993
DESPESA LIQUIDADA*	260.521	272.672
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	232.029	268.950
% ÍNDICE	5,61%	5,07%
FEHIS		
RECEITA BASE	2.003.475	2.268.606
DESPESA LIQUIDADA*	208.417	231.145
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	150.261	226.861
% ÍNDICE	10,40%	10,19%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2005 a 2009)

FONTE: SIG POSIÇÃO 26-01-2011



A seguir, um panorama de cada uma das áreas em separado.

IV. 3.1 Educação

Respondem pelos gastos na Função Educação, a Secretaria de Educação, o DEGASE, as Universidades (UENF, UERJ e CECIERJ), a Fundação de Apoio a Escola Técnica- FAETEC e a Fundação de Amparo a Pesquisa- FAPERJ. Os valores liquidados até dezembro superaram em 17,6 % (+R\$891,8 milhões) a execução de 2009. (Tabela 24).

No âmbito da despesa por grupo, o dispêndio de pessoal na função cresceu 14,2% (+R\$ 360,85 milhões) e está concentrado na própria SEEDUC, por conta do grande contingente de professores. Reafirmando o compromisso de valorização dos profissionais da área da educação, foi concedido no último bimestre, gratificação extraordinária de R\$500,00 a 50.949 professores regentes de turma, 9.476 servidores extraclasses e 14.065 funcionários de apoio. O total requerido foi de R\$ 37,3 milhões.

Tabela 25

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)				Em R\$ mil
	2009	2010	Δ %	2009	2010	Δ %	RP CANCELADO 2009	
PESSOAL	476.186	553.236	16,2%	2.543.507	2.904.363	14,2%	8.588	
OUTRAS DESP. CORRENTES	584.487	788.062	34,8%	2.322.066	2.881.254	24,1%	3.961	
PERDA LÍQUIDA FUNDEB	263.793	324.596	23,0%	1.383.468	1.756.234	26,9%		
CUSTEIO	320.694	463.466	44,5%	938.598	1.125.020	19,9%		
INVESTIMENTO	89.302	69.755	-21,9%	187.036	195.649	4,6%	6.396	
INVERSÕES				3.755	10.403	177,0%	4.092	
TOTAL DA DESPESA	1.149.975	1.411.053	22,7%	5.056.364	5.991.669	18,5%	23.036	

FONTE SIG/SIAFEM

Extração 26/01/2011

* A execução considera o rendimento da FR 15 que não é contabilizado no índice

No intuito de reduzir o déficit de docentes em diversas disciplinas, foram admitidos em 2010, 10.993 professores



complementando o quadro da rede de ensino que ao final do ano contava com 1.175.846 alunos matriculados. Esse número, computado no censo escolar do MEC, é 6,2% menor do que em 2007, afetando o coeficiente de retorno dos recursos transferidos pelo FUNDEB. Como consequência maior participação de recursos do Estado na Educação dos demais municípios (aumento da perda líquida).

O crescimento dos gastos de custeio em 19,86% (+R\$ 186,42 milhões) cabendo a maior parcela a SEEDUC, que detém a maior soma de recursos. Contudo, o maior aumento se dá na área da educação profissionalizante – FAETEC (+48,69%) por conta da descentralização de recursos para manutenção dos Centros Tecnológicos profissionalizante- CETEPs e Centros Vocacionais Tecnológicos- CVTs, com destaque para a demanda de locação de equipamentos de informática.

Em 2010, atenta-se para a desvinculação da UEZO e do DEGASE (dos orçamentos da FAETEC e SEEDUC respectivamente), que passam a constituir Unidade Orçamentária gerenciando seus próprios recursos. O gasto em manutenção desses órgãos aumentou R\$11,79 milhões e R\$2,05 milhões no NOVO-DEGASE e na UEZO respectivamente.

Os investimentos na função apresentaram pequeno crescimento em 2010, 4,6% (+R\$ 8,61 milhões) quando comparado com 2009.

Na SEEDUC, a redução de 30,8% (-R\$38,11 milhões) é explicada pelo término dos projetos de adequação das instalações elétricas da rede física para implantação do Projeto Climatizar, compensada em parte pela aquisição de 200 ônibus escolares totalizando R\$ 40,60 milhões – Projeto “Segurança e Conforto no Caminho da Escola”.

Por outro lado, a UENF ao equipar três dos quatro Centros de Tecnologia da Universidade, construir o Diretório Acadêmico e Espaços específicos para projetos da

Em 2010 foram admitidos 10.993 professores no âmbito da SEEDUC.



universidade ampliou em 278% seus investimentos em relação a 2009.

O crescimento de 45% das despesas com investimentos na FAETEC está basicamente concentrado nas instalações das Escolas Técnicas e dos CVTS e CETEPS visando à melhoria da infra-estrutura, para aumentar o número de alunos em cursos técnicos ampliando o horizonte de empregabilidade desses estudantes.

As inversões financeiras, a cargo da SEEDUC, (R\$10,40 milhões) ocorreram por conta da aquisição de dois imóveis (Bangu e Ilha do Governador) para ampliar a rede escolar estadual que administra 1457 escolas sendo 18 unidades prisionais.

IV. 3.2 FAPERJ

A efetiva destinação de 2% da arrecadação tributária líquida para a FAPERJ foi um importante instrumento para atender aos pagamentos dos auxílios e bolsas aprovadas em 2010.

Foram liquidados em 2010 R\$ 301,90 milhões, (+ R\$ 50,26 milhões que em 2009), beneficiando 6.449 bolsistas de diversos níveis de graduação (iniciação científica, mestrado, doutorado) além do financiamento de 2.228 pesquisas detalhadas no quadro abaixo.

Quadro 1

QUADRO DEMONSTRATIVO DE AUXÍLIO AOS PESQUISADORES
De: 01/2010 Até : 12/2010

Modalidade		QUANTIDADE	VALOR TOTAL	FONTE TESOURO	FONTE CONVÉNIO
ADT 1	Auxílio projetos de inovação tecnológica	339	84.607.008	75.573.432	9.033.576
APQ1	Pesquisadores vinc. à instituições de ensino e de pesquisa sediadas ERJ	1.229	104.222.994	96.456.003	7.766.991
APQ2	Auxílio à organização de eventos (reuniões científicas)	248	5.292.166	5.292.166	-
APQ3	Auxílio à editoração (apoiar a edição de livros, manuais revistas e coletâneas científicas, vídeos, DVDs CDs)	50	891.665	891.665	-
APQ4	Auxílio à infra-estrutura de acervos (preservação de acervos museológicos, bibliográficos, científicos)	1	19.500	19.500	-
APQ5	Auxílio à participação em reunião científica (participação em eventos nacionais ou internacionais)	170	658.773	658.773	-
APV	Auxílio a pesquisador visitante (cobrir despesas com pesquisadores de reconhecida excelência dos outros estados ou do exterior	13	109.486	109.486	-
INST	Auxílio instalação (suporte para a compra de material/ equip. para início de trabalho em instituição de ensino e pesquisa no ERJ	178	1.552.286	1.552.286	-
TOTAL GERAL		2.228	197.353.877	180.553.310	16.800.567

Fonte:FAPERJ



IV. 3.3 Saúde

As despesas na área de Saúde somaram R\$2,88 bilhões em 2010, equivalente a 12,19%, da receita considerada para cálculo do índice constitucional. A Tabela 22 demonstra essas despesas por grupo.

Os investimentos apresentaram crescimento de 10,6% com relação a 2009 (+ R\$14,5 milhões). Os gastos nessa rubrica foram destinados à compra de unidades modulares (cerca de R\$35 milhões), aquisição de ambulâncias (cerca de R\$11 milhões), além da compra de outros equipamentos hospitalares e da reforma e construção de unidades de saúde, ai incluída a construção Centro de Diagnóstico por Imagem com término previsto para 2011.

O Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI) responde, em parte, pelo aumento do custeio (+ R\$286,15 milhões). São recursos transferidos aos Municípios, obedecendo aos critérios de atendimento à população, inclusive de municípios vizinhos e procedimentos médicos de média complexidade, visando aumentar a eficiência e a resolutividade dos serviços prestados, paralelamente às ações desenvolvidas pelo o Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio de Janeiro. Com a transferência direta de recursos para os municípios foram desembolsados R\$158,12 milhões em 2010, um aumento de 166,81% com relação à execução de 2009.

Diferente de 2009, a Implantação das UPAS 24 horas, em 2010, foi basicamente financiada com recursos do Sistema Único de Saúde. O Tesouro arcou com 32,26% dos R\$86,64 milhões investidos. Porém, o custeio de parte dessas unidades está computado na ação de Assistência Hospitalar e Ambulatorial que aplicou em 2010 R\$810,6 milhões (+30,16%).

No período de 2007 a 2010, 41 Unidades de Pronto Atendimento foram disponibilizadas à população; destas 20 estão sob a Gestão Municipal que responde pelo custo de manutenção, inclusive pessoal (demonstrada na tabela 27)

Tabela 26

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE (ÍNDICE CONSTITUCIONAL) POR GRUPO DE DESPESA			EM R\$ MIL	
	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT 2009)		EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT 2010)		
	LIQUIDADO	LIQUIDADO			
PESSOAL	1.134.458	1.211.389	6,8%		
CUSTEIO*	1.141.291	1.427.451	25,1%		
INVESTIMENTOS + INVERSÕES	137.121	151.650	10,6%		
AMORT. DA DÍVIDA	86.427	97.488	12,8%		
TOTAL	2.499.298	2.887.977	15,6%		

* DESCONTADO O RP CANCELADO EM 2010 NO VALOR DE R\$14.546,00

FONTE: SIG POSIÇÃO 26/01/2011

No âmbito do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI) o incremento das despesas ficou na ordem de R\$286,15 milhões em 2010.

Tabela 27

UPAS 24 HORAS INAUGURADAS E A INSTALAR SEGUNDO A RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO

ANO DE INAUGURAÇÃO	RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO		TOTAL
	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2007	4	0	4
2008	14	2	16
2009	0	4	4
2010	3	14	17
Total de unidades inauguradas	21	20	41

FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE



O Município do Rio de Janeiro, já conta com 18 Unidades de Pronto Atendimento, sendo que três estão localizadas em grandes Complexos da cidade (Rocinha, Alemão e Manguinhos), e fazem parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

IV. 3.4 FEHIS

A partir de 2009, tornou-se obrigatória a aplicação de recursos do FECP no FEHIS. Inicialmente, o mínimo exigido para a aplicação das receitas era de 7,5%, passando para 10% em 2010, conforme a Lei Complementar nº 122/2008.

O principal objetivo do Fundo é garantir recursos para o financiamento de programas e projetos habitacionais no Estado do RJ com o intuito de erradicar o déficit habitacional e viabilizar o acesso e as condições necessárias para a permanência da população em seus domicílios de forma segura.

A receita realizada com o FECP em 2009 foi de R\$ 2 bilhões, e os gastos com o FEHIS atingiram R\$ 208,42 milhões, 10,40%. Em 2010 foram liquidados R\$ 231,15 milhões (6,92% superior a 2009) contra uma receita de R\$ 2,27 bilhões (+ 13,23%), percentual de aplicação -10,19%.

No biênio 2009-2010, destacam-se os seguintes projetos: Recuperação e Melhorias em Conjuntos Habitacionais R\$109,40 milhões em 2010 (+266,55% em relação a 2009); Construção de Unidades Habitacionais, - R\$ 39,63 milhões. Em Programas de Urbanização nas comunidades beneficiadas pelo PAC- foram aplicados R\$227,77 milhões: Manguinhos (R\$ 77,44 milhões), Complexo do Alemão (R\$ 77,42 milhões), Rocinha (R\$ 71,83 milhões), Pavão-Pavãozinho (R\$ 12,69 milhões) e Morro do Preventório (R\$ 10,25 milhões), detalhados na Tabela a seguir.



Tabela 28

UO	PROJETO	LIQ 2009	LIQ 2010	TOTAL BIÊNIO
SEOBRAS	1015 Infraestrutura em Assentamentos Precários	569.961	256.991	826.952
	1057 Urbanização em Comunidades de Baixa Renda-BID	287.426		287.426
	1206 Urbanização do Dona Marta		468.050	468.050
	1613 Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	28.453.686	43.381.164	71.834.850
	1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	60.516.821	16.898.506	77.415.327
	1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	55.256.894	22.185.626	77.442.520
	1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	8.003.320	4.689.075	12.692.395
SEH	1100 Gestão da Política de Habitação	1.029.426	84.106	1.113.532
	2016 Manutenção de Atividades Operacionais / Administrativas		276.694	276.694
ITERJ	2204 Regular Fundiária e Consolidação de Assentamentos Humanos	629.505	2.326.912	2.956.418
CEHAB	1079 Realocação Moradores Assentamentos Populares Áreas Risco		2.049.709	2.049.709
	1570 Projetos Habitacionais a cargo do FNHIS	1.154.275	1.689.130	2.843.405
	1617 Urbanização do Morro do Preventório - PAC-RJ	2.667.974	7.578.601	10.246.575
	2016 Manutenção de Atividades Operacionais / Administrativas		31.919	31.919
	2467 Despesas Obrigatorias		209.999	209.999
	5273 Recuperação e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	29.845.007	109.396.143	139.241.150
	5274 Construção de Unidades Habitacionais	20.002.253	19.622.767	39.625.020
Total geral		208.416.549	231.145.391	439.561.941

Fonte: SIG 26/01/2011

IV. 3.5 FECAM

De acordo com a legislação em vigor as despesas com a preservação do ambiente são gerenciadas pelo FECAM, garantidas pelos recursos de royalties e participações especiais. As despesas de 2010 requereram R\$ 373,87 milhões, aí incluídos os R\$101,19 milhões decorrentes do acerto de Marlin.

Sob a gerência e aprovação do Conselho do FECAM a execução das despesas ocorre em diversas Unidades Gestoras demonstradas na tabela 29 que executam ações na área.

A CEDAE tem sido responsável pela gestão e execução do projeto de esgotamento sanitário na Zona Oeste. Ao longo do ano, os gastos totalizaram R\$ 64,59 milhões, o equivalente a 71,03% dos recursos executados pela instituição e 44,07% do total de ações de Saneamento Básico Urbano. Em 2010, a empresa também deu continuidade ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), investindo R\$ 26,35 milhões na Construção do Sistema de Esgoto do Rio Sarapuí.

O INEA é responsável pela maior parcela da execução das despesas do FECAM (44,65%), grande parte desses gastos destinados nesse ano ao Projeto Iguaçu, em que se investe no Controle de Inundações e Recuperação

Tabela 29

Código	Nome	Unidade Gestora	Execução	UGE /
		2010	Total	
045200	Empresa de Obras Públicas do ERJ	14.590.027	3,90%	
070100	Secretaria de Estado de Obras	33.407.096	8,94%	
070200	CEDAE - AÇÕES DESCENTRALIZADAS	90.938.972	24,32%	
197100	Companhia Estadual de Habitação do RJ	1.495.165	0,40%	
240100	Secretaria de Estado do Ambiente	29.852.215	7,98%	
243200	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	166.946.018	44,65%	
317300	Comp de Transp sobre Trilhos do ERJ	29.986.000	8,02%	
326100	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	418.236	0,11%	
353100	Depart Recursos Minerais do ERJ	1.550.340	0,41%	
404310	ADMINISTRACAO CENTRAL	4.683.088	1,25%	
Total geral		373.867.157	100,00%	



Ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí. Na realização desse grande projeto atua também a CEHAB, colaborando com os trabalhos de reassentamento das famílias (ver na tabela 30 detalhamento dos investimentos do Projeto).

Podemos destacar ainda em 2010, o projeto de Reabilitação Ambiental da Praia de Sepetiba, que teve início esse ano, fechando o exercício com uma execução de R\$ 20,80 milhões. Na tabela abaixo estão detalhados estes investimentos e outros de menor escala.

Tabela 30
FECAM - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
JAN-DEZ

UNIDADE EXECUTORA	INVESTIMENTOS	Em R\$
EMOP	DELIMITAÇÃO DE ECOLIMITES E REMANEJAMENTO DE OCUPAÇÕES NAS COMUNIDADES DA ROCINHA, CHÁCARA DO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA	14.590.027
SEOBRAS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA BAIXADA FLUMINENSE / SÃO GONÇALO	16.217.451
	OBRAS DO COMPLEXO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS DE PARACAMBI E VASSOURAS	6.834.258
	SANEAMENTO EM TORNO DA BAÍA DE GUANABARA-PAC-RJ	8.395.568
CEDAE	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE JACAREPAGUÁ, BARRA DA TIJUCA E RECREIO DOS BANDEIRANTES	64.590.552
	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTO - SISTEMA SARAPUÍ	26.348.419
CEHAB	ALUGUEL SOCIAL A FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES JARDIM BARRO VERMELHO E ROLDÃO GONÇALVES	947.250
	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - COMUNIDADES ROLDÃO GONÇALVES E JARDIM BARRO VERMELHO (MUNICÍPIOS DE MESQUITA E BELFOR ROXO)	547.915
SEA	PROJETO DO MAPA DE VULNERABILIDADE DO ERJ AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS ÁREAS SOCIAL, SAÚDE E AMBIENTAL	973.249
	PROJETO AMBIENTAL LOCAL: FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.384.635
	CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA PROJETO ENTULHO LIMPO DA BAIXADA	7.223.312
	MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO - MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS	1.047.862
	IMPLEMENTAÇÃO DA SEDE DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MACACU - PARQUE FLUVIAL DO MACACU	117.536
	RIO LIMPO	14.914.377
	GESTÃO E CONTROLE FLORESTAL	1.365.738
INEA	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	67.584.826
	ALUGUEL SOCIAL A FAMÍLIAS NAS ÁREAS DOS RIOS IGUAÇU, BOTAS E SARAPUÍ	1.032.000
	OBRAS DO PROJETO DE REABILITAÇÃO AMBIENTAL DA PRAIA DE SEPETIBA	20.799.795
	INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS - PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IGUAÇU, BOTAS E SARAPUÍ	69.132.326
	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DA BAIXADA CAMPISTA	6.890.580
RIOTRILHOS	EXPANSÃO DO METRO - COPACABANA / GENERAL OSÓRIO	29.986.000
FEAS	ALUGUEL SOCIAL A FAMÍLIAS - COMUNIDADE MORRO DO CÉU	99.000
DRM	ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE PREVENÇÕES E ANÁLISE DE DESASTRES GEOLÓGICOS	1.550.340
UERJ	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2.917.671
	LIXO ZERO	661.596
	RECUPERAÇÃO CANAL DO FUNDÃO	1.103.821
<i>Outros Pequenos Investimentos</i>		6.611.052
TOTAL GERAL		372.187.643



BOX 05 – Evolução das Despesas do Estado do Rio de Janeiro 2007-2010

Panorama sucinto das realizações do período

Ao longo da última gestão do Governo Estadual, de 2007 a 2010, a despesa do Estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento nominal de 50,8%, passando de R\$32,5 bilhões em 2007 para R\$49,0 bilhões em 2010 (tabela 1). Se descontada a inflação acumulada no período (20,58%) o crescimento real é de 29,8%, calculada pela média anual do IPCA.

DESPESA POR GRUPO:

Evolução da Despesa por Grupo- Todas as Fontes de Recursos*

GRUPO DESPESA	2007	2008	2009	2010	Δ % NOMINAL 2007/2010
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.926.587.303	8.773.931.258	9.751.022.869	11.397.131.758	43,8%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.142.482.311	2.265.542.218	2.293.140.484	2.334.210.622	8,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.131.641.899	23.433.380.119	25.208.739.401	28.778.237.216	43,0%
INVESTIMENTOS	1.419.529.040	1.637.178.871	2.824.907.695	5.165.741.378	263,9%
INVERSÕES FINANCEIRAS	66.651.838	129.364.357	130.351.284	125.180.167	87,8%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	824.629.699	869.271.231	1.222.952.260	1.227.768.256	48,9%
TOTAL GERAL	32.511.522.090	37.108.668.053	41.431.113.993	49.028.269.397	50,8%

* Exclui IO e CEDAE e despesa Intra-orçamentária

FONTE: SIG POSIÇÃO 07/01/2011

PESSOAL:

As despesas com pessoal tiveram crescimento real de 23,7% no primeiro mandato do governador Sérgio Cabral. Tal incremento ocorreu devido à política de valorização dos servidores, visto que foram concedidos aumentos para várias categorias profissionais, além da realização de novos concursos públicos, cuja admissão de profissionais veio oxigenar a mão de obra do Estado, há muito anos dependente de serviços terceirizados, inclusive na área fazendária.

A saúde foi a área de governo que apresentou maior crescimento real com despesas de pessoal no período (78,4%), motivado pelo aumento do quadro para atender as demandas de serviços decorrentes das novas UPAS (concursos realizados pelo CBMERJ e contratações por tempo determinado em substituição gradativa da mão-de-obra cooperativada) e pelo reajuste salarial do Pessoal do CBMERJ.

Além disso, áreas como educação e segurança também apresentaram incrementos significativos no período. De todo o gasto com pessoal do Estado no quadriênio (2007-2010), 22,3% foi destinado ao pagamento dos servidores da educação.

Na segurança, destacam-se as diversas ações de valorização profissional tais como concessão de reajustes e gratificações, além da realização de concursos para fortalecimento do quadro de pessoal. As despesas com pessoal desta área totalizaram R\$8,2 bilhões no quadriênio, passando de um gasto inicial (nominal) de R\$1,7 bilhões em 2007 para uma despesa de R\$2,5 bilhões em 2010. As 14 UPPs já implantadas contam com um efetivo total de 2.637 militares. O programa é desenvolvido em cooperação com a Prefeitura do RJ que contribui mensalmente com a gratificação de R\$500,00 por policial.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES:

Do montante executado pelo Estado do Rio com outras despesas correntes na última gestão, 23,7% correspondem a recursos transferidos constitucionalmente aos municípios, outros 23,9% foram destinados ao pagamento de inativos e pensionistas, um crescimento real de 19,19% no período de 2007 e 2010, justificado pela concessão dos reajustes salariais estendido aos servidores aposentados e pensionistas.



A função Educação apresentou incremento de (39,6%) no âmbito das áreas estratégicas do governo, ai incluído o repasse do Estado para os Municípios a conta do FUNDEB. Diretamente para as unidades Escolares foram descentralizados recursos para a manutenção das escolas e para o programa de Nutrição Escolar.

Outra área que apresentou evolução significativa na primeira gestão foi a de transportes cujas despesas de custeio evoluíram de R\$184,6 milhões em 2007 para R\$558,7 milhões em 2010. Basicamente por conta da implementação do Bilhete Único Estadual, onde foram gastos R\$172,2 milhões apenas em 2010, comentado em BOX específico.

INVESTIMENTOS:

O maior incremento no âmbito das despesas foi observado nos investimentos que apresentaram crescimento real de 213,15%. Em média, 56,3% destes foram financiados com recursos do Tesouro Estadual. O expressivo crescimento desses investimentos ocorre principalmente em áreas como urbanismo, habitação, transportes e segurança.

É relevante a soma de recursos aplicada, em parceria com o Governo Federal, a cargo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que atingiu R\$ 1,5 bilhão em projetos localizados nos complexos da Rocinha, Alemão, Pavão Pavãozinho e Manguinhos.

Ainda no âmbito do PAC, além dessas reformas nos complexos, foram realizadas outras inúmeras ações: a implementação do Arco Rodoviário Metropolitano, ações de saneamento, além de melhorias e construção de unidades habitacionais. O total das despesas relacionadas com o PAC foi de R\$2,37 bilhões no quadriênio, sendo que, destes, 45,2% foram financiadas com recursos do Tesouro estadual e o restante com recursos oriundos de convênios com a União.

Na área de transporte, foram gastos R\$ 2,3 bilhões, sendo que 43,5% destes foram executados em 2010. Dentre as principais ações está a construção e reforma de rodovias, onde foram aplicados R\$1,34 bilhões (de 2007 a 2010), parte decorrente de aplicações diretas e outra de transferências aos municípios (R\$355,3 milhões) – Programa Somando Forças.

Outra ação importante que o Estado do Rio vem realizando no âmbito dos transportes refere-se às obras de ampliação das linhas metroviárias e ferroviárias. Para o metrô foram destinados R\$ 342,9 milhões, dos quais R\$237,9 milhões foram utilizados para a construção da Estação General Osório (em 2009 e 2010) que veio beneficiar 50.000 pessoas, envolvendo ainda a urbanização de todo o entorno e a construção de um elevador de acesso ao Morro do Cantagalo beneficiando 10.000 pessoas; o restante foi aplicado em 2010 nas obras de expansão para a Barra da Tijuca – Linha 4, já em andamento. No sistema ferroviário foram investidos R\$ 214,6 milhões na última gestão.

Os investimentos em segurança pública também foram intensificados ao longo deste último quadriênio, passando de R\$77,7 milhões em 2007 para R\$312 milhões em 2010. Neste último ano, 23% dos investimentos foram realizados na implementação do Programa Delegacia Legal.

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS DOS ESTADOS

A fim de avaliar o ritmo de crescimento das despesas com investimentos do Estado do Rio de Janeiro nos últimos quatro anos, realizou-se uma análise comparativa ele e outros cinco Estados da Federação. Utilizou-se como parâmetro o percentual da despesa com investimentos sobre a receita corrente líquida de cada um.

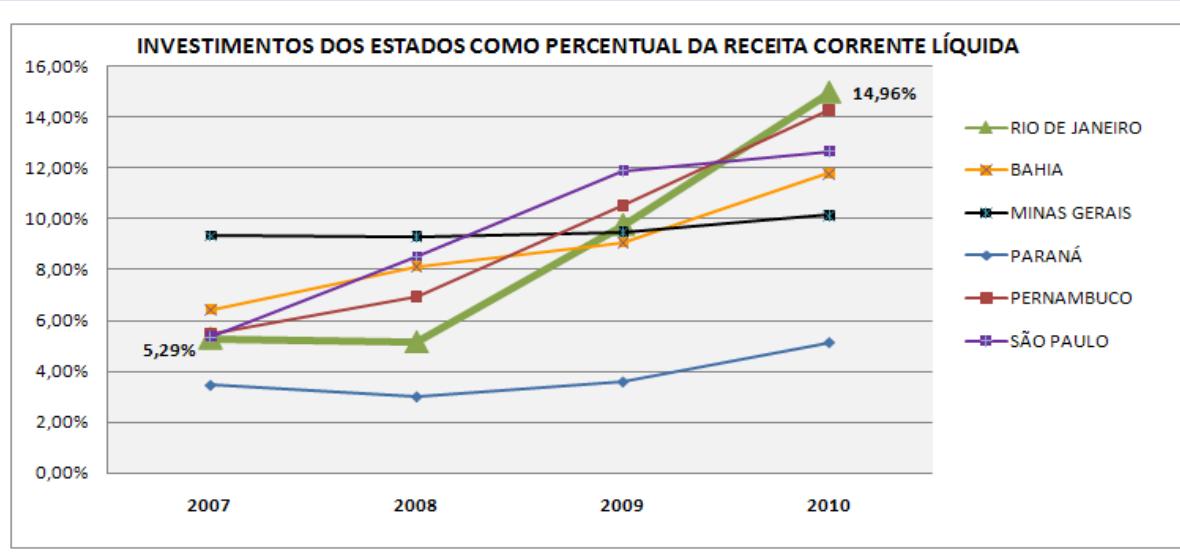
INVESTIMENTOS DOS ESTADOS COMO PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

EXERCÍCIO	2007	2008	2009	2010
RIO DE JANEIRO	5,29%	5,14%	9,75%	14,96%
BAHIA	6,40%	8,11%	9,06%	11,78%
MINAS GERAIS	9,31%	9,27%	9,46%	10,14%
PARANÁ	3,44%	2,99%	3,57%	5,12%
PERNAMBUCO	5,46%	6,94%	10,50%	14,27%
SP	5,35%	8,51%	11,88%	12,65%



Os dados demonstram que o Estado do Rio de Janeiro praticamente triplicou seu percentual de investimentos no período (de 5,29% em 2007 para 14,96% em 2010).

Dentre os entes observados, o Rio de Janeiro saltou da penúltima posição em 2007 (à frente apenas do Paraná) para alcançar o primeiro lugar em 2010. Vale ressaltar que, no biênio 2009-2010, os investimentos do Rio de Janeiro cresceram 89,54% e 53,43% respectivamente em relação aos anos anteriores. Considerando o período como um todo, a elevação das despesas com investimentos atingiu 182,93% no Rio de Janeiro, seguido por Pernambuco (161,31%) e São Paulo (136,58%). A seguir, o gráfico dos investimentos por RCL no período:



Fonte: Relatórios da LRF, Portal da Transparência dos Estados e Sistema SIGA Brasil

*Atenta-se para o fato de que os valores incluem as transferências de capital dos Estados aos municípios.

DESPESA POR FONTE DE RECURSOS:

A ampliação do limite de endividamento do Estado gerada pela estabilidade das contas públicas estaduais, reconhecida pela classificação de Investment Grade da agência de risco Standard & Poors veio reforçar os recursos do Tesouro, basicamente para a aplicação em investimentos, possibilitando a contratação de novas operações de crédito, justificando assim, a redução da participação dos recursos do Tesouro Estadual* na despesa total executada pelo Estado a cada ano.

Além disso, a ampliação da execução das despesas de convênios, principalmente aquelas relacionadas ao PAC também contribuíram para essa redução.

EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS*					
FONTE DE RECURSOS	2007	2008	2009	2010	Δ % NOMINAL 2007/2010
RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	22.797.495.510	25.602.408.687	27.939.411.866	32.645.885.215	43,2%
OUTRAS FONTES	9.714.026.580	11.506.259.367	13.491.702.127	16.382.384.182	68,6%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	213.294.679	223.156.456	289.284.360	299.961.418	40,6%
FUNDEB	1.026.002.012	1.442.762.830	1.648.629.908	1.888.057.959	84,0%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	552.475.008	630.385.283	885.868.589	684.713.813	23,9%
CONVÊNIOS**	450.721.338	519.373.930	1.057.769.843	1.641.616.863	264,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	185.704.902	151.137.844	240.918.253	1.293.498.290	596,5%
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	7.041.123.762	8.320.593.183	8.962.742.230	10.184.716.918	44,6%
OUTRAS	244.704.879	218.849.840	406.488.945	389.818.919	59,3%
TOTAL GERAL	32.511.522.090	37.108.668.053	41.431.113.993	49.028.269.397	50,8%

* Exclui IO e CEDAE e despesa intra-orçamentária

FONTE: SIG POSIÇÃO 07/01/2011

** inclui as fontes 12,13,14,16,18 e 19

*Neste caso, consideram-se fontes do Tesouro: Provenientes de Impostos (00), Não Provenientes de Impostos (01), Royalties do Petróleo (04), Fundo de Participação dos Estados (06), Demais Transferências da União



Provenientes de Impostos (07), Ressarcimento de Pessoal – Área de Segurança (20) e Adicional do ICMS – FECP (22).

O aumento real de 24,5% nas despesas custeadas pela arrecadação própria é decorrente do incremento dos gastos do Rio Previdência financiadas com a contribuição patronal dos servidores, outras receitas próprias típicas do órgão e principalmente com recursos provenientes de royalties e participações especiais oriundos da exploração do Petróleo, que lhe cabem segundo legislação vigente. O crescimento da despesa do Rio Previdência, com recursos próprios reflete os reajustes salariais além da autonomia financeira alcançada pelo órgão que, em 2007, requereu recursos do Tesouro para cumprir seus compromissos, fato não repetido nos demais anos do quadriênio, pelo contrário, ao final de cada ano registra-se superávit financeiro no órgão.

A queda observada nos gastos financiados pelo Sistema Único de Saúde em 2010, com relação a 2009, é gerada pela ampliação do número de Municípios com Gestão Plena dos recursos do SUS, gerando um fluxo menor de recursos sob competência Estadual.

Houve crescimento real de 58,4% nas despesas custeadas com recursos do FUNDEB por conta da ampliação nos percentuais de contribuição dos Estados sobre as receitas de impostos e transferências para o Fundo, que, em função da alteração da lei, modificou de forma gradativa os percentuais de repasse, a partir de 2007 até 2009, passando de 16,66% (do FPE, FPM, ICMS LC 87/96 e IPI-exp) e 6,66% do IPVA para um só percentual igual a 20%.

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO:

A avaliação das prioridades governamentais passa pela análise da evolução das despesas por função de governo. A equalização de valores exige um ajuste de classificação com o intuito de tornar os dados comparáveis. Em 2007 e 2008, as despesas com Inativos das áreas de Saúde, Educação, Saneamento, Segurança Pública e de Outros Poderes eram classificadas nas próprias Funções (Saúde, Educação, Saneamento, Segurança, Legislativa e Judiciária). A partir de 2009, seguindo Portaria do Tesouro Nacional, todas estas despesas passaram a ser classificadas na Função Previdência Social.

Dessa forma, a comparação dos valores exige a inclusão dos gastos com inativos nas respectivas funções a partir de 2009 ou sua exclusão nos anos anteriores a 2009. Para a presente comparação (Tabela 3) optou-se pela segunda opção.

Evolução da Despesa por Função de Governo*

FUNÇÃO	2007	2008	2009	2010
ENCARGOS ESPECIAIS	10.654.859.968	12.045.667.647	13.104.526.726	14.886.041.871
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.097.447.712	6.928.885.627	7.418.062.557	8.135.835.160
EDUCAÇÃO	4.209.804.199	4.782.499.588	5.162.813.203	6.186.940.450
OUTROS PODERES**	3.608.254.783	3.895.336.351	4.298.995.387	5.017.930.030
SEGURANÇA PÚBLICA	2.583.825.957	2.968.765.431	3.253.407.497	3.914.563.860
SAÚDE	2.343.115.011	2.794.976.118	3.338.285.859	3.513.083.255
GESTÃO AMBIENTAL E URBANISMO***	392.992.423	684.276.466	1.332.729.362	2.515.668.568
TRANSPORTE	733.183.100	839.269.777	1.124.254.851	1.788.428.088
ADMINISTRAÇÃO	894.273.221	1.012.756.041	1.099.537.145	1.406.650.428
OUTRAS	295.679.437	468.480.303	601.651.038	738.982.966
ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	350.473.562	395.082.836	384.467.749	479.799.022
DESPORTO LAZER E CULTURA	236.386.244	175.919.537	198.748.446	261.544.578
AGRICULTURA E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	111.226.473	116.752.332	113.634.174	182.801.121
TOTAL GERAL	32.511.522.090	37.108.668.053	41.431.113.993	49.028.269.397

* Exclui IO e CEDAE e despesa Intra-orçamentária

** Essencial à Justiça + Judiciária + Legislativa

*** Gestão ambiental + urbanismo + habitação + saneamento

FONTE: SIG POSIÇÃO 07/01/2011

A análise aponta aumento real de 450,9% nos gastos com Gestão Ambiental e Urbanismo (computados também os gastos com Habitação e Saneamento), principalmente em decorrência das obras relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento, conforme exemplificado na análise das despesas com investimentos (ver Box adiante).



Nos transportes, em 2010, a despesa realizada é cerca de duas vezes maior do que a do primeiro ano da gestão, um reflexo dos gastos com a malha rodoviária, com a expansão do Metrô e com o Bilhete Único.

Sobressai o crescimento real dos gastos com Segurança Pública (+30,4%), decorrente do projeto de reestruturação da área, através da valorização profissional, da realização de novos concursos públicos, com expressivo aumento do contingente para a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Com estas ações realizadas na área da Segurança Pública, os indicadores de violência apresentaram um cenário favorável: redução de cerca de 30% dos homicídios dolosos entre 2005 e 2010.

Na Saúde, considerada todas as Fontes Recursos a despesa passa de R\$2,34 bilhões em 2007 para R\$3,5 bilhões em 2010. Descontando a inflação no período, o crescimento real é de 29%. Tais números refletem as ações que o Estado realizou nessa área, com destaque para a implementação de 41 UPAS, sendo 21 sob gestão estadual e 20 de gestão municipal. De forma isolada, ao analisar a aplicação dos recursos do Tesouro, o crescimento real é de 41,82%; a partir de 2009 a base de cálculo do índice constitucional aumentou de forma expressiva. Até 2008, os recursos transferidos ao FUNDEB eram subtraídos da base, diminuindo o montante de receitas sob as quais incidia o percentual exigido de 12%. Com isso, o total das receitas sujeitas a essa vinculação aumenta e consequentemente gera maior aplicação de recursos por parte do Estado.

Por fim, o significativo incremento real (+35,4%) na área administrativa comprova a vontade do Governo em reorganizar estruturalmente o Estado, através do processo de modernização e profissionalização da gestão, principalmente em áreas estratégicas como o Planejamento e Fazenda. Na primeira a estruturação de novas carreiras reforçou o quadro técnico da Secretaria e na Fazenda a área fiscal mereceu especial atenção. Foram realizados, diversos concursos públicos nesse último quadriênio resultando na admissão de 270 novos auditores fiscais, medida que não era adotada há 20 anos.

BOX 06 – Evolução das Despesas do PAC no Estado do Rio de Janeiro

No triênio 2008-2010, foram investidos no Programa de Aceleração do Crescimento R\$2,36 bilhões, distribuídos em 5 áreas de atuação, a saber: habitação, infra-estrutura, saneamento básico, transporte rodoviário e preservação e conservação ambiental (Tabela 1).

TABELA 1

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO			TOTAL INVESTIMENTO
		2008	2009	2010	
HABITAÇÃO URBANA	1617 Projeto Morro do Preventório - PAC	4.999.675	11.715.527	14.853.665	31.568.867
	1618 Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	6.311.403	9.564.253	6.241.117	22.116.772
TOTAL HABITAÇÃO URBANA		11.311.078	21.279.780	21.094.781	53.685.640
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1613 Urbanização da Rocinha - PAC	25.199.492	106.364.015	160.898.681	292.462.188
	1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	121.095.444	305.051.911	361.065.546	787.212.900
	1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	65.947.232	164.210.278	141.693.909	371.851.418
	1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC	23.993.164	27.234.854	10.814.365	62.042.383
TOTAL INFRA-ESTRUTURA URBANA		236.235.332	602.861.057	674.472.500	1.513.568.889
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1305 Implant Ampl Sist Saneamento Peq Localidades	-	11.504.521	14.277.792	25.782.313
	1606 Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMJR-PAC	4.550.999	22.953.770	8.480.459	35.985.228
	1607 Ampl Abast Água Baixada e S Gonçalo - PAC	27.826.087	86.282.718	49.005.216	163.114.022
	1608 Melhoria Prod Parque Tratam Água Guandu-PAC	1.002.857	1.927.831	2.107.045	5.037.733
	1612 Ampl Abast Água Barra/Recr/Jacarepaguá-PAC-RJ	-	-	10.545.174	10.545.174
TOTAL SANEAMENTO BÁSICO URBANO		33.379.943	122.668.841	84.415.685	240.464.469
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1039 Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitano-PAC	-	678.439	1.442.684	2.121.123
	1016 Plano Diretor da Meso Região Arco Metrop-PAC	16.843.250	54.753.198	205.395.391	276.991.840
TOTAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO		16.843.250	55.431.637	206.838.075	279.112.963
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1534 Projeto Iguaçu - PAC	-	-	53.907.491	53.907.491
	1070 Recuper Infraestr Hidr BCampista-PAC-RJ	16.622.867	107.189.738	103.884.419	227.697.025
TOTAL PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		16.622.867	107.189.738	157.791.911	281.604.516
TOTAL PAC - ERU		314.392.471	909.431.053	1.144.612.953	2.368.436.477

Posição: SIG/SIAFEM 26/01/2011



O Programa é financiado tanto com recursos oriundos do Tesouro Estadual quanto por recursos provenientes de convênios com o Governo Federal. Do total gasto com o PAC no triênio analisado, 45,23% foram executados com recursos do Tesouro.

Inicialmente, na previsão do Quadro de Composição de Investimentos (QCI) a participação do Governo Estadual no financiamento do PAC Complexos era de 25%, contra 75% do Governo Federal. Ao longo da execução do Programa, a participação dos recursos do Estado cresceu para 52% em 2010. No âmbito de todos os projetos envolvidos no PAC, a participação do ERJ passa para 46,3% em 2008 e 48,07% em 2010.

As despesas ocorridas no âmbito do PAC, no triênio, se concentraram em obras de infra-estrutura, destinadas à urbanização de comunidades de baixa renda localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro, conforme apresentado na tabela ao lado:

TABELA 2

EXECUÇÃO PAC COMPLEXOS

ÁREA DE INTERVENÇÃO	2008	2009	2010	VALOR TOTAL TRIÊNIO
PAC COMPLEXOS - SEOBRA	236.235	602.861	674.472	1.513.569
Comunidade da Rocinha	25.199	106.364	160.899	292.462
Complexo do Alemão	121.095	305.052	361.066	787.213
Complexo de Manguinhos	65.947	164.210	141.694	371.851
Comunidade do Pavão-Pavãozinho	23.993	27.235	10.814	62.042
RECURSOS DO ERJ	87.542	292.441	412.523	792.505
RECURSOS FEDERAIS	148.694	310.420	261.950	721.064

GRÁFICO 1



INFRA-ESTRUTURA:

O dispêndio total com as obras do PAC – Complexos foi de R\$1,51 bilhão (2008 a 2010), destes, 52,4% foram financiados com Recursos do Tesouro Estadual (Tabela 2), sendo o restante realizado com recursos oriundos de convênios com o Governo Federal. Além de projetos estruturantes, o PAC prevê ações de desenvolvimento social e de prestação de serviços básicos em saúde e educação.

No Complexo do Alemão foram gastos no período de 2008 a 2010 R\$787,2 milhões, 51,6% financiados pelo Governo do Estado. O projeto engloba a construção do primeiro sistema de transporte de massa por cabo, no Brasil. O teleférico, que contará com 152 gôndolas e capacidade para transportar 3 mil



passageiros por hora, está em fase final de testes. Além disso, foram construídas 728 unidades habitacionais, uma escola, um complexo esportivo, uma UPA e um Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP).

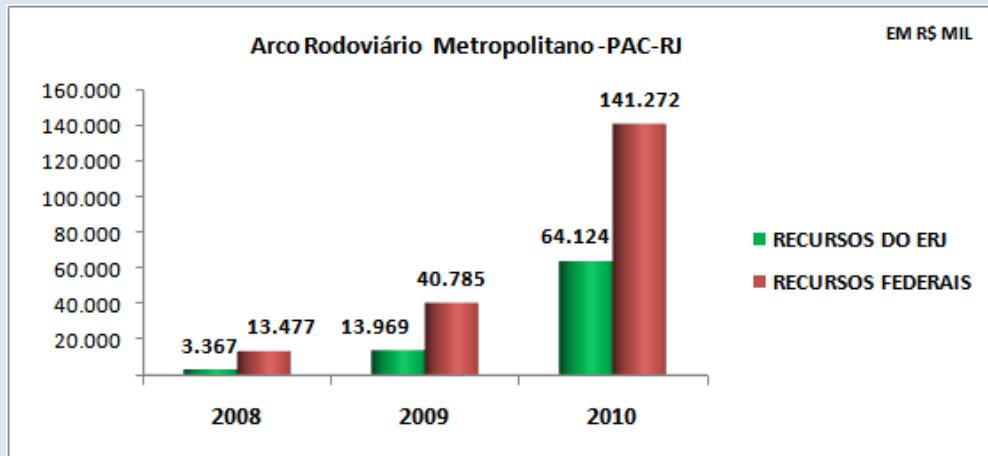
Com o projeto de Urbanização do Complexo da Rocinha o dispêndio alcançou R\$292,5 milhões, sendo R\$160,9 milhões somente em 2010. A comunidade recebeu 144 unidades habitacionais, um complexo esportivo e uma UPA, além de obras de saneamento e urbanização, como o alargamento da chamada Rua 4 que passou de cerca de 80cm para 12 metros de largura, o que veio facilitar a circulação do ar proporcionando melhores condições de saúde para a população.

Nas obras do complexo de Manguinhos, foram gastos R\$371,8 milhões no triênio. Além de 896 unidades habitacionais, foram entregues à população, um centro de referência da juventude, um colégio, uma biblioteca-parque e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

TRANSPORTE RODOVIÁRIO:

No âmbito dos transportes, o PAC está realizando a construção do Arco Rodoviário Metropolitano, cujas despesas executadas pelo Estado do Rio de Janeiro no triênio (2008-2010) totalizaram um dispêndio de R\$276,99 milhões no período, conforme Gráfico 1. De forma isolada, no Arco Rodoviário, os recursos provenientes do Governo Federal, representam a maior parcela, embora a participação do ERJ venha crescendo a cada ano.

GRÁFICO 2



A obra prevê a construção de 145 Km de estradas que cortam 8 municípios. Ao Estado coube a parte ainda virgem, num total de 70,9 quilômetros, da interseção das rodovias Rio-Belo Horizonte (BR-040) com a Rio-Teresópolis (BR-116 Norte), até a Rodovia BR-101 Sul (Rio-Santos).

O projeto irá fazer a interseção das cinco grandes Rodovias Federais que atravessam a região, desafogando o trânsito nas principais vias de acesso ao Rio, como a Ponte Rio-Niterói, a Avenida Brasil e a Rodovia Presidente Dutra, facilitando acesso ao Porto de Sepetiba.

As áreas de baixa renda ainda exigem a continuidade para a conclusão dos projetos. O orçamento de 2011 contempla recursos para o término do PAC I e para novos investimentos, sobretudo na área de habitação-PAC II.



BOX 07 –Bilhete Único do Estado do Rio de Janeiro

O Sistema Bilhete Único, que completa um ano em fevereiro de 2011, já abrange 20 municípios do ERJ e atende cerca de dois milhões de pessoas. Um estudo de avaliação do Bilhete Único, elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), concluiu que o sistema gerou efeitos diretos no índice de empregabilidade, uma vez que desonera em parte a folha de pagamento das empresas, promovendo a expansão formal nas áreas mais carentes da capital e nos municípios periféricos fluminenses.

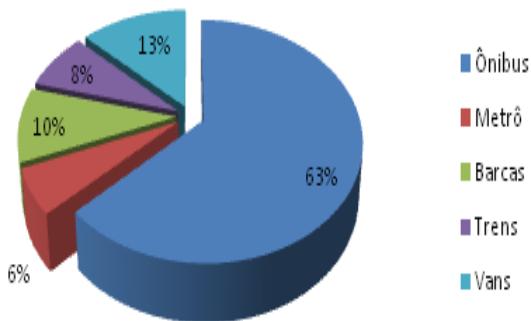
O Gráfico ao lado apresenta a utilização do Bilhete Único por meio de transporte.

O benefício tarifário, coberto pelo Estado através do Fundo Estadual de Transportes (FET), transfere às empresas de transportes públicos, o valor equivalente à economia feita pelo usuário.

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Transportes, o subsídio pago pelo Estado equivale em média a 27,2% do valor total das transações. No ano de 2010, o Estado aplicou R\$190,43 milhões.

O uso do Bilhete Único teve aumento expressivo ao longo do seu primeiro ano de implantação, passando de 13,4 mil transações no primeiro mês para 22,6 mil ao final do exercício, em parte pelo aumento da tolerância de horas.

Utilização do BU



RESUMO MENSAL - BILHETE ÚNICO

MÊS	VALOR TOTAL DAS TRANSAÇÕES	VALOR PAGO PELOS USUÁRIOS	SUBSÍDIO DO ERJ	EM R\$ MIL % SUBSÍDIO
FEV	43.214	32.727	10.487	24,27%
MAR	56.293	41.706	14.587	25,91%
ABR	52.195	38.542	13.652	26,16%
MAI	62.081	45.725	16.356	26,35%
JUN	62.100	45.398	16.703	26,90%
JUL	67.070	48.583	18.487	27,56%
AGO	69.890	50.419	19.471	27,86%
SET	68.964	49.679	19.285	27,96%
OUT	69.564	49.992	19.572	28,14%
NOV	72.662	51.967	20.695	28,48%
DEZ	75.967	54.822	21.145	27,83%
TOTAL	699.999	509.560	190.439	27,21%

FONTE: SETRANS



V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

As resoluções publicadas fixando a Cota Financeira ao longo de 2010 (valores evidenciados no Gráfico 1) apresentaram o crescimento constante na liberação de recursos provenientes das Fontes de Recurso do Tesouro²⁴. Esse aumento decorreu do contínuo crescimento da arrecadação, que superou em 11% a previsão inicial. Enquanto isso, nas Outras Fontes de Recurso²⁵ (FR), houve uma frustração de receitas da ordem de 17%, demandando um ajuste que foi efetuado no último mês do exercício.

Em virtude da diferença verificada, no exercício, entre a receita projetada no orçamento e a efetivamente arrecadada, nas diferentes fontes de recursos, os seguintes ajustes foram realizados na Cota Financeira em relação à publicação inicial²⁶: (i) Fonte Tesouro – acréscimo de R\$ 2,35 bilhões (53,6%); e (ii) Outras Fontes – decréscimo de R\$ 0,58 bilhão (-13,7%).

A tendência dos Órgãos utilizarem a sua parcela da Cota Financeira proveniente de recursos do Tesouro antes do emprego de recursos de provenientes de outras fontes de recursos, que foi constatada ao longo de todo o exercício de 2010, pode ser ratificada através dos dados apresentados na Tabela 31. Os números revelam que o percentual utilizado em relação à despesa liquidada é maior nas FR do Tesouro do que nas outras FR.

Gráfico 1

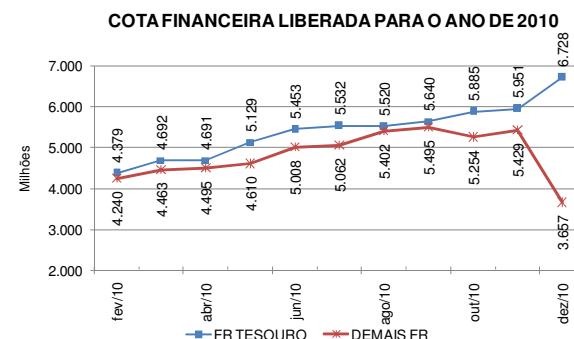


Tabela 31

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2010

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - TESOURO	6.719.620	6.716.603	6.728.251	6.204.831	5.967.182
FR - DEMAIS	5.164.634	5.051.683	5.056.702	5.771.593	5.591.768
TOTAL GERAL	9.884.504	9.768.286	10.784.953	8.976.424	8.558.942
<small>Fonte: SEFAZ/RJ</small>					
<small>Obs.: Projeção feita para dezembro/2010</small>					
FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - TESOURO	99,96%	99,83%	92,38%	92,22%	96,17%
FR - DEMAIS	95,79%	97,08%	95,77%	94,22%	95,21%
TOTAL GERAL	95,62%	93,78%	91,57%	85,87%	95,88%
<small>Fonte: SEFAZ/RJ</small>					
<small>Obs.: Projeção feita para dezembro/2010</small>					

Tabela 32

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2010 POR ÁREAS
FR TESOURO

ÁREA	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	623.003	623.003	623.023	532.988	500.928
SAÚDE	1.085.539	1.085.539	1.085.512	1.085.705	1.045.684
SEGURANÇA	391.616	390.994	391.616	366.396	356.939
DEMAIS ÁREAS	4.011.492	4.009.296	4.009.296	5.795.161	5.662.621
TOTAL GERAL	6.719.620	6.716.603	6.728.251	6.204.831	5.967.182
<small>Fonte: SEFAZ/RJ</small>					
<small>Obs.: Projeção feita para dezembro/2010</small>					
ÁREA	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	100,00%	100,00%	83,35%	83,35%	93,98%
SAÚDE	100,00%	100,00%	93,10%	93,10%	95,75%
SEGURANÇA	99,84%	99,84%	93,54%	93,69%	97,19%
DEMAIS ÁREAS	99,94%	99,75%	94,46%	94,46%	96,94%
TOTAL GERAL	99,96%	99,83%	92,38%	92,22%	96,17%
<small>Fonte: SEFAZ/RJ</small>					
<small>Obs.: Projeção feita para dezembro/2010</small>					

²⁴ Fontes Tesouro: 00; 01; 04; 06; 07; 20 e 22

²⁵ Demais Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

²⁶ Resolução SEFAZ nº 279 de 9 de fevereiro de 2010 e Resolução SEFAZ nº 370 de 30 de dezembro de 2010.



No tocante à execução orçamentária da despesa suportados com recursos provenientes das FR do Tesouro, observa-se a eficácia das áreas prioritárias (Tabela 32). Na fase da liquidação, todas as áreas liquidaram, aproximadamente, 100% dos seus empenhos, com destaque para as áreas da Educação e Saúde, que liquidaram 100%.

O Tesouro do Estado, por sua vez, honrou 96% das Programações de Desembolso (PD) emitidas pelos órgãos estaduais, mantendo a celeridade adotada, ao longo de todo o exercício, na execução das PD's.

V.2 Pagamento de PD's

No 6º bimestre de 2010, o Tesouro Estadual praticou o prazo médio de 12 dias para o pagamento das programações de desembolso emitidas nas áreas prioritárias e 13 dias para as emitidas nas áreas não prioritárias (Tabela 33). Ainda no ano em análise, em comparação com os três anos anteriores, o Tesouro manteve um prazo médio inferior no que tange às execuções das PD's confeccionadas com FR Tesouro. (Gráfico 2)

Isso pode ser constatado na comparação do prazo médio de pagamento verificado em 2007 e em 2010: enquanto o prazo médio, em 2007, foi de 18 dias, em 2010, este prazo foi de 10 dias.

Outro ponto que merece destaque é a agilidade com que o Tesouro vem adimplindo as Programações de Desembolso dos órgãos, 97% das PD's pagas (Gráfico 4) foram honradas em até 30 dias após a data de sua emissão.

Tabela 33

PERÍODO DE PAGAMENTO DAS PD'S

6º BIMESTRE DE 2010

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	12
NÃO PRIORITÁRIA	13
Total geral	13

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATSE

Gráfico 2

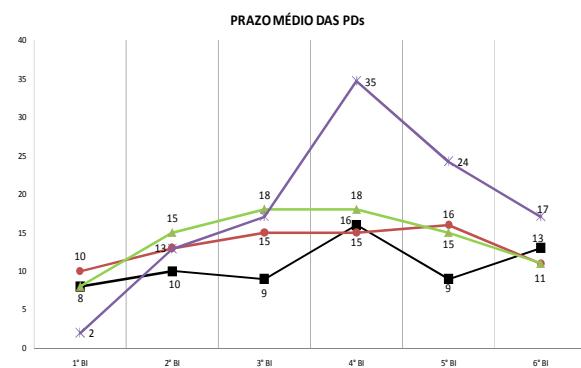


Gráfico 3

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PDs 2007 - 2010

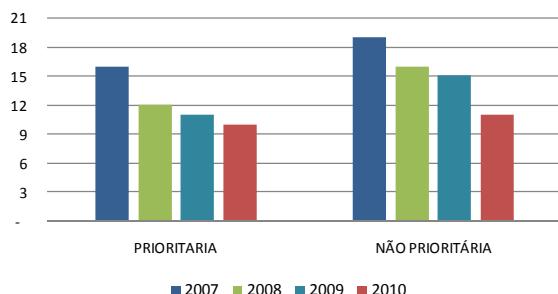
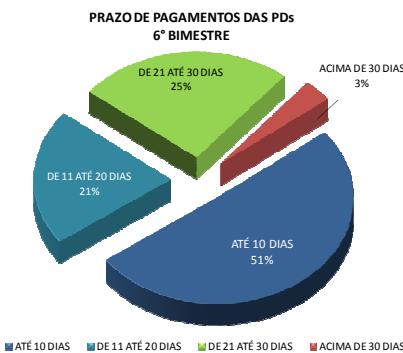


Gráfico 4



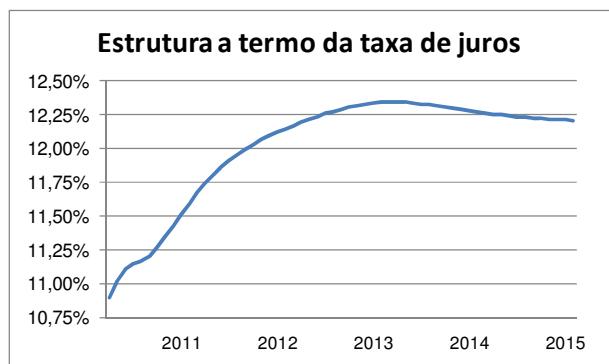
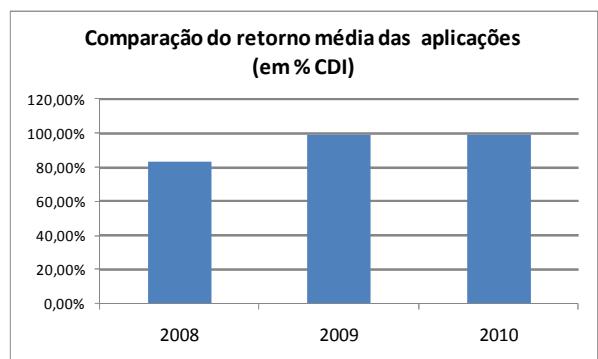
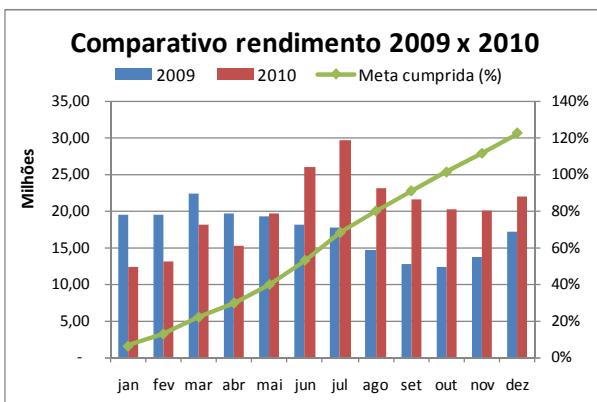
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

Foi realizado nos dias 7 e 8 de dezembro de 2010, a 155ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), que, decidiu, por unanimidade, pela conservação da taxa Selic em 10,75% a.a.. A manutenção desta taxa pela 3ª vez consecutiva não foi influenciada pela piora nos indicadores do cenário projetado para 2011.

No cenário de médio e curto prazo, a projeção para inflação (5,32% - IPCA) está acima da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%). Diante dessa perspectiva, há a expectativa da elevação da Selic ao longo de 2011, esse movimento já está sendo precificado pela estrutura a termo (Andima), que apresenta um ajuste para cima, com uma taxa estimada de 12,25% a.a., no final de 2011 (Gráfico 5).

Desde o início de 2010, a taxa Selic passou por um aumento de 2 pontos percentuais, colaborando diretamente com o aumento da receita financeira do Tesouro Estadual ao longo desse ano. Assim, a receita financeira apresentou um crescimento de 16%, quando comparado com a verificada no exercício anterior.

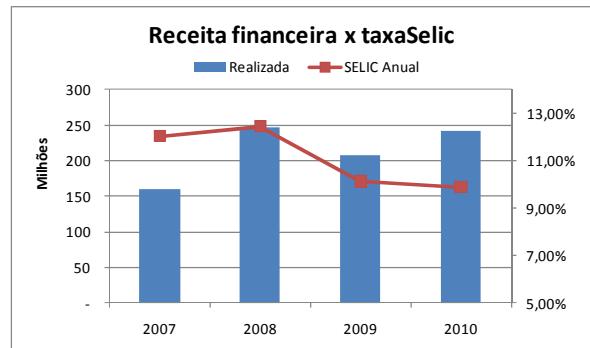
Mas este não foi o único fator que impactou neste resultado, pois o crescimento da receita financeira do Tesouro decorreu, também, da diligência da gestão atual no que tange à aplicação financeira, sempre buscando: (i) a alocação dos recursos de forma ótima; (ii) renegociação das taxas de remuneração dos

Gráfico 5

Gráfico 6

Gráfico 7


fundos; e (iii) a mudança de carteira e regras de aplicação.

No 6º bimestre, os fundos exclusivos tiveram um rendimento médio de 99,3% do CDI, mantendo o desempenho auferido no bimestre anterior e superando em 3 pontos base a média do desempenho acumulado em 2010.

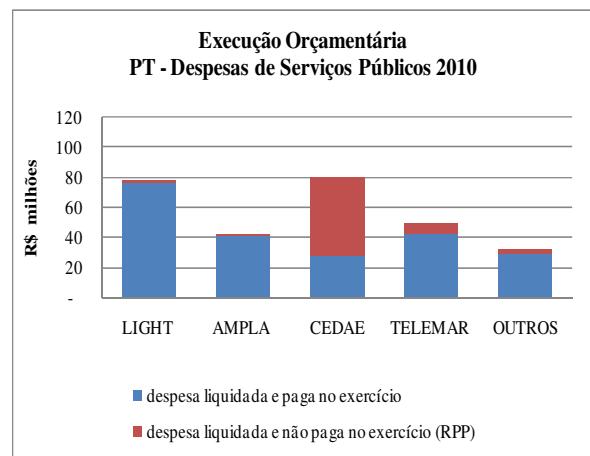
O bom desempenho nas aplicações, permitiu que o Tesouro Estadual, no exercício de 2010, superasse a meta da receita financeira prevista na LOA em R\$ 44 milhões (22% acima da meta). Essa boa performance, fica ainda mais evidente quando se analisa o Gráfico 8, no qual verifica-se que, apesar da queda da taxa Selic em relação aos anos de 2008 e 2009, o Tesouro obteve um rendimento 16% acima do ano de 2009, e uma queda de apenas 3% em relação à 2008, onde a Selic foi 26% superior.

Gráfico 8


V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No exercício de 2010, os órgãos e as entidades estaduais registraram R\$ 380 milhões de despesas com serviços públicos essenciais. Desse montante, R\$ 284 milhões referem-se às despesas suportadas com Fontes de Recursos do Tesouro Estadual.

Analizando as fases da execução orçamentária, verificou-se que do montante total liquidado (R\$ 284 milhões), foram pagos dentro do exercício, R\$ 221 milhões, ou seja, 78%. A diferença entre o valor total pago e o total liquidado, R\$ 63 milhões, foi inscrita em Restos a Pagar Processados. Desta quantia,

Gráfico 9




R\$ 53 milhões referem-se a despesas da Secretaria de Educação com a CEDAE, que não foram quitadas tempestivamente, pois as programações de desembolsos foram emitidas após o último dia de pagamento do exercício de 2010.

Visando priorizar o adimplemento destas despesas obrigatórias, tornou-se imprescindível aprimorar os procedimentos adotados na execução orçamentária e financeira. Neste sentido, o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC, criado com a finalidade de centralizar a execução orçamentária e financeira, ampliou e aperfeiçoou os controles de conciliação das despesas com serviços públicos.

Considerando as despesas registradas através do SIPC, o exercício de 2010 fechou com o adimplemento de 96%, com destaque para as faturas da Ampla e da Light, que tiveram adimplemento de 98% e 96%, respectivamente. Saliente-se que o total faturado pelas concessionárias foi em torno de R\$ 148 milhões e o total executado através do Sistema foi de R\$ 141 milhões.

Tabela 34

Sistema de Execução da Fazenda Sistema de Fazenda Sistema Integrado de Pagamento Centralização de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias					
Fonte: Tesouro Dados acumulados até o mês: Dezembro/2010					
	Faturado	Acompanhamento por concessionária			
		PD PGE	PD RPP	Sem PD	% pag x fat
LIGER SERVIOS DE ELETROCONDUZIDAS S/A	75.572.253	75.007.204	25.072.555	600.555	96%
AMPLA CONCEPÇÃO E SERVIOS S/A	40.325.500	40.070.520	45.127.9	225.200	96%
TELESPAR SUL/ESTE S/A	30.258.303	30.004.746	79.532.2	1.245	96%
ÁGUAS DE SANTOS S/A	8.207.702	8.200.000	71.640.2	300	96%
ÁGUAS DO PARANÁ S/A	6.457.333	6.450.000	20.572.6	740	96%
TEL. PCS S/A	3.724.302	3.500.000	19.435	374.200	96%
ÁGUAS DAS MÍNHAIS S/A/SP	502.240	500.240	-	-	100%
CONCEPÇÃO ÁGUAS DE SANTOS/SP	787.405	780.054	21.5	83.4	100%
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	696.170	575.300	323.172	3.705	96%
CONCEPÇÃO ÁGUAS MÍNHAIS/CONCEPÇÃO/SP	650.042	640.000	3.250	-	100%
PRUDANOS S/A/CONCEPÇÃO/SP	400.224	400.224	-	-	100%
ÁGUAS DO IMPERATRIZ/SP	400.304	392.576	74.240	134	96%
ÁGUAS DE SANTOS/SP/CONCEPÇÃO/SP	400.337	400.337	-	402	100%
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	385.070	384.000	1.080	-	96%
TÓTAL	147.689.244	141.054.064	5.619.943	1.015.238	96%



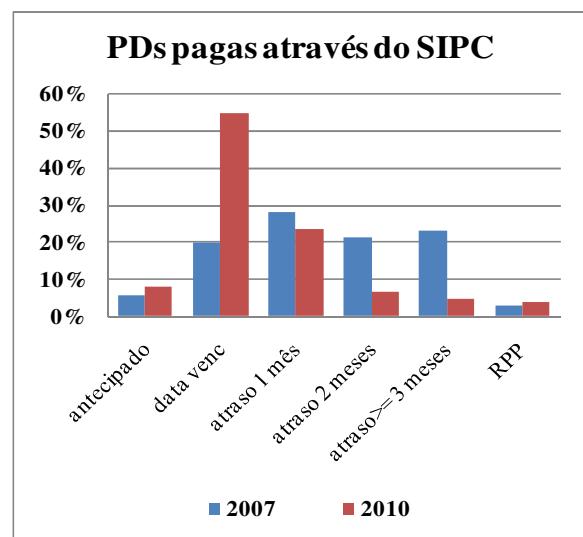
Apesar do bom desempenho da execução orçamentária e financeira das despesas através do SIPC, este só não foi maior devido à intempestividade na descentralização orçamentária por alguns órgãos.

Cabe ressaltar, ainda, que devido às suplementações para alguns órgãos terem sido efetuadas apenas no final de dezembro, ficaram registradas no SIPC, em Restos a Pagar Processados, R\$ 5,5 milhões, sendo R\$ 4,7 milhões da Secretaria de Administração Penitenciária. Portanto, do montante total de R\$ 63 milhões inscritos em Restos a Pagar Processados registrados com Fontes de Recursos do Tesouro, conforme informado anteriormente, apenas 9% (R\$ 5,5 milhões) foram despesas executadas através do SIPC.

O progresso é visível quando se comparam os anos de 2007 (início da Gestão) e 2010. Em 2007, apenas 19% das despesas foram quitadas na data de vencimento, ao passo que, em 2010, 63% foram quitadas até a data de vencimento. Em relação às obrigações quitadas com atraso, 23% ocorreram com apenas 01 mês de atraso. Grande parte desse atraso é consequência da discordância, por parte do órgão, com os valores apresentados na fatura, o que inviabiliza que este descentralize o orçamento para a CACPC/SUFIN, e, portanto, retarda a execução orçamentária e financeira da despesa.

A partir dos inúmeros benefícios alcançados por essa sistemática, que incluem um alto índice de adimplemento das obrigações e um efetivo controle e acompanhamento dos pagamentos, houve a motivação de outras concessionárias em aderir ao SIPC. No final de

Gráfico 10



2010, a CEDAE ingressou no Sistema, estando previsto para março de 2011 (após a adequação e a conclusão de etapas operacionais) o início dos pagamentos para a mesma, por intermédio dessa sistemática. Outra concessionária que em breve ingressará ao Sistema é a Tim/Intelig.

V.4.1 Características de Consumo

Com as informações sobre o faturamento mais exatas, com a execução orçamentária mais eficaz e com os pagamentos das despesas mais céleres, a Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos (CACPC) passou a receber das Concessionárias, dados técnicos envolvidos no cálculo do faturamento de cada instalação.

Com isso, criou-se um Cadastro de Instalações que possibilita um avanço no nível técnico da análise sobre o consumo dos órgãos, individualizado por instalação, com os serviços públicos²⁷ de energia elétrica, fornecimento de água e telefonia (Ver Box “Cadastro Geral de Instalações”).

Em relação ao consumo de energia elétrica, vários fatores técnicos influenciam no faturamento desta despesa, principalmente a forma de fornecimento da energia, que pode se dar de duas formas: Baixa Tensão e Alta Tensão. Salienta-se que a tarifação é distinta para cada uma destas classes.

No tocante à alta tensão, especificamente, o órgão responsável pela unidade consumidora celebra um contrato com a concessionária

Gráfico 11

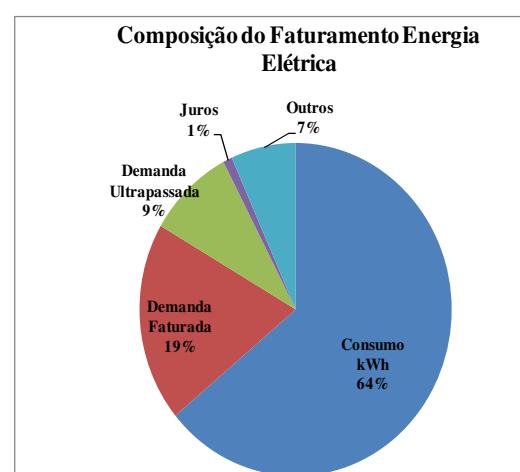
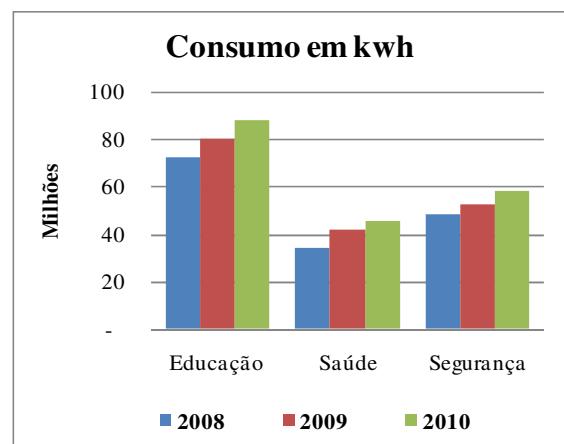


Gráfico 12



²⁷ O cadastro de instalações contém os dados históricos, a partir de janeiro de 2010. Mensalmente é atualizado com as informações enviadas pelas 13 concessionárias incluídas no SIPC: três concessionárias de energia elétrica, nove concessionárias de fornecimento de água e uma concessionária de telefonia.

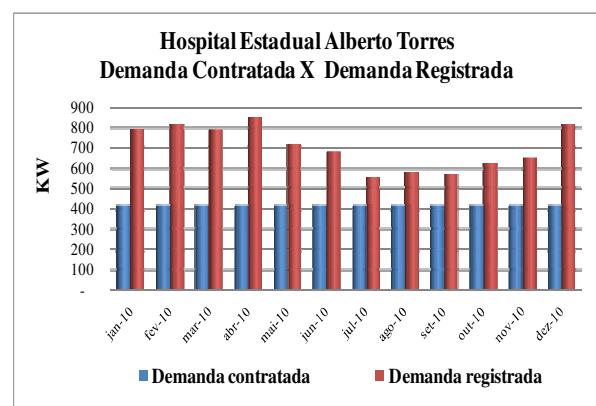
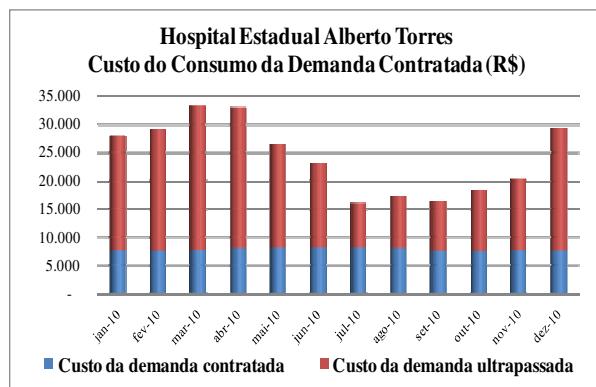
especificando as características da demanda contratada. Nestes contratos estão definidos o valor da tarifa para a classe “Alta Tensão”, a demanda de potência ativa em kW a ser disponibilizada pela distribuidora, e o seu período de vigência.

Comparando o consumo em kWh das áreas prioritárias (saúde, educação e segurança) em 2010, pode-se verificar um aumento de 10%, em relação ao exercício anterior

Já o estudo de alta tensão, de forma global, demonstra que em 2010 foram gastos com a demanda de alta tensão, R\$ 38 milhões, sendo R\$ 26 milhões de demanda contratada e R\$ 12 milhões de demanda ultrapassada²⁸.

Cabe pontuar que o consumo excedente acima do valor da demanda contratada em kW (denominada demanda ultrapassada) era calculado utilizando (3) três vezes o valor da tarifa da demanda contratada. Com o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica específica, tornou-se possível analisar o consumo individual de cada unidade que teve sua demanda ultrapassada (ou até mesmo subutilizada). Com isso, a CAPC passou a ter subsídios para auxiliar os órgãos na análise de eventuais revisões contratuais. O que certamente poderá gerar uma enorme economia nos gastos públicos com despesas com serviços públicos essenciais.

O estudo de caso auxilia na avaliação do consumo da unidade com base em sua série histórica de utilização. Destacou-se, por

Gráfico 13

Gráfico 14


²⁸ Conforme preceitua o art. 2º da Resolução ANEEL nº 456/2000 , entende-se como demanda contratada a demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela concessionária, no ponto de entrega, conforme valor e período de vigência fixados no contrato de fornecimento e que deverá ser integralmente paga, seja ou não utilizada durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

Já a demanda de ultrapassagem é a parcela da demanda medida que excede o valor da demanda contratada, expressa em quilowatts (kW).



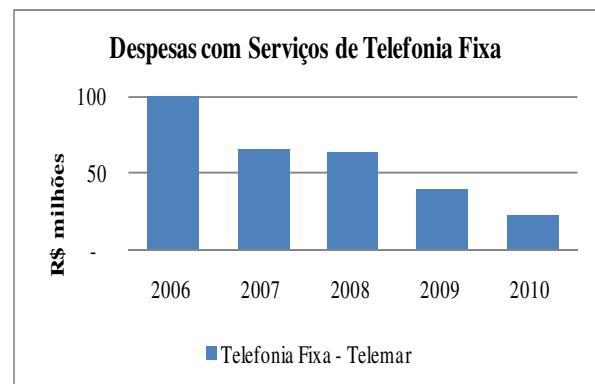
exemplo, a unidade Hospital Estadual Albertho Torres para análise: em 2010, a demanda contratada mensal foi de 420 kW de potencia ativa, contudo o consumo ao longo do ano excedeu o valor contratado em 70%. A ferramenta calcula qual seria a demanda ótima a ser contratada para o período avaliado, ou seja, a que apresentaria o menor valor de faturamento possível, dada a especificidades de consumo da unidade analisada. No total, em 2010, foi faturado para esta unidade R\$ 291,1 mil. Caso a demanda contratada estivesse ajustada, o faturamento teria sido de R\$ 188 mil, gerando uma economia de R\$ 103 mil (35%).

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No âmbito dos serviços de telefonia fixa, após a celebração do contrato com a OI/Telemar em 2008, que teve como objeto a instalação da rede governo de telefonia, interligando os telefones por ramais, houve uma economia significativa nas despesas com serviços de telefonia fixa: 60% de redução de 2008 a 2010.²⁹

Com o término da vigência do contrato com a OI/Telemar, houve nova licitação ao final de 2010, onde a Tim/Intelig será a nova operadora do Estado. Como já mencionado anteriormente, a referida operadora já está providenciando os procedimentos operacionais necessários para adesão ao SIPC.

Gráfico 15



²⁹ Com o término da vigência do contrato com a OI/Telemar houve nova licitação ao final de 2010, onde a Tim/Intelig será a nova operadora do Estado. Como já informado, a referida operadora já está providenciando os procedimentos operacionais para a adesão ao SIPC.

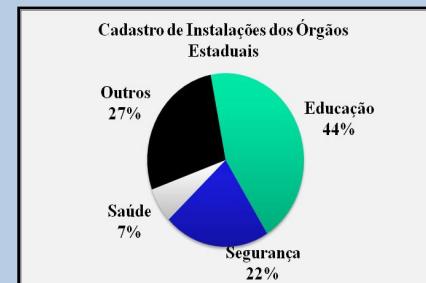


No que tange à transmissão de dados, o Tesouro Estadual despendeu, em 2010, a soma de R\$ 49 milhões, enquanto que ao longo de todo o ano de 2009, o total gasto com estes serviços foi de R\$ 22 milhões. Mais da metade do valor empregado com estes serviços decorre do Projeto de Modernização Operacional da Gestão Escolar, implantado a partir de 2007 pela Secretaria de Educação.

BOX 8 – Constituição do Cadastro Geral de Instalações dos Órgãos Estaduais

Com o objetivo de tornar mais precisa a conciliação das despesas efetuadas pelos órgãos e entidades estaduais com serviços públicos, tornou-se imperioso verificar se as informações prestadas pelas Concessionárias, acerca das características das instalações estaduais (como por exemplo, endereço completo, titularidade do órgão, CNPJ, etc) estavam atualizadas e completas.

Inicialmente, a Subsecretaria de Finanças atuou junto às concessionárias Light, Ampla e Energisa, no sentido de obter informações sobre os cadastros utilizados pelas mesmas. Confeccionou-se, portanto, um cadastro geral com todas essas informações. O passo posterior adotado pela Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos (CACPC) envolveu a verificação dessas informações com as próprias unidades responsáveis pelas instalações (se as mesmas estavam ativas, desligadas ou transferidas para outros titulares, conferência de endereço, etc.). Constituiu-se, assim, o Cadastro Geral de Instalações do Estado do Rio de Janeiro.



O Cadastro Geral de Instalações do Estado do Rio de Janeiro é composto por 3.444 instalações estaduais, assim distribuídos: 44% das instalações pertencem à área da educação, 22% pertencem à área de segurança e 7% pertencem à área da saúde e o restante, 27%, pertencem às demais áreas.

No tocante à evolução do consumo, a CACPC passou a receber das Concessionárias, de forma padronizada e regular, os dados técnicos envolvidos no cálculo do faturamento de cada instalação (consumo em kWh, demanda contratada, demanda registrada, demanda ultrapassada, juros, multa, etc). Criaram-se, por conseguinte, ferramentas eletrônicas, como já informadas em edição anterior, que proporcionaram o aprofundamento das análises sobre o consumo dos órgãos, individualizado por instalação, com os serviços públicos de energia elétrica, fornecimento de água e telefonia.

Cabe ressaltar que todo o trabalho descrito acima, possibilitou à CACPC efetuar a conciliação automatizada entre os dados de consumo fornecidos com o valor consolidado apresentado para pagamento pela Concessionária (denominado “Faturão”). Esta última fase, portanto, finaliza o ciclo de controle e acompanhamento das despesas com serviços públicos, resultando em mais celeridade e, principalmente, segurança no adimplemento das obrigações junto às Concessionárias.

V.5 Unidades Gestoras a Cargo do Tesouro Estadual

Entre as atribuições da Subsecretaria de Finanças, encontra-se a execução orçamentária de certas despesas típicas do Estado como ente, que são alocadas na Unidade Gestora (UG) denominada Encargos Gerais do Estado. Entre essas despesas, cite-se o pagamento da amortização e do serviço da dívida fundada do Estado. Mas esta não é a única unidade gestora a cargo da SUBFIN, existem outras duas unidades gestoras que estão a cargo da Subsecretaria, a saber: a Unidade Gestora do Tesouro e a de Concessionárias (os feitos desta última foram relatados na seção anterior). Já a Unidade Gestora do Tesouro, por suas especificidades, executa as despesas extra orçamentárias, tais como: devolução de depósitos dados em caução; devolução de fianças; restituição de indébito; pagamento de restos a pagar etc.

Assim, na estrutura da SUBFIN, compete à Coordenação de Controle e Acompanhamento de Pagamento de Concessionárias (CAPC) a execução orçamentária das despesas alocadas na UG de Concessionárias; a Coordenação de Execução Financeira é a responsável pela UG Tesouro e a Coordenação de Encargos Gerais e Operações Especiais (CEGOE) é responsável pela execução orçamentária das despesas vinculados à Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (todas pertencentes a Superintendência de Finanças).

Ademais, é nessa Superintendência que é controlada a movimentação financeira de outros recursos que estão a cargo do Tesouro, tais como: a movimentação dos recursos disponibilizados nas denominadas conta “A” e

conta “B”³⁰ e os provenientes dos depósitos judiciais tributários.

BOX 9 – Depósito Judicial Tributário

Entre os recursos geridos pelo Tesouro Estadual, encontram-se os provenientes de depósitos judiciais tributários. A fim de suspender os efeitos da ação de cobrança de obrigações tributária o contribuinte estadual pode recorrer da decisão que o condenou ao pagamento. Contudo, para isso deverá efetuar um depósito judicial tributário, que irá garantir a execução da sentença na hipótese de seus recursos não obter êxito, na justiça. Portanto, nessa hipótese o valor do depósito judicial tributário será convertido em receita para o Estado.

Diante dessa constatação, ou seja, da certeza de que parte significativa dos depósitos judiciais tributários será, no futuro, convertidos em receita para o ente competente pela cobrança do tributo, o legislador federal estabeleceu, desde 2002 (Lei Federal nº 10.482/2002), que parcela desse recurso poderá ser utilizada pelo ente titular do crédito, para pagamento de dívida fundada ou de precatórios.

Contudo, em 26 de dezembro de 2006, foi publicada a Lei Federal nº 11.429, que revogou a Lei nº 10.482/2002. O referido diploma legal criou um fundo, denominado Fundo de Reserva, destinado a garantir a restituição dos valores dado em depósitos pelos contribuintes, na hipótese deste obterem sucesso em seus recursos. Dessa forma, ficou definido que o Estado poderia sacar da instituição financeira depositária, até 70% do montante de cada depósito, sendo que o restante permaneceria depositado para constituição do referido Fundo.

Com base na legislação vigente, foi publicado o Decreto Estadual nº 31.866, de 17 de setembro de 2002, por meio do qual, o Estado do Rio de Janeiro celebrou, em 26 de dezembro de 2006, convênio com o Banco do Brasil, com a interveniência do Tribunal de Justiça, implantando as rotinas para o controle dos depósitos judiciais tributários. No instrumento firmado ficou estabelecido, à época, que além do fundo de reserva instituído pela lei, seria necessário a manutenção de outro fundo, sendo ambos no percentual de 30%, para suportar eventuais levantamento de depósitos judiciais tributários por contribuintes. Diante dessas premissas, o Estado receberia o repasse de apenas 40% do total dos depósitos.

Todavia, após a edição da Lei Complementar Estadual nº 119, de 11 de dezembro de 2007, por iniciativa da atual gestão, foi publicado o Decreto Estadual nº 41.408, de 22 de julho de 2008, que embasado em análises gerências e no histórico dos levantamentos dos depósitos judiciais tributários, definiu que não havia necessidade de manutenção de 60% dos depósitos para suportar possíveis levantamentos por contribuintes.

Depois de longo período de negociação, foi firmado, em 07 de dezembro de 2009, novo contrato com o Banco do Brasil (BB), com a interveniência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, definindo novas regras para a administração dos depósitos judiciais tributários. Por conseguinte, ficou mantido o fundo de reserva, no percentual de 30%, instituído pela Lei Federal, e, com relação ao fundo adicional (antes, exigido pela BB), este passou a ser denominado “adicional prudencial”, tendo o seu percentual reduzido para até 7,5%.

Cabe salientar, ainda, que o supracitado instrumento proporcionou alguns benefícios ao Estado, haja vista que majorou os recursos disponíveis provenientes dos depósitos judiciais tributários para pagamento de dívida fundada e precatórios judiciais, conforme preceito legal. Além disso, melhorou o controle sobre os depósitos efetivados, uma vez que as informações começaram a ser fornecidas de maneira mais detalhada.

³⁰ Na ocasião da privatização do BANERJ S/A foram constituídas, por meio de contrato, duas reservas monetárias chamadas de Conta “A” e Conta “B”, a segunda foi criada para suportar

V.5.1 Transferências Constitucionais para os Municípios

A Coordenação de Encargos Gerais e Operações Especiais – CEGOE, vinculada à Superintendência de Finanças, é responsável pela execução orçamentária das despesas vinculadas à Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado. Portanto, entre outras atribuições executa as transferências constitucionais aos municípios do Estado do Rio de Janeiro dos tributos: Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS, imposto sobre propriedade de veículos automotores – IPVA, imposto sobre produtos industrializados – IPI, contribuição de intervenção no domínio econômico – CIDE e dos *Royalties*³¹.

Com vistas a tornar mais eficiente o acompanhamento dessas transferências, criou-se uma ferramenta eletrônica que auxilia a Coordenação nesse acompanhamento³².

Em 2010 foram transferidos aos municípios do Estado do Rio de Janeiro o montante de R\$ 4.491.301.295,32, referente à ICMS; R\$ 575.167.826,56, referente ao IPVA; R\$

³¹ Conforme preceituam os artigos 20, §1º e 158 da Constituição Federal,

“Art. 20 (...)

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

“Art. 158 - Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º;

III;

III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”.

³² A ferramenta é composta por três pastas principais: T1-Estimado (com a estimativa do que será distribuído), T2-Transferido (o que efetivamente foi distribuído) e T3-Discrepância (aponta qualquer divergência entre os valores estimados e transferidos). Nestas pastas há a lista dos 92 municípios do Estado, os tributos que são distribuídos e o percentual definido na legislação que será usado no rateio da distribuição dos tributos.

113.667.289,56, referente ao IPI; R\$ 22.610.683,70, referente à CIDE e R\$ 291.565.186,87, referente aos royalties.

Tabela 35

VALORES TRANSFERIDOS EM 2010 (R\$)					
Região	ICMS	IPVA	IPI	CIDE	ROYALTIES
Metropolitana	2.336.606.856,66	448.006.808,53	59.135.529,85	12.996.602,58	151.685.793,99
Noroeste	140.353.161,95	5.782.318,67	3.552.100,41	1.034.754,67	9.111.410,87
Norte	570.623.129,94	23.361.701,27	14.441.538,25	1.511.141,02	37.044.095,47
Serrana	291.015.551,44	32.480.034,78	7.365.119,22	1.812.809,26	18.892.210,59
Litorânea	279.839.110,17	24.719.955,49	7.082.264,71	1.946.082,12	18.166.700,28
Médio Paraíba	523.578.509,24	27.887.948,25	13.250.911,19	1.969.284,99	33.989.947,57
Centro Sul	113.540.093,91	7.169.384,21	2.873.507,37	885.706,85	7.370.767,04
Ilha Grande	235.744.882,01	5.759.675,36	5.966.318,56	454.302,21	15.304.261,06
TOTAL	4.491.301.295,32	575.167.826,56	113.667.289,56	22.610.683,70	291.565.186,87

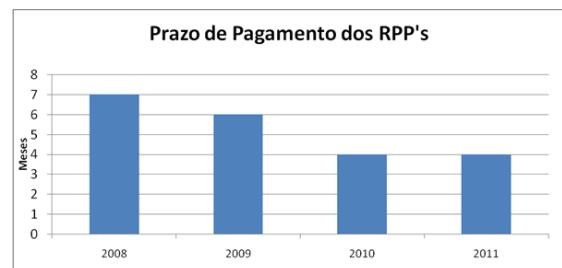
Fonte: SIG.

Cabe mencionar, por fim, que todas as transferências realizadas pela CEGOE, individualizada por município e por região estão disponibilizadas no subportal do Tesouro Estadual, hospedado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda, corroborando o compromisso da Gestão atual em dar a máxima transparência e ampla divulgação de seus atos.

V.6 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

V.6.1 Restos a Pagar Processados

A fim de evitar a reincidência de acúmulo de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e não honrados, situação encontrada no início de 2007. O Tesouro Estadual vem elaborando nos últimos anos um cronograma de pagamento de Restos a Pagar do exercício anterior, cuja meta é quitar essas obrigações do Estado em até 5 meses.

Gráfico 16




Os restos a pagar inscritos no exercício de 2009 suportado por recursos da Fonte do Tesouro, foram honrados em 5 meses. Já as obrigações liquidadas em 2009 e não pagas naquele exercício, que foram inscritas em restos a pagar em 2010, foram pagas em até 4 meses.

Em 2011, o cronograma prevê que os restos a pagar processados suportados por recursos do Tesouro sejam quitados em, no máximo, 3 meses, sendo que o primeiro pagamento já ocorreu em janeiro.

No ano de 2010 foi gerado um montante de, aproximadamente, R\$ 749 milhões de Restos a Pagar ("RP") para 2011, referentes às despesas de custeio e capital. Isso representa um aumento de 36% em relação a 2009, quando o montante foi cerca de R\$ 549 milhões.

A resolução com o cronograma de pagamento do RP 2010, Resolução SEFAZ nº 379, foi publicada no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 2011.

Verifica-se, portanto, que a gestão financeira mais eficiente do caixa do Estado vem permitindo a redução do prazo de pagamento desses restos a pagar. Em 2011, o pagamento dessas obrigações será concentrado nos meses de fevereiro e março, o que gera uma melhora do ambiente econômico do Estado e maior confiança por parte dos fornecedores do governo.

Assim, ao final do 1º bimestre de 2011, o Tesouro terá desembolsado um montante de R\$ 476 milhões, o que represente 65%

Tabela 36

Número de Credores que aderiram ao programa e Valores Repactuados		
Fases do Programa	Nº Credores Aderiram	Valor Repactuado (R\$)
1º fase	560	126.747.792,83
2º fase	229	81.985.551,73
3º fase	80	36.556.962,81
4º fase	97	7.546.829,29
5º fase	27	5.596.824,43
Total	993	258.433.961,09

montante do total de restos a pagar inscritos no exercício de 2011 nas fontes de recursos do Tesouro Estadual.

V.6.2 Reabertura de prazo para adesões ao Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar

Diante do sucesso do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, a Secretaria de Estado de Fazenda reabriu, por meio da Resolução SEFAZ nº 343, de 03 de novembro de 2010, o prazo para novas adesões de fornecedores no período entre 04/11/2010 a 19/11/2010.

Assim, teve início a 5ª fase do referido programa, com o primeiro pagamento para os fornecedores que aderiram ao programa, previsto para o 1º semestre de 2011. A reabertura do prazo em questão coaduna-se com o comprometimento do Governo Estadual em sanar as pendências deixadas pelas gestões passadas, encontradas no início de 2007.

Nessa 5º fase, ingressaram nesta SEFAZ 128 requerimentos solicitando informações sobre os créditos devidos pelo Estado, sendo que 27 empresas assinaram o Termo de Adesão e, consequentemente, aderiram ao Programa.

Sendo assim, desde a implantação do Programa, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1690 requerimentos. Desse montante, após a 5º fase aberta, 993 credores aderiram ao mesmo, totalizando um valor repactuado de aproximadamente R\$ 258,5 milhões.



Importante salientar, ainda, que após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo “AUTENTICA” e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa³³, verificou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa, que inicialmente, montava em R\$ 400 milhões, atualmente, monta em cerca de R\$ 350 milhões.

Assim, como aproximadamente R\$ 258,5 milhões já foram repactuados, conclui-se que 75% do total da dívida foi atendida pelo Programa, dando ao tratamento deste assunto um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

V.6.3 Valores Adimplidos em 2010

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda, após os pagamentos realizados no mês de novembro/2010, que contemplou o pagamento da sétima parcela, para os credores que ingressaram na 1º fase do programa; o pagamento da sexta parcela, para os credores que ingressaram na 2º fase do programa; o pagamento da quinta parcela, para os credores que ingressaram na 3º fase; e o pagamento da quarta parcela, para os credores que ingressaram na 4º fase, o Tesouro Estadual despendeu o total de R\$ 15.661.804,36.

Após os pagamentos dos meses de maio e novembro de 2010, conforme estipulado no cronograma desta Secretaria, o total já

³³ Conforme dispôs o art. 7º do Decreto nº 42.682, de 29 de outubro de 2010, “Ficam cancelados, em 31 de dezembro de 2010, os Restos a Pagar Processados relativos ao exercício de 2005, com fundamento no § 1º, do art. 134, da Lei Estadual nº 287/79”.

adimplido pelo Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, foi de R\$ 119.044.301,47. Adicionando-se os valores adimplidos na Primeira Oferta Pública de Recursos, que foi de R\$ 6.176.485,08 (com um valor de face – isto é, sem desconto – de R\$ 13.723.527,64) e na Segunda Oferta, que foi de R\$ 6.707.722,48 (com um valor de face de R\$ 9.871.723,34), o Tesouro Estadual já quitou o total de R\$ 142.639.552,45.

Do montante pago até a presente data, R\$ 6.433.780,00 foram adimplidos em 2007; R\$ 41.584.370,49, em 2008; R\$ 53.221.659,96, em 2009 e R\$ 41.399.742,00 em 2010.

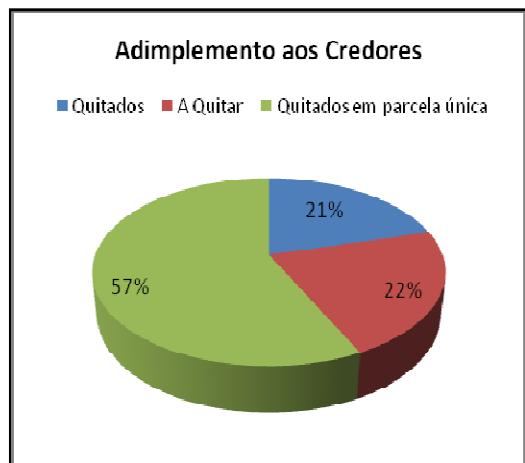
Após todos os pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual, 775 credores já tiveram seus créditos integralmente adimplidos, o que corresponde a aproximadamente 80% do total de adesões (considerando o número de fornecedores até a 4º fase do programa, uma vez que o pagamento para os fornecedores que ingressaram nessa última fase somente dar-se-á em maio/2011).

Por fim, cabe salientar que dos 775 credores que já tiveram seus créditos quitados integralmente, 586 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, pelas condições financeiras definidas no Programa, receberam em parcela única.

V.6.4 Oferta Pública de Recursos

O Decreto nº 40.874/2007 previu, em seu artigo 2º, a possibilidade de antecipação das últimas parcelas do programa. A intenção governamental foi a de poder quitar o máximo

Gráfico 17



de parcelas vincendas em exercícios posteriores, não deixando dívidas para as gestões posteriores como aconteceu no passado. Sendo assim, o Governo do Estado, optou pelo mecanismo do leilão de Oferta Pública de Recursos³⁴.

Em resumo, a Oferta Pública de Recursos daria-se por meio de sistema informatizado fornecido pelo Banco do Brasil S/A, onde o credor que aderiu ao programa, devidamente habilitado, com vistas a antecipar os seus créditos, acessava a página da rede mundial de computadores (Internet) e realiza oferta de lances e os respectivos valores de descontos. Uma vez classificados os lances conforme os critérios e os limites fixados por edital, e, ainda, observados os maiores descontos ofertados pelos credores, tais valores seriam pagos imediatamente pela instituição financeira contratada.

Assim, foi realizada em 12 de maio de 2009, a Primeira Oferta Pública de Recursos destinada a antecipar as parcelas vincendas nos exercícios de 2012 a 2015. Puderam ser atendidas 131 parcelas, com um valor total de R\$ 13.723.527,64 e um dispêndio efetivo, pelo Governo Estadual, de R\$ 6.176.485,08, com médias de deságio superiores a 50%. Dessa maneira, a economia para os cofres públicos foi de R\$ 7.547.042,56.

Já a Segunda Oferta Pública de Recursos, aconteceu em 12 de março de 2010, destinada

³⁴ A opção pelo mecanismo da Oferta Pública de Recursos trouxe vantagens para a utilização de sistema informatizado, que privilegia o princípio da imparcialidade e leilão feita por uma instituição financeira, que garante o pagamento imediato aos credores. A Administração Pública os melhores resultados com os meios escassos de que ele dispõe.



a antecipar as parcelas vincendas nos exercícios de 2010 a 2016. Foram atendidas 137 parcelas com um valor total de R\$ 9.871.723,34 e um dispêndio efetivo R\$ 6.707.722,48, gerando uma economia efetiva de R\$ 3.164.000,86.

A economia total para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, portanto, foi de R\$ 10.711.043,42. Conclui-se, assim, que a medida adotada revela-se compatível com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, na medida em que possibilitou a obtenção de condições economicamente mais vantajosas para o adimplemento de débitos pendentes, corroborando o compromisso do Governo Estadual em adimplir débitos passados inscritos em restos a pagar.

V.7 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em 09 de dezembro de 2009 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 62/2009, que introduziu três importantes inovações, a saber:

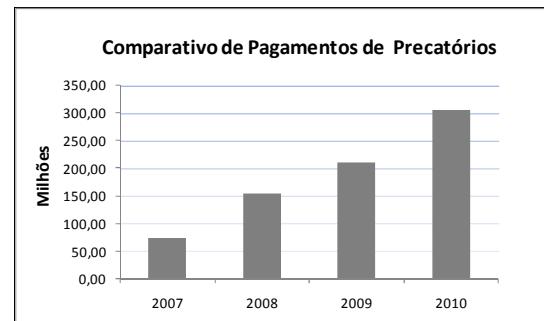
1ª – Aos Entes que aderirem ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pela Emenda, caberá apenas a transferência dos recursos para pagamento de precatórios, pois competirá ao Tribunal de Justiça, local, organizar em fila única todos os precatórios emitidos contra o ente devedor (Estado), definir as preferências e executar os pagamentos;

2ª – Possibilidade de adesão ao regime especial de pagamento de precatórios com a opção de pagamento do estoque em até 15 anos ou com a permanência no Regime Especial enquanto o estoque devido for

Tabela 37

Ofertas Públicas Recursos	Parcelas Antecipadas	Valor de face (s/ desconto) R\$	Valor pago (c/ desconto) R\$
Primeira	131	13.723.527,64	6.176.485,08
Segunda	137	9.871.723,34	6.707.722,48
Total	268	23.595.250,98	12.884.207,56
ECONOMIA TOTAL			R\$ 10.711.043,42

Gráfico 18



superior ao percentual vinculado da Receita Corrente líquida; e

3ª – Opção de destinação de 50% do valor transferido ao Tribunal de Justiça, para pagamento de precatórios pelo critério de ordem crescente de valor e/ou de leilão por maior deságio.

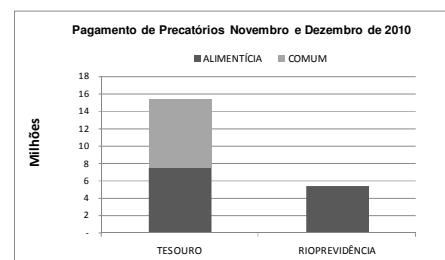
Assim, com base nas inovações introduzidas pela citada EC nº 62/2009, no mês de dezembro, além do dispêndio com os parcelamentos de precatórios, celebrados antes da publicação da Emenda³⁵, foram transferidos ao Tribunal de Justiça R\$ 175,1 milhões para pagamento de novos precatórios, em atendimento às disposições do regime especial, adotado pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Do montante transferido ao Tribunal de Justiça, 50% foi destinado ao pagamento de precatórios em ordem cronológica e 50% destinado ao pagamento de precatórios em ordem única e crescente de valor, conforme opção feita pelo Estado, por meio do Decreto nº 42.722 de 26 de novembro de 2010.

Portanto, constata-se que, no ano de 2010, foram aplicados **R\$ 305,8 milhões** em pagamentos de precatórios, sendo R\$ 130,7 milhões utilizados em pagamentos de acordos de parcelamento e R\$ 175,1 milhões transferidos ao TJ para pagamentos de novos precatórios.

³⁵ Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Gráfico 19



Salienta-se que, em comparação aos anos anteriores, houve um aumento progressivo no valor direcionado ao pagamento de precatórios. Notadamente, do ano de 2009 para 2010 houve um acréscimo de aproximadamente 70% do valor desembolsado para essas obrigações.

Do total desembolsado para pagamento de parcelamentos de precatórios, 62% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 38% empregados nas obrigações de natureza comum.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 6º Bimestre de 2010, foram pagas 239 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 1,8 milhão. O dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁶.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

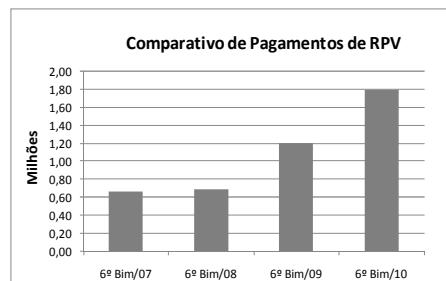
Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 239 requisições judiciais de pagamento, no 6º bimestre de 2010, com dispêndio total de R\$ 22,6 milhões.

Tendo em vista que o pagamento efetivo de novos precatórios, com as novas regras

Tabela 38

PAGAMENTOS DE RPV - 2010		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
NOV.	136	1076.029,89
DEZ.	103	730.565,99
Total	239	1.806.595,88

Gráfico 20



³⁶ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".



introduzidas pela Emenda nº 62/2009, ficará a cargo do Tribunal de Justiça do Estado, o Governo vem apenas honrando os acordos de parcelamentos e mantendo em dia o pagamento das requisições judiciais de pequeno valor.

BOX 10 – Compensação de Precatórios com Dívida Ativa – REFIS Estadual

Conforme informada na edição deste Boletim, a Subsecretaria de Finanças disponibilizou à Procuradoria Geral do Estado uma ferramenta (em Excel), desenvolvida em conjunto com Fundação Getúlio Vargas para atualização de precatórios emitidos contra o Estado do Rio de Janeiro.

Essa ferramenta permite que seja feita de forma mais rápida e segura a atualização dos precatórios. Cabe pontuar que no desenvolvimento da ferramenta já foi considerado, para elaboração das fórmulas, as novas regras de atualização, introduzidas pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

A ferramenta de atualização de precatórios está sendo utilizada pela Procuradoria Geral do Estado, com o intuito precípua de apurar o estoque atualizado de precatórios devido pelo Estado. Além de essa informação ser importante para conhecimento do real débito do Estado, é também crucial para possibilitar a determinação do valor que deverá ser depositado na conta especial do Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios, a cada ano, durante a vigência do regime especial de pagamentos adotado pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Estadual nº 42.315/2010.

Cabe destacar, ainda, que no ano de 2010, ante a abertura do Refis Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 42.316/2010 e tendo em vista a expertise da Coordenação de Precatórios da Superintendência de Acompanhamento da Dívida Pública, a Subsecretaria de Finanças vem auxiliando a Casa Civil no cálculo do valor atualizado dos precatórios objetos de requerimento de compensação com dívida ativa. Isso porque de acordo com o art. 3º da Resolução Conjunta SECC/PGE nº 32, de 15 de abril de 2010³⁷ compete Secretaria de Estado da Casa Civil, realizar a atualização destes créditos assim como homologar o valor que será compensado.

Assim, após a análise inicial da regularidade dos créditos pertinentes a precatórios apresentados para compensação pela PGE e seguindo os critérios de juros e correção definidos por ela, a Coordenação de Precatórios vem elaborando os cálculos de atualização dos precatórios para subsidiar a homologação do valor a ser compensado. Após a elaboração dos cálculos de atualização, os requerimentos são encaminhados à Auditoria Geral do Estado para validação dos cálculos e, por fim, à Secretaria de Estado da Casa Civil para homologação dos valores.

³⁷ “Art. 3º - Constatada pela PGE a regularidade do precatório apresentado para compensação, o procedimento administrativo será encaminhado à Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC), que determinará a conferência da memória de cálculo a que se refere o art. 1º, inciso II, desta Resolução.”.

V.8 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

No 6º bimestre de 2010, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 621 milhões com o serviço da dívida³⁸, refletindo uma redução de 13,10% em relação ao bimestre anterior. Essa variação foi influenciada pela redução do serviço da dívida extralímite, que foi 73% menor que a do 5º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa, concentrados nos meses de setembro e outubro.

Do total pago no último bimestre de 2010, R\$ 576 milhões foram referentes à dívida intralímite, valor abaixo daquele devido pela aplicação da Tabela Price, que representou R\$ 584 milhões. Assim, houve acúmulo de resíduo de R\$ 8 milhões ao saldo devido, em decorrência da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real.

Tabela 39

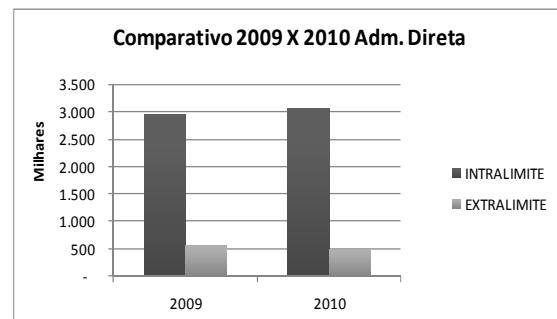
Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	5º bim 2010			6º bim 2010			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	294.963	412.799	707.762	225.883	390.461	616.345	-12,92%
INTRALIMITE	189.045	369.907	558.952	200.080	375.999	576.080	3,06%
EXTRALIMITE	105.917	42.893	148.810	25.803	14.462	40.265	-72,94%
INTERNA	27.438	17.647	45.085	25.803	14.462	40.265	-10,69%
EXTERNA	78.479	25.246	103.725	-	-	-	-100,00%
ADM. INDIRETA HONRADA	6.252	1.063	7.315	4.886	200	5.087	-30,46%
TOTAL	301.215	413.862	715.077	230.770	390.662	621.431	-13,10%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-límite	203.033	369.907	572.940	208.123	375.999	584.123	1,95%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	189.045	369.907	558.952	200.080	375.999	576.080	3,06%
Diferença incorporada no resíduo	13.988	-	13.988	8.043	(0)	8.043	-42,50%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

³⁸ Serviço da dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual

Em 2010, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 3,6 bilhões. Destes, R\$ 3,07 bilhões (85% do total) representaram pagamentos da dívida intralímite, apresentando aumento de R\$ 136 milhões em relação a 2009. Esse aumento decorreu do crescimento da receita líquida real, ou seja, significa que neste período o Estado pôde abater maiores valores no saldo devido dessa dívida.

Gráfico 21

Tabela 40

	Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)						R\$ mil
	2009			2010			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	1.218.358	2.288.253	3.506.611	1.223.519	2.331.164	3.554.683	1,37%
INTRALÍMITE	818.212	2.117.622	2.935.834	903.323	2.168.403	3.071.727	4,63%
EXTRALÍMITE	400.145	170.631	570.776	320.196	162.760	482.956	-15,39%
INTERNA	216.594	91.236	307.830	145.869	99.922	245.791	-20,15%
EXTERNA	183.552	79.395	262.946	174.327	62.838	237.165	-9,80%
ADM. INDIRETA HONRADA	8.284	4.342	12.626	44.617	3.255	47.872	279,16%
TOTAL	1.226.642	2.292.595	3.519.237	1.268.137	2.334.418	3.602.555	2,37%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-límite	1.108.220	2.140.834	3.249.054	1.162.180	2.174.199	3.336.379	2,69%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	818.212	2.117.622	2.935.834	875.071	2.148.902	3.023.974	3,00%
Diferença incorporada no resíduo	290.008	23.212	313.220	287.109	25.296	312.405	-0,26%

Valores pagos a preços correntes.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 6º bimestre deste ano (2010), o estoque da Dívida Financeira somou o montante de R\$ 58,82 bilhões, 2,32% maior que o bimestre passado, não obstante o pagamento, no bimestre, do principal correspondente a R\$ 230,8 milhões. O crescimento é efeito da variação positiva, no período, do IGP-DI, índice de correção de 91,96% da dívida interna. O impacto da moeda estrangeira, no entanto, foi reduzido, pois a dívida externa corresponde a apenas 3,45% do total da dívida financeira.

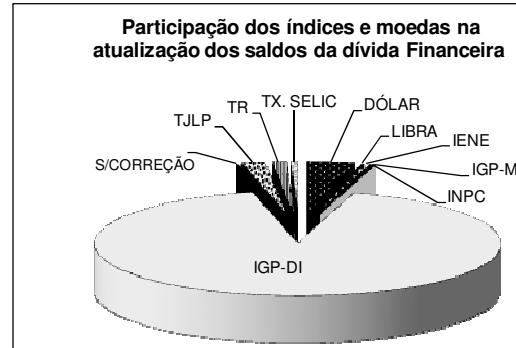
Gráfico 22




Tabela 41

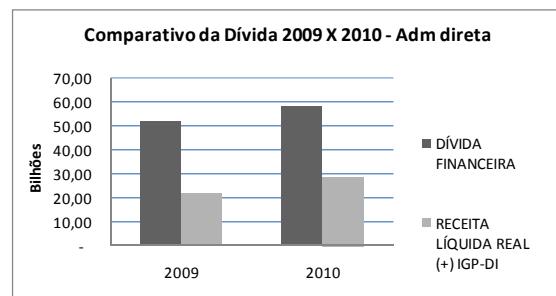
	dez/09	out/10	dez/10	Δ % no bim.	Δ % no ano
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	51.578.015	56.301.357	57.612.920	2,33%	11,70%
Interna	50.196.809	54.275.597	55.615.251	2,47%	10,79%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	50.196.809	54.275.597	55.615.251	2,47%	10,79%
STN/BACEN - Assunção Div. BERJ	10.858.312	11.438.254	11.676.524	2,08%	7,54%
STN - BONUS - DMLP	46.954	42.314	41.439	-2,07%	-11,75%
PARC-INSS - MP nº 2.187/01	95.876	87.712	86.327	-1,58%	-9,96%
STN - Refin. LEI 8.727/93 - Estado	736.339	609.629	583.696	-4,25%	-20,73%
STN - Refin. LEI 9.496/97	35.413.247	38.392.493	39.385.623	2,59%	11,22%
STN - Refin. Lei nº 9496/98 PEND. JURIDICA	1.562.724	2.007.621	2.128.047	6,00%	36,18%
CEF/PENAF	24.715	20.930	20.497	-2,07%	-17,07%
CAIXA - CONTRAPARTIDA PAC	0	273.020	302.620	10,84%	100,00%
SRF - PARCEL. PASEP - MP nº 38/02	315.785	305.862	303.874	-0,65%	-3,77%
BNDES - METRÔ	978.894	886.397	876.561	-1,11%	-10,45%
BNDES - PMAE I e II	11.193	15.570	15.600	0,19%	39,37%
BNDES - DELEGACIA LEGAL	0	24.443	24.443	0,00%	100,00%
BB_SEAPPA AeB	0	19.855	19.776	-0,39%	100,00%
BB_PEF I e II	152.770	151.497	150.224	-0,84%	-1,67%
Externa	1.321.335	2.025.760	1.997.669	-1,39%	51,19%
COM AVAL DO TESOURO NACIONAL	1.318.648	2.023.138	1.995.114	-1,39%	51,30%
MOBILIÁRIA	2.687	2.621	2.555	-2,53%	-4,93%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	59.870	207.706	207.367	-0,16%	246,36%
DÍVIDA FINANCEIRA	51.578.015	56.509.063	57.820.287	2,32%	12,10%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	21.755.095	28.299.795	28.497.027	0,70%	30,99%
RELAÇÃO DF / RLR	2,37	2,00	2,03	1,61%	-14,42%

Valores a preços correntes

O estoque cresceu 12,10%, quando comparado o mês de dezembro de 2010 com o mês de dezembro de 2009. A maior parte desse aumento ocorreu devido à variação positiva do IGP-DI de 11,30% e ao ingresso de recursos de novas operações de crédito, que juntas somaram 1,22 bilhões.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou uma queda de 14,42%, passando de 2,37 para 2,03. A despeito da elevação do estoque da dívida do Estado, essa melhora ocorreu em razão do aumento da Receita Líquida em 40%, que possibilitou a redução do

Gráfico 23



saldo devido. Assim, por mais um ano o Estado do Rio de Janeiro cumpriu a meta³⁹ n.º 1 do Programa de Ajuste Fiscal iniciado em 1999, ficando abaixo do definido.

BOX 11 – Melhoria na gestão da dívida

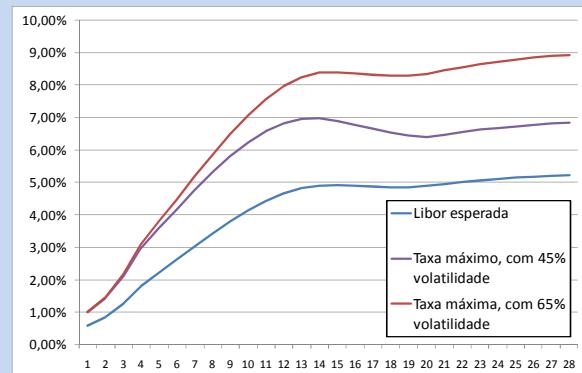
Para aprimorar a gestão da dívida Estadual, a Subsecretaria de Finanças passou a realizar projeções para taxas de juros atreladas aos seus contratos. Ademais, foi adotada a prática de elaboração de estudos para estruturar, balizar e agilizar as decisões acerca das condições financeiras das operações de crédito celebradas pelo Estado.

Recentemente, esta Subsecretaria fez um estudo para avaliar a proposta do Banco Interamericano (BID) de conversão da taxa de dois dos seus contratos (1037 OC-BR e 782 OC-BR) firmados com o Estado do Rio de Janeiro. A fim de subsidiar tal análise, foi efetuada uma simulação contemplando os diferentes cenários e que foi segmentada nas seguintes etapas: 1^a) estimativa do comportamento da taxa de juros atrelada ao contrato, obedecendo a sua composição; 2^a) criação de três cenários, para comparar as três opções (taxa fixa, variável ou mista) oferecidas pelo Banco com a taxa vigente; 3^a)

aplicação de três cenários de taxa de desconto para encontrar o valor presente de cada cenário e compará-los; e 4^a) realização de dois testes de estresse para estimar a probabilidade de insucesso das projeções das taxas de juros apresentadas pela instituição financeira, ambos com intervalo de confiança de 90%, sendo um com o desvio padrão da taxa de juros nos últimos dois anos e meio e outro (período série histórica), mais conservador, com uma volatilidade 20 pontos percentuais menor que a utilizada no cenário anterior.

Com base nos resultados obtidos nesse estudo, e considerando que as operações supracitadas, são de longo prazo (em média 10 anos), esta Subsecretaria se posicionou a favor da conversão taxa vigente para a taxa fixa, proposta em uma das três opções oferecidas pela instituição.

Esta orientação decorreu não só devido às condições financeiras atraentes proposta pelo BID, mas, principalmente, por apresentar uma relação risco-retorno conservador. O que é sempre bom num contexto de incertezas na economia global.



Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de ampliar os investimentos, o Estado do Rio incluiu algumas operações de crédito adicionais em sua estratégia de financiamento. Desse modo, ao longo de 2010, diversas operações de longo prazo amadureceram, em particular as relativas

³⁹ A meta da Dívida para o exercício de 2010, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,43.

à política de sustentabilidade fiscal e saneamento. Destarte, o Estado efetuou 05 contratações de operações de crédito em 2010. Cabe informar que foi assinado junto ao BIRD em 22 de novembro de 2010 no valor de U\$ 18.673.000,00 o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PRÓ-GESTÃO cujo objetivo é oferecer suporte para introdução de tecnologia de gerenciamento e informações baseadas em desempenho.

Tabela 42

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ASSINADOS EM 2010	ASSINATURA	CREDOR
Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do E.R.J.	22/03/2010	BIRD
Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J.	10/05/2010	BID
Programa de Modernização da Administração Estadual II	26/05/2010	BNDES
Programa de Apoio ao Financiamento das Contrapartidas do PAC	24/06/2010	CAIXA
Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública	22/11/2010	BIRD

Como reflexo dos empréstimos contratados em 2010 e em anos anteriores, houve desembolso de R\$ 1,3 bilhão ao longo do ano. Desse montante, R\$ 879 milhões foram destinados para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro (recursos provenientes do BIRD); R\$ 303 milhões, ao Programa de Apoio ao Financiamento Das Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 47 milhões, ao Programa Estadual de Transportes – PET (recursos provenientes do BIRD); R\$ 24 milhões, para o Programa Delegacia Legal do E.R.J. (recursos provenientes do BNDES); R\$ 20 milhões, para Programa de Sustentação de Investimentos Rurais – SEAPPA (recursos provenientes Banco do Brasil); e, R\$ 10 milhões, foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES).

Tabela 43
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal
Ente: Estado do Rio de Janeiro

Data: 31.12.2010

Valores em R\$ mil

	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas (²)	1.295.236,51	-	860.942,05	345.158,43	234.193,17	10.705,34	3.957,23	-	-	-	-	-	-	-	1.454.956,21
Operações contratadas com o SFN	361.920,68	-	653.019,45	186.000,00	186.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.025.019,45
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	110,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	10.368,78	-	21.615,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.615,90
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	2.817,38	-	1.027,32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.027,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	-	186.000,00	186.000,00	186.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	24.443,29	-	132.556,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.556,71
5. BB - Programa de Sustentação de Investimentos	3.517,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	16.454,66	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
6. BNDES PMAE II	1.589,01	-	8.392,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.392,99
7. CAIXA PAC	302.620,09	-	303.426,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	303.426,52
Demais	933.315,83	-	207.922,60	159.158,43	48.193,17	10.705,34	3.957,23	-	-	-	-	-	-	-	429.936,76
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	46.916,04	-	168.208,94	119.966,40	18.328,20	833,10	-	-	-	-	-	-	-	-	307.336,64
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	5.178,24	-	17.101,26	15.245,73	14.787,53	9.872,24	3.957,23	-	-	-	-	-	-	-	60.963,97
3. BIRD - PRODEF - Desenv. Ec. Social e de Sustentabilidade do E.R.J.	878.769,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. BID - PROFAZ (profisco)	2.452,47	-	13.895,85	10.115,14	6.512,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.523,20
4. BID - PROFAZ (profisco)	-	-	8.716,56	13.831,17	8.565,23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.112,95
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	327.963,96	492.362,30	154.830,76	3.395,72	-	-	-	-	-	-	-	-	978.552,73
1. VIALIGHT	-	-	29.569,00	125.864,29	103.705,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	259.138,33
2. PRODETUR	-	-	42.563,63	105.529,33	35.125,72	3.395,72	-	-	-	-	-	-	-	-	186.614,40
3. SAUDE/HRB	-	-	65.831,33	66.968,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.800,00
4. MARACANÃ_COPA2014-BNDES	-	-	190.000,00	194.000,00	16.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	838.773,00	2.426.099,00	1.430.610,00	627.821,00	496.538,00	372.401,00	256.873,00	6.449.116,00						
Total	1.295.236,51	838.773,00	3.615.005,01	2.268.130,73	1.016.844,93	510.639,05	376.358,23	256.873,00	8.882.624,94						

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de dez/2010

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.9 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁰

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2010, com 428 Convênios de Receita e 404 Convênios de Despesa vigentes⁴¹.

Desses convênios os mais relevantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴² e no Programa Somando Forças⁴³.

Para a realização das diversas obras de infraestrutura do PAC, encontram-se vigentes, até o 6º bimestre de 2010, o total de 97 Convênios de Receita, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Desse montante, R\$ 1,5 bilhões consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 900 milhões são oriundos de recursos do Tesouro Estadual. Cumpre registrar que, além deste valor inicialmente pactuado, o Estado comprometeu a aportar, por meio de Termos Aditivos, um valor aproximado de R\$ 181 milhões.

Destes recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, no 6º bimestre de 2010, foram liquidados R\$ 84 milhões e pagos R\$ 109 milhões⁴⁴. Sendo destinados 87% à área de

⁴⁰Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴¹Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴²Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴³Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴⁴As despesas pagas no 6º bimestre não necessariamente foram liquidadas neste período, pois há um lapso entre a liquidação da obrigação e a confecção da programação de desembolso pelo órgão.

Habitação e aproximadamente 13% à área de Saneamento.

Com relação ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 162 convênios, beneficiando 83 Municípios. No âmbito desses convênios, em 2010, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 238 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste período, foi empenhado o montante aproximado de R\$ 39 milhões, liquidados R\$ 44 milhões e pagos R\$ 43 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 242 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 50 milhões, liquidados R\$ 85 milhões e pagos R\$ 75 milhões.

Palestras/Workshop/Cursos

Com o objetivo de esclarecer e dirimir dúvidas acerca de vários temas que direta ou indiretamente impactam na execução e/ou celebração de convênios, a Coordenação de Convênios pertencente à Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública Estadual e de Captação de Recursos (SUCADPCR) ministrou durante o ano de 2010, as seguintes palestras:

-
- 1º Fórum de Convênios e Contratos de Repasse:**
- i. Preenchimento correto das informações cadastrais no sistema SIAFEM;
 - ii. Procedimentos à Liberação de Recursos de Convênios de Receita e Despesa; e

- iii.
Manual de Procedimentos Operacionais sobre Restrições de Tributos Previdenciários.

➤

1º Encontro de Coordenadores

- i.
Acompanhamento financeiro de Convênios do Estado.

Além disso, com vistas a mitigar o risco de ocorrência de erros no preenchimento e envio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP/SEFIP, a Subsecretaria de Finanças, por meio da Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida, em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), ministrou no mês de novembro de 2010, o Workshop “Regras de Preenchimento da GFIP/SEFIP – Aspectos Legais e Práticos”, visando analisar a legislação previdenciária aplicada ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a prestação de informações (GFIP/SEFIP), bem como os aspectos operacionais.

Este evento ganhou uma dimensão ímpar, tendo em vista a relevância para o Estado do correto preenchimento da supracitada Guia. Dentre várias consequências deste descumprimento, cabe destacar que a imprecisão destas informações gera um ônus ao erário estadual (como multa, juros e correção monetária), e a posterior inscrição do órgão no Cadastro Único de Convênios (CAUC) e no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), que, por conseguinte, veda ao Estado à contratação de Operações de Crédito Interno

e Externo e Transferências Voluntárias da União.

Com o intuito de subsidiar os órgãos neste tema tão relevante, a COCON/SUCADPCR elaborou o Manual de Procedimentos Operacionais à Renovação das Certidões do ERJ, disponibilizado no Subportal do Tesouro Estadual

(SUBFIN):<http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/instituicao/tesouro.portal>.

O objetivo deste Manual é o de orientar os técnicos responsáveis dos órgãos nos procedimentos operacionais à renovação das suas respectivas certidões, bem como nos procedimentos necessários para prevenir os futuros problemas.

Importante, ainda, registrar que os técnicos da COCON na busca de aprimorarem seus conhecimentos sobre convênios fizeram o Curso de Prestação de Contas de Convênio ministrado pelo Tribunal de Contas da União.

Indicador de Desempenho

Com a finalidade de agilizar a liberação dos recursos solicitados pelos Órgão/Entidades para pagamento de convênios, foi elaborado por esta COCON/SUCADPCR um Indicador de Desempenho, que permite visualizar os erros recorrentes dos Órgãos/Entidades na emissão das Programações de Desembolsos (PD). Pois, o preenchimento incorreto e/ou a ausência de algumas informações no Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (SIAFEM), impossibilitam a transferência dos recursos nas datas

determinadas no Decreto nº 42.806, de 18 de Janeiro de 2011⁴⁵.

O objetivo deste indicador é minimizar a incidência desses erros, pois estes atrapalham o trâmite dos pagamentos de convênios, refletindo operacionalmente no trabalho da COCON, como também, no desempenho da Coordenação de Pagamentos (CCP)/SUTES. Como este indicador monitora a freqüência de erros de outros órgãos definiu-se um percentual de tolerância de erros de até 8%.

Ressalte-se, contudo, que em dezembro de 2010, este percentual ficou acima do estipulado como aceito, atingindo mais de 10%. Ou seja, os erros dos órgãos/entidades impactou negativamente no desempenho da COCON e da CCP, neste período.

Portanto, com o monitoramento desse indicador, a COCON/SUCADPCR consegue identificar os problemas mais recorrentes e pode ajudar os Órgãos/Entidades no preenchimento correto das informações no SIAFEM, necessárias à liberação dos recursos.

Diante disso, resta claro que essa Coordenação vem buscando a melhoria contínua na execução dos seus procedimentos, com a finalidade de alcançar a excelência na qualidade dos serviços prestados.

⁴⁵ Art. 12 – A Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ somente efetuará o pagamento das despesas de custeio e investimentos nos dias 07 (sete), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, exceto as obrigações relativas a:

I – prestação de serviços de concessionárias de serviços públicos;
II – natureza remuneratória;
III – ordens judiciais;
IV – tributos;
V – diárias de servidores;
VI – seguros; e
VII – débitos que tenham possibilidade de gerar registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e Cadastro Único de Convênio (CAUC) e/ou tenham o poder de excluir o registro.



Tempo Médio de Pagamento de Convênios

A COCON/SUCADPCR, criada pelo Decreto n.º 42.027, de 10 de setembro de 2009, com o intuito de reduzir o tempo médio dos pagamentos, passou a exigir que os Órgãos/Entidades verificassem todos os requisitos de admissibilidade, em consonância com a legislação vigente⁴⁶.

Essas novas exigências não foram impeditivas para que a liberação dos recursos fosse realizada de maneira célere. No entanto, impactaram diretamente e positivamente, na redução do tempo médio de pagamento, conforme demonstrado no gráfico n.º24.

Municípios irregulares nas prestações de contas de recursos anteriormente recebidos

Tendo em vista que os entes públicos estão condicionados às limitações impostas pelo art. 25 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, esta Subsecretaria, constatou que em alguns convênios firmados com Prefeituras, quando da solicitação da liberação dos recursos, apesar do acompanhamento financeiro encontrar-se totalmente regular (sem nenhum óbice legal que impeça a não liberação dos mesmos), esses Municípios encontravam-se irregulares quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

Em cumprimento do referido diploma legal e, diante da impossibilidade de liberar estes recursos, esta COCON/SUCADPCR vem, sistematicamente, acompanhando estes Municípios irregulares nas suas prestações de contas de convênios já vencidos, informando

Gráfico 24

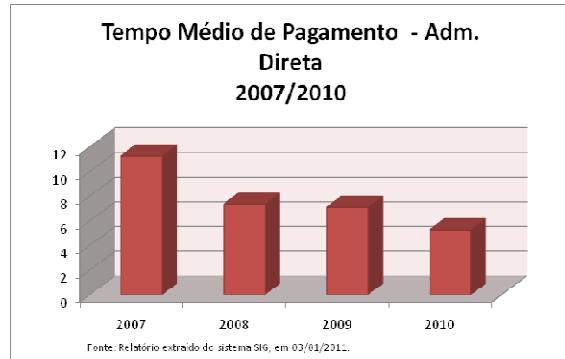
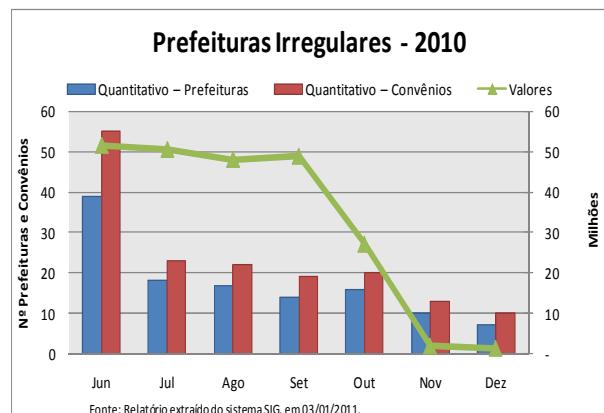


Gráfico 25



⁴⁶ Decreto Estadual nº 41.528, de 31 de outubro de 2008; Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Portaria Interministerial 127, de 27 de maio de 2008; e Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997.

suas respectivas pendências e se colocando à disposição para dirimir qualquer dúvida.

Cumpre registrar que após a observância deste ato, por parte desta Coordenação, as Prefeituras buscaram agilizar junto aos respectivos ordenadores de despesa a regularização de suas pendências, com o objetivo de continuar recebendo os recursos por meio de convênios, conforme demonstrado a seguir:

Atualização das normas legais de convênios

Com a implantação do Módulo de Convênios no sistema SIAFEM-RJ, por meio do Decreto nº 33.502, em 03 de julho de 2003, os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Estado, passaram a ter que registrar, neste módulo, todas as informações referentes às fases da execução dos convênios que celebrassem, inclusive, as referentes à contrapartidas e aos Termos Aditivos.

Destarte, verificou-se que como as informações acerca dos convênios firmados na esfera estadual, encontram-se registradas no Módulo de Convênios, no sistema SIAFEM-RJ, não é mais necessário que os órgãos e/ou entidades encaminhem a SEFAZ cópia dos Instrumentos de Convênios celebrados, obrigação definida no Decreto nº 32.681, de 23 de janeiro de 2003.

Portanto, com o intuito de manter atualizadas as normas sobre convênios, a Subsecretaria de Finanças, propôs a revogação do Decreto nº 32.681/2003, o que ocorreu em 23 de novembro de 2010, com a publicação o Decreto nº 42.716, que revogou os ditames do mencionado Decreto.



BOX 12 – Melhorias no SIAFEM

Diante da crescente demanda na área de convênios, haja vista os diversos programas implantados, como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa Somando Forças, entre outros, faz-se necessário que as informações disponibilizadas no Módulo de Convênios do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) sejam as mais completas possíveis, permitindo, tanto ao gestor como ao beneficiário do convênio, acesso a uma gama de informações visando o melhor controle dos recursos disponibilizados e, consequentemente, maior transparência na utilização destes recursos.

Assim, a COCON/SUCADPCR em conjunto com a Superintendência da Tecnologia da Informação Contábil (SUTIC), vem trabalhando para alcançar este objetivo.

No âmbito desse trabalho, a COCON, com a finalidade de alcançar a conformidade dos dados que serão disponibilizadas ao usuário do SIAFEM, realiza, periodicamente, um levantamento dos problemas, diagnosticando as reais necessidades e sugerindo melhorias.

Nesta premissa, cumpre registrar que mais de 20 melhorias já foram introduzidas no referido Módulo, por sugestão da COCON, entre elas, cite-se:

1. Inserção uma crítica, para os convênios de despesa, no cadastro de conta, que evitasse a incidência de erro no preenchimento do nº da conta vinculada, no momento da emissão de PD.
2. Tornou-se obrigatório o preenchimento da fonte detalhada no campo “FONTE” e também o registro do evento de contabilização automática na emissão de PD.
3. Tornou-se obrigatório, nos convênios de receita, o preenchimento do evento 540.682 (registro contábil que informa que o repasse pela União foi efetuado).
4. Tornou-se obrigatório, nos convênios de despesa, o preenchimento do evento 540.682 (registro contábil que informa o pagamento).
5. Tornou-se obrigatório o preenchimento do campo “data da publicação” no cadastro do convênio, observando o Decreto Estadual 41.528/2008.
6. Inserção de crítica impedindo a confecção de PD de contrapartida com os eventos 700983 e 540683, sem que a fonte esteja detalhada.
7. Criação de novo campo, na tela de cadastro de convênios, de preenchimento obrigatório, para que sejam informadas as parcelas referentes ao cronograma de desembolso apresentado no convênio.
8. Tornou-se obrigatório o registro, pelo órgão, na ficha de cadastro dos convênios, nos campos referentes aos aditivos, quando necessário, o valor aditivado, especificando o valor correspondente à contrapartida e/ou do repasse. Impedindo, assim, que informem apenas o total do aditivo.

V.10. Sistema de Gestão de Qualidade na Subsecretaria de Finanças

Na busca pela modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) implantou o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), voltado para a gestão por processos, com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008⁴⁷.

Com o intuito de sedimentar o propósito da organização, a SUBFIN estabeleceu a sua política de qualidade e seus objetivos nos seguintes termos:

“É Política da Qualidade da Subsecretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro, buscar permanentemente a excelência na formulação, na execução e na avaliação da gestão dos recursos públicos atendendo às seguintes diretrizes:

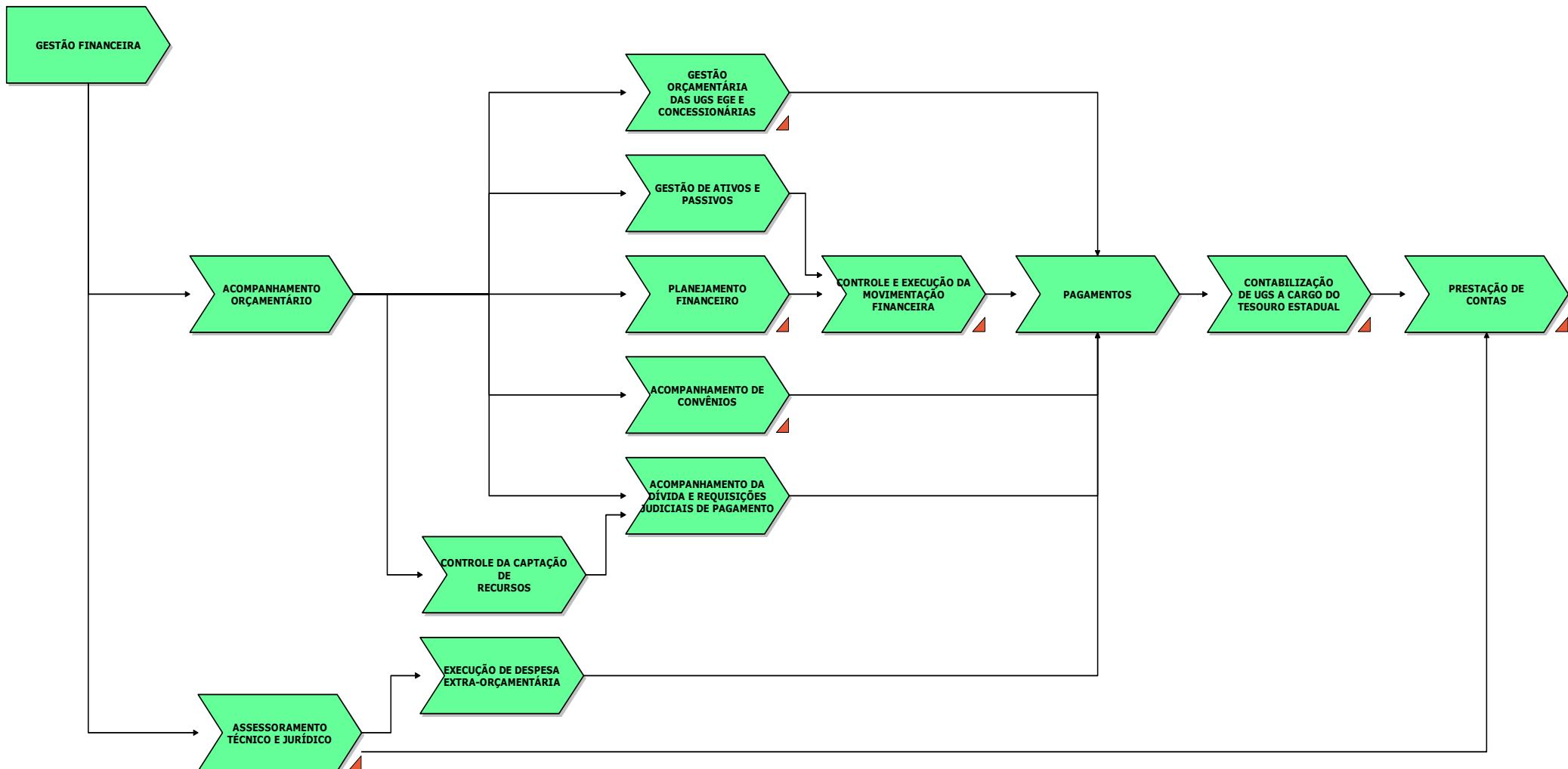
- Manter elevada competência de seus funcionários;*
- Aprimorar a infraestrutura institucional;*
- Assegurar conformidade com requisitos; e*
- Ser transparente na prestação de contas à sociedade civil”.*

Motivada na metodologia exigida pelo Sistema de Gestão da Qualidade, que se traduz na busca pela otimização, racionalização e uniformização dos procedimentos empregados, a SUBFIN definiu sua cadeia de valor, a qual encontra-se composta por 13 (treze) macroprocessos, quais sejam: Acompanhamento Orçamentário; Planejamento Financeiro; Controle e Execução da

⁴⁷ ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (*International Organization for Standardization*), com sede em Genebra, Suíça, que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial e cria normas nos mais diferentes segmentos. A sigla ficou popularizada pela série 9000, ou seja, as normas que tratam de Sistemas para Gestão e Garantia da Qualidade nas empresas/órgãos. Em Dezembro de 2000, a série 9000 foi totalmente revisada; além das alterações em sua estrutura, agora há apenas uma norma sujeita à certificação, a ISO 9001, que trouxe o enfoque de gerenciamento de processos. Esta norma foi desenvolvida utilizando-se um conjunto de oito princípios de gestão da qualidade, quais sejam: (i) foco no cliente; (ii) liderança; (iii) o envolvimento das pessoas; (iv) abordagem por processos; (v) abordagem por sistema de gestão; (vi) melhoria contínua; (vii) abordagem factual para a tomada de decisão; e, (viii) relações de parceria com fornecedores.

Movimentação Financeira; Acompanhamento da Dívida; Controle e Captação de Recursos; Execução Orçamentária das UG's Encargos Gerais do Estado e Concessionárias; Execução das Despesas Extra-Orçamentária; Pagamentos; Contabilização das UG's a Cargo do Tesouro Estadual; Acompanhamento de Convênios; Gestão de Ativos e Passivos; Assessoramento Técnico e Jurídico e Prestação de Contas.

Para a definição dos macroprocessos foi considerado o conjunto de atividades desempenhadas no âmbito das competências da SUBFIN, segmentando-as de forma a agrupar as tarefas e os procedimentos executados com a mesma finalidade, ou seja, que viabilizam a prestação de determinado serviço e/ou o fornecimento de determinado produto. Assim, a definição dos macroprocessos possibilitou a delimitação clara de todas as atividades desempenhadas, os responsáveis pelas mesmas, e, principalmente, os clientes afetados na prestação do serviço.





Neste contexto, podemos citar o macroprocesso de acompanhamento orçamentário, o qual tem como objetivo fornecer subsídios precípuos para a execução dos demais macroprocessos, principalmente, no que diz respeito ao planejamento financeiro.

No que diz respeito ao macroprocesso de gestão de ativos e passivos, este foi definido com o intuito de concentrar diversos passivos oriundos de fundos, de programas descontinuados e/ou de obrigações assumidas contratualmente pelo Estado que se encontravam dispersas em coordenações distintas, dificultando, por conseguinte, o acompanhamento eficaz. Em decorrência dessa constatação, verificou-se também a necessidade de criação de uma nova coordenação – Coordenação de Gestão de Obrigações, que em breve será inserida na estrutura administrativa da SUBFIN.

Cabe, ainda, citar o macroprocesso de assessoramento técnico e jurídico, cuja criação foi embasada em determinadas atividades exercidas pela SUBFIN, que necessitam de um prévio conhecimento jurídico para a sua realização.

Assim, após a definição dos citados macroprocessos, iniciou-se a fase de detalhamento das atividades abarcadas neste, culminando no mapeamento dos fluxogramas, onde possibilitou a definição de cada atividade executada pelos técnicos da SUBFIN.

Além disso, para possibilitar o monitoramento do SGQ e, ainda, instituir a melhoria contínua das atividades desenhadas, foram criados os indicadores de desempenho.



V.10.1. Indicadores de Desempenho

Com a finalidade de possibilitar a melhoria contínua das atividades executadas, bem como alcançar uma gestão financeira ótima, a Subsecretaria de Finanças criou 18 (dezoito) indicadores de desempenho, os quais foram segmentados nas seguintes categorias: (i) dos objetivos da política de qualidade, (ii) de processo, (iii) de interface de processo e, (iv) de fornecedor.

Vale elucidar que para cada um desses indicadores foi estabelecida uma meta, objetivando a medição da eficácia, eficiência e celeridade das atividades executadas por esta Subsecretaria. Com o decurso temporal e após a análise do desempenho dos indicadores, as metas fixadas são revistas para aprimorar a atuação do Tesouro Estadual.

Assim, para monitorar os objetivos da política da qualidade⁴⁸, foram definidos os seguintes indicadores: de qualificação dos servidores; de aprimoramento da infraestrutura; de tempo médio de pagamento de PD's após a sua emissão; de extemporaneidade dos registros contábeis; de pontualidade das informações; de completude das informações atualizadas no subportal do Tesouro; e do nível da satisfação da sociedade ao nível de exigência.

Para aferir o desempenho dos processos criaram-se os seguintes indicadores: do cumprimento do cronograma da RPP's; do grau de cumprimento da manutenção do saldo médio conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA); e do tempo médio de defasagem para a

⁴⁸ De acordo com o item 5.4.1 da Norma NRB ISO 9001:2008 os objetivos da qualidade devem ser mensuráveis e consistentes com a política da qualidade. Assim, fica evidente a obrigatoriedade de monitoramento destes objetivos.



realização das análises contábeis. Além disso, foram criados indicadores de interface de processos: da incidência de erros na emissão de Programações de Desembolso (PD) confeccionadas pela UG's a cargo do Tesouro Estadual; de incidência de erros na emissão de NL's pertinentes a convênios e da incidência de erros que ocorrem na transferência de recursos nas UG's na hora do pagamento.

No tocante ao monitoramento dos fornecedores, ficaram estabelecidos os seguintes indicadores: de erros nos cadastros de convênios registrados no SIAFEM; de PD's não pagas por erro de confecção por parte das UG's; do valor de faturas que não geraram emissão de PD por problemas de descentralização e do câmbio do i-ésimo semestre.

BOX 13 – Satisfação do Cliente

A satisfação do cliente é o maior objetivo de toda organização. Nesta linha, um dos requisitos mais importantes da ISO 9001 é o “o foco no cliente”. Já a Subsecretaria de Finanças, como órgão público, tem como prioridade a boa prestação de serviços para seus principais clientes, que, em última instância, se traduz na sociedade fluminense.

Com o intuito de alcançar seus objetivos de melhoria continua no desempenho de suas competências e a fim de atender aos requisitos da Norma ISO 9001, foram criados diversos canais de relacionamento com o público (usuários da prestação de serviços da SUBFIN) para conhecimento do seu nível de satisfação com o desempenho da instituição. Para isso foi empregada como metodologia para mensuração dessa satisfação: o perfil do cliente; a sua percepção dos serviços prestados dada as suas necessidades. Os dados para mensuração são obtidos por meio de uma pesquisa (enquete) inserida no subportal da SUBFIN, onde foi inserido um ícone para o usuário inserir o seu grau de satisfação, dividido em 4 níveis: ótimo, bom, regular e ruim.

Assim, mensalmente, esses dados são ponderados e utilizados para mensuração de um indicador que foi criado para avaliar a satisfação dos clientes da SUBFIN. Além dessa fonte de avaliação, também são utilizadas as informações obtidos por meio do canal “fale conosco”, onde é possível o registro de dúvidas, sugestões, críticas e elogios. Portanto, é com este conjunto de informações que o Indicador de Satisfação da Sociedade vem acompanhando o grau de satisfação da sociedade com o desempenho da Subsecretaria. Ademais, o resultado desse indicador é utilizado como subsídio para formulação das estratégias de melhoria contínua da Subsecretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro.



É oportuno frisar que, apesar do Tesouro Estadual não ter ingerência sobre as atividades desempenhadas pelos outros entes da Administração Pública, é essencial o acompanhamento da execução de tais tarefas, com o intuito de possibilitar a apuração do seu impacto no desempenho desta Subsecretaria.

Diante desta diversidade de indicadores, é oportuno destacar alguns destes que estão relacionados à gestão financeira, tal como: o indicador de tempo médio de pagamento de PD's após a sua emissão, que tem como finalidade auferir a eficiência nos pagamentos realizados pelo Tesouro Estadual. Para tanto, restou estabelecida uma meta para execução do pagamento em prazo inferior a 30 dias.

Para aprimorar a execução do pagamento e, por conseguinte, o cumprimento da meta citada, a SUBFIN criou um relatório mensal que registra os problemas com fornecedores, no qual é quantificado e relacionado todos os erros provenientes de fornecedores, que obstam a execução da atividade fim desempenhada por pela Pasta.

Neste mesmo segmento, fazemos alusão ao indicador do câmbio do i-ésimo semestre, cujo objetivo é apurar se a cotação do fechamento de câmbio utilizado para pagamento da dívida externa do Estado é congruente com aquela oferecida no mercado. A meta estabelecida foi de, no máximo, a média do câmbio ponderada pelo desvio padrão, no dia da transação, sendo calculada através da diferença entre a média da cotação e o valor da conversão dividido pelo desvio padrão.

Por outro lado, vale salientar alguns indicadores de desempenho de gestão administrativa, como por exemplo: o de



extemporaneidade dos registros contábeis, o qual tem o intuito de mensurar o número de registros contábeis realizados fora do prazo determinado, uma vez que esta é uma atividade precípua do Tesouro Estadual, que engloba 3 (três) Unidades Gestoras, quais sejam: Tesouro, Encargos Gerais do Estado e Concessionárias. Assim, estabeleceu-se uma meta concedendo uma tolerância de 25% (vinte e cinco por cento) para os registros extemporâneos.

Inserido nesse contexto, cabe mencionar o indicador de qualificação dos servidores, o qual mensura o investimento da SUBFIN em capacitação dos servidores, com a finalidade de proporcionar maior subsídio aos técnicos na execução das suas tarefas. Sendo assim, foi delimitada a meta de 12 (doze) horas de treinamento por trimestre.

Almejando o cumprimento da meta estabelecida para o indicador anteriormente abordado, esta Subsecretaria vem investindo, desde dezembro de 2009, nos seguintes cursos de capacitação que são ministrados em diversas áreas de finanças públicas, tais como: orçamento público, contabilidade pública, matemática financeira, estatística, direito tributário, direito administrativo, dentre outros.

Depois de implementado o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), nos termos exigidos pela norma NBR ISO 9001:2008, a SUBFIN se submeteu a uma auditoria interna, em novembro do 2010, objetivando avaliar se o referido SGQ está funcionando com eficiência conforme os requisitos da norma em questão e, ainda, com aqueles requisitos estabelecidos pela instituição.



Por conseguinte, a auditoria interna em questão concluiu que o Sistema está se desenvolvendo eficazmente, de acordo com as regras fixadas pela Norma ISO 9001:2008. E, ainda, nesta oportunidade, destacou-se, como pontos positivos do SGQ da SUBFIN, a documentação do referido sistema, o envolvimento dos servidores e o comprometimento da Alta Direção.

Em razão do cumprimento de todas as etapas exigidas pela Norma ISO 9001:2008, para a completa implementação do Sistema de Gestão de Qualidade, a SUBFIN, após realização de pregrão eletrônico, contratou a empresa BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda. para proceder a auditoria externa, no qual será verificado se esta Subsecretaria está apta a receber o certificado da Norma supracitada.

Esta Subsecretaria iniciou, em 14 de fevereiro de 2011, o processo de auditoria externa, mediante a realização da pré-auditória. Assim, depois da análise do auditor verificou-se que o SGQ, desenvolvido pela SUBFIN, encontra-se maduro e suficiente para ser submetido à auditoria principal. Da mesma forma, nesta oportunidade, foi pontuado que os procedimentos relativos às atividades desempenhadas pelo Tesouro Estadual estão muito bem elaboradas.

Portanto, resta evidente o empenho da Subsecretaria de Finanças nesta iniciativa ímpar de implementar um Sistema de Gestão de Qualidade a fim de possibilitar a melhoria contínua das atividades desempenhadas por esta Pasta e, consequentemente, obter o certificado da Norma ISO 9001:2008.



Box 14 – Mitigação do Risco Operacional

Aliado à implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, por meio da abordagem de gestão por processos, o projeto de modernização institucional da SUBFIN englobou, ainda, a busca pela mitigação do risco operacional com o intuito de assegurar a disponibilidade, a integralidade e a confiabilidade das informações prestadas.

Antes, porém, faz-se necessário assinalar que todo órgão financeiro é passível de perdas financeiras decorrentes do mau uso de recursos tecnológicos, seja por falta de revisão de fórmulas empregadas como instrumento de trabalho e, ainda, seja por desconhecimento da informação gerada.

A gestão de risco operacional exige que sejam identificados: (i) os fatores de risco (causa primária), que pela própria definição dessa gestão, podem ser os servidores, sistemas, processos e eventos externos; (ii) a possibilidade da ocorrência do risco, a probabilidade de que o evento que possa afetar negativamente o cumprimento das metas de uma instituição ocorra; (iii) o efeito da consumação de um risco operacional, que pode ser (entre outros) a não observância de um requisito legal, uma perda financeira, uma decisão falha ou exposição a outras naturezas de riscos.

O processo envolveu, primeiramente, a identificação das áreas que seriam mais vulneráveis a riscos operacionais. Após essa etapa, passou-a, então, a avaliar as ferramentas necessárias para a mitigação do risco e, principalmente, passou-se a registrar as informações que serviriam de base para a elaboração de tais ferramentas.

Nesse tocante, é de suma importância enfatizar que todas as ferramentas desenvolvidas possuem um PED (Procedimento de Extração de Dados), onde detalha-se, minuciosamente, a forma que os dados são extraídos, a fonte dos mesmos e os procedimentos para a utilização da ferramenta. A partir daí, todos os técnicos responsáveis pela utilização das ferramentas passaram a ter um procedimento específico para utilizá-la, diminuindo, com isso, eventuais ocorrências de erros.

Foram criados, ao todo, 15 (quinze produtos), dentre os quais, pode-se citar:

- Máquina de Conciliação Bancária

A atividade de conciliação bancária consiste em uma tarefa vital para o Tesouro Estadual, pois a conciliação é o mecanismo de controle administrativo e contábil dos saldos bancários das diversas contas correntes do Estado. Evidentemente, pelo volume de recursos movimentados pelo Estado percebe-se a sua importância.

Tal tarefa era executada manualmente, o que exigia atenção extrema do servidor responsável pela conciliação e o tornava bastante demorado. Uma única conta do Estado poderia demorar até uma semana para ser conciliada.

Com o desenvolvimento da ferramenta “Máquina de Conciliação Bancária”, criou-se um protótipo onde os arquivos enviados pelas instituições financeiras com os lançamentos das contas correntes são conciliados automaticamente com os contabilizados no SIAFEM/RJ.

Essa ferramenta é composta por dois módulos: (i) Extrator de lançamentos bancário e a (ii) Máquina de conciliação bancária. O primeiro módulo tem a finalidade de ler e converter os extratos dos bancos e do SIAFEM/RJ para um formato único e padronizado em planilha Excel. A vantagem de uso desse mecanismo está no ganho de tempo de conversão de cada tipo diferente de extrato.

Já o segundo módulo é responsável por fazer o encontro de valores lançados nos extratos dos bancos em comparação com os valores lançados nos extratos do SIAFEM/RJ e/ou SIG. Após a tarefa de conciliação, a máquina de conciliação gera um painel informativo contendo todos os valores que encontraram uma equivalência de lançamento, como também os que não encontram.

Dessa maneira, a conciliação bancária, após a sua automatização, demora alguns minutos para ser



realizada. Assim, o objetivo posterior à implantação ferramenta citada consiste em transferir esta tecnologia para os outros órgãos estaduais. Em suma, trata-se de uma transformação paulatina na análise contábil do Estado.

- Cadastro de Instalações e Consumo de Energia Elétrica, Controle de pagamentos às Concessionárias e Histórico de Pagamentos às Concessionárias

Como mencionado na edição anterior desse Boletim, a área que envolve o acompanhamento de Concessionárias foi o setor que teve o maior desenvolvimento de ferramentas.

A primeira ferramenta, denominada “Cadastro de Instalações e Consumo de Energia Elétrica” proporcionou ao Tesouro Estadual a constituição de uma base de cadastro com todas as instalações estaduais de energia elétrica. Com o desenvolvimento da ferramenta citada, a SUBFIN passou a ter subsídios para um monitoramento efetivo do consumo individual de cada instalação, individualizada, permitindo análises técnicas que visem uma gestão mais eficiente dos gastos com os serviços públicos.

Já com o desenvolvimento da ferramenta “Controle de pagamentos às Concessionárias” pôde-se conciliar todos os pagamentos efetuados às Concessionárias, por Órgão, com os valores informados de consumo pelas Concessionárias (que são enviadas à CACPC, por meio de faturas). A qualquer momento, a ferramenta possibilita que sejam criados Relatórios Gerenciais automáticos, que são utilizados pela SUBFIN para análises dos gastos com serviços públicos essenciais.

Concomitantemente, foi criada a ferramenta “Histórico Pagamentos às Concessionárias”, que permite acumular todos os dados históricos de consumo dos anos anteriores. Ao final de cada exercício, todos os dados de consumo das Concessionárias são importados automaticamente para uma planilha, permitindo, assim, que o Tesouro Estadual passe a acompanhar e ter controle dos dados de consumo por concessionária.

- Retrator da Dívida

A Superintendência da Dívida é responsável pela elaboração do “Cronograma de Pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar”, em conformidade com as regras e os modelos descritos no “Manual para Instruções de Pleitos – MIP”, da STN.

Para cada novo contrato é necessário criar uma nova planilha, com layout e especificações exigidas pela STN, com colunas discriminando os valores de amortizações e encargos até o final do contrato e ainda, uma coluna com os valores consolidados a partir do ano subsequente ao término do contrato até um ano determinado.

No momento em que o técnico precisava fazer esses novos arranjos nas planilhas, com deslocamento de colunas e respectivos somatórios, de forma manual, tal tarefa tornava-se cansativa e com alta probabilidade de erros. Após a criação da ferramenta “Retrator da Dívida”, esse cronograma é feito de forma automática.

- Cadastro Geral de Convênios

Inicialmente, todas as informações referentes a convênios precisavam ser extraídas em base de dados diferentes. Assim, para a obtenção de uma única informação, o técnico responsável necessitava extrair os dados em diferentes sistemas (SIAFEM/RJ, SIG).

Com a criação da ferramenta “Cadastro de Convênios”, todas as informações relevantes de cada convênio (descrição do Convênio, valores de Contrapartida, empenho, liquidação e pagamentos efetuados, prazos médios) puderam ser compiladas, automaticamente, em uma única planilha.

Ademais, criou-se nessa ferramenta, a possibilidade de visualização das informações de convênios vigentes, por região do Estado. Destarte, a Coordenação de Convênios passou acompanhar, de maneira ainda mais efetiva, todas as fases de execução dos Convênios vigentes no Estado.